

biblioteca ISPA

DM  
CANDAM

**INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA**

**Dissertação de Mestrado na área de Psicologia Educacional**

**A AUTO-REPRESENTAÇÃO EM ADOLESCENTES  
DO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO**

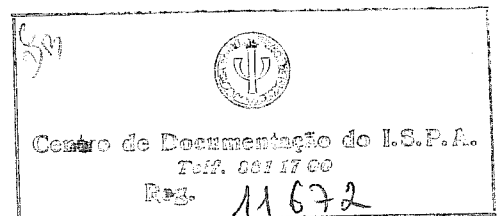
**Orientadora: Professora Doutora Margarida Alves Martins**

**Maria Manuela Rodrigues Candeias**

**1999**



11672



Centro de Documentação do I.S.P.A.

Tel. 661 17 00

Reg. 11672

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora,  
Ex.ma Senhora Professora Doutora Margarida Alves Martins, pela orientação,  
ajuda e encorajamento que me deu ao longo deste trabalho.

Ao Dr. Fernando José dos Santos Branco pela permanente disponibilidade e apoio  
na análise estatística.

Ao Dr. Emanuel Gonçalves Pestana pelo empenho com que realizou  
a recolha de dados.

À Dr.ª Paula Tavares Ribeiro pela ajuda na  
revisão do texto.

Aos Adolescentes sem os quais este estudo não seria possível.

## INDICE

---

Introdução .....	4
<b>Parte I . ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....</b>	<b>7</b>
<b>Auto-Conceito.....</b>	<b>8</b>
-> Auto-Conceito: Conceito Simples ou Multifacetado	
Unidimensionalidade versus Pluridimensionalidade.....	14
-> Auto-Conceito como “Traço” e como Estado:	
Estabilidade versus Maleabilidade.....	17
Auto-Conceito: Modelo Concêntrico versus Modelo	
Hierárquico.....	21
-> Auto-Estima e Unidimensionalidade.....	24
Auto-Estima e Aparência Física.....	31
<b>Teoria da Representação Social.....</b>	<b>38</b>
Representação.....	39
Representação Social.....	40
Representação de Si .....	46
Teoria do Nó Central.....	48
Modelo Protótipo da Categorização.....	52

---

Mitos, Etnocentrismo, Estereótipos e Pensamento Ingénuo.	54
<b>Teoria do Processamento da Informação - Abordagem</b>	
Sócio-Cognitiva.....	57
A Questão do Estatuto da Identidade Social.....	71
<b>Parte II. METODOLOGIA.....</b>	<b>81</b>
Hipóteses.....	82
Amostra.....	88
Instrumentos.....	91
Procedimento.....	94
Tratamento de Dados.....	95
<b>Parte III. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>96</b>
Auto-Conceito.....	98
Síntese.....	116
Hetero-Conceito.....	122
Síntese.....	138
Diferença Auto-Hetero Conceito.....	142
Síntese.....	161
<b>Parte IV. CONCLUSÕES.....</b>	<b>167</b>
<b>Parte V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>175</b>

## INTRODUÇÃO

É objectivo prioritário, do nosso trabalho, conhecer melhor o adolescente que frequenta a escolaridade obrigatória no 3ºCiclo do Ensino Básico.

No contacto diário com os adolescentes somos, quase imperceptivelmente, influenciados por estereótipos e ideias apriorísticas que nos fornecem suporte e segurança nas múltiplas decisões e desempenhos que a função docente nos exige.

A representação que fazemos do adolescente é, por vezes, consistente mas deformada, quer pela nossa prática anterior, quer por ideias enviesadas da cultura dominante, induzindo-nos a uma maior disponibilidade e atenção ao feed-back que confirme e reforce as nossas crenças.

Assim, propomo-nos tentar conhecer o adolescente que hoje cumpre a escolaridade obrigatória, imerso num mosaico multicultural de um país, que mudanças sociais das duas últimas décadas tornaram um contexto único.

Estas mudanças terão tido inexorável reflexo nos jovens de ambos os sexos. Paralelamente a uma abertura maior surgem também mecanismos de relacionamento e competição diferentes, exigindo do indivíduo adaptabilidade, maturidade e competências diferenciadas, para responder a novas situações.

Quem é o adolescente de hoje ?

O que pensa acerca de si ?

Qual a representação que julga que os outros fazem acerca da sua pessoa ?

Que diferenças existem na auto-representação dos rapazes e das raparigas?

Como evolui no tempo a auto-representação dos adolescentes ?

Como influencia a origem étnica a auto-representação?

É a estas interrogações que procuramos dar resposta, entendendo como Auto-Representação, o Auto-Conceito e o Hetero-Conceito, isto é, o que pensa de si, o que imagina que os outros significativos pensam da sua pessoa, e qual a sintonia ou consonância entre estas duas faces da representação de si.

Utilizámos uma amostra, de uma das escolas com uma das população mais significativas de alunos de origem étnica africana, com especial relevância para a Cabo-Verdiana.

O trabalho desenvolve-se em cinco partes.

Na parte I, procedemos a uma revisão da literatura e de investigações no âmbito das correntes mais influentes na abordagem do Auto-Conceito e da Representação, nomeadamente:

Interaccionismo Simbólico,

Cognitivismo Social,

Teoria da Representação Social,

Teoria do Processamento da Informação,

Teoria da Identidade Social, quer de Tajfel, quer de trabalhos críticos mais recentes, nomeadamente a questão do Estatuto da Identidade Social

A parte II, respeitante à Metodologia, compreende a formulação de hipóteses, a caracterização da amostra, a descrição de instrumentos, o procedimento utilizados, bem como a forma de tratamento de dados.

Na parte III é feita a descrição e análise dos resultados do trabalho experimental.

Segue-se, na parte IV, a discussão das hipóteses estabelecidas, e na parte V a formulação das conclusões.

Por último, na parte V, apresentamos as referências bibliográficas.

---

**PARTE I**  
**ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

---

## AUTO-CONCEITO

Para alguns autores os termos - auto-conceito, auto-imagem e auto-estima - são utilizados indistintamente ou como semelhantes. Esta confusão não se justificaria, pois os precursores do tema - William James (1890), Charles Colley (1902), e Herbert Mead (1934) - clarificaram conceptualmente os termos (Veiga, 95). Ao longo do tempo foram surgindo teorias do auto-conceito, sendo relevantes entre os trabalhos iniciais, os de William James (1890), Cooley (1902), Lewin (1935), Snygg & Combs (1949), Rogers & Dymond (1954), Sarbin (1954), Allport (1961).

Cada indivíduo tem um auto-conceito único e insubstituível (Calkins, 1910). Cada pessoa tem uma educação diferente, diferente posicionamento no tempo e no espaço e diferente sistema ou maneira de descobrir o mundo. Cada indivíduo tem uma perspectiva pessoal única, nem melhor nem pior que as dos outros ( Rosenberg 79, in Hattie, 92).

O auto-conceito é o núcleo mais central da personalidade e da existência, por ser ele o grande “determinante dos pensamentos, sentimentos e comportamentos”. Responde à necessidade de conhecer-se a si mesmo e de saber responder à questão «Quem sou eu ?» (Rosenberg, 65, in Veiga, 95).

Raimy (75) aponta como os maiores componentes do auto-conceito: convicções, crenças e noções que cada um tem sobre si próprio. Rosenberg ( 74, 79) vê o auto-conceito como “a totalidade dos pensamentos e sentimentos individuais do sujeito referendo-se ao próprio como objecto” (Hattie, 92).

Rosenberg (79; in Oñate, 89) propõe um modelo em que o auto-conceito é constituído por quatro áreas: conteúdo (partes), estrutura (relações entre as partes), dimensões (forma de descrever as partes e o todo), e extensões do eu (fronteiras do objecto). Dentro das dimensões a auto-estima é entendida como a direcção da atitude (baixa ou alta) que a pessoa tem para consigo própria. Wylie (74; in Veiga, 95) distingue três partes no auto-conceito: o conceito geral de si mesmo, as avaliações sobre aspectos restritos do eu (a auto-imagem) e ainda o “eu-ideal”.

De acordo com Burns (82), o auto-conceito não é inato, é aprendido através da informação sensorial externa e interna recebida e interpretada pelo cérebro. O auto-conceito é um somatório total das visões que a pessoa tem acerca de si, que consistem em crenças, avaliações e tendências comportamentais. As crenças (self-images) e as avaliações (self-esteem / auto-estima) determinam não só o que se é, mas também o que se pensa que se pode fazer e o que se pode ser /em que se pode tornar. É uma pletora de atitudes acerca do sujeito que são únicas para cada indivíduo.

Os termos, auto-imagem (self-image) e auto-retrato (self-picture), aparecem frequentemente na literatura, com implicações que são sinónimos do termo auto-conceito (self-concept). Os autores preferem evitar estes dois termos por darem uma aparência mais estática e neutra àquilo que é considerado dinâmico, avaliativo e consideravelmente afectivo. Assim, a auto-imagem e auto-retrato (self-image e self-picture) são só um dos dois elementos do auto-conceito; o outro componente é a avaliação que o indivíduo atribui às descrições particulares (Burns, 82). Parafraseando Adler (63), Hattie (92) afirma que o auto-conceito é ambos: o artista e o quadro.

O auto-conceito engloba quer o eu, como agente conhecedor e activo, quer o mim como objecto ou coisa conhecida. Elemento chave - do modelo interaccionista do auto-conceito - a percepção de como parecemos aos outros é o processo pelo qual o auto-conceito se define.

Mead (34) sugeriu que nas crianças o self-objecto - o mim - é formado e desenvolve-se no desempenho de papéis. O modelo interaccionista de Cooley (1902) e Mead (1934) define o self como um produto da interacção com os outros. O auto-conceito é aprendido com os outros no desenrolar do seu papel. O self, é um processo de representação/desempenho de papel, por meio do qual as pessoas se olham, através do ponto de vista dos outros

Kinch (63) e Rosenberg (81) consideram três componentes do auto-conceito:

- 1 - como o indivíduo se vê a ele próprio;
- 2 - como o indivíduo acredita que os outros o vêem;
- 3 - como os outros realmente o vêem.

O lado conhecido e experiencial do auto-conceito - o mim - é considerado como o conjunto das percepções, das representações, das avaliações e das imagens que o sujeito tem de si mesmo, incluindo as ideias que tem da maneira como é visto pelos outros (Veiga, 95)

Também, segundo Burns (82), o auto-conceito combina:

- a) a auto-imagem: o que o indivíduo vê quando olha para si próprio;
- b) a intensidade afectiva e avaliação: quão forte é o sentimento do sujeito acerca destas várias facetas; e se a pessoa tem favorável ou desfavorável opinião das diversas facetas desta imagem;
- c) os comportamentos possíveis: o que o indivíduo fará em resposta a esta avaliação de si próprio.

Refere Burns (82) que a maior parte das definições enfatiza uma atitude resultante de três ingredientes essenciais:

- a) uma crença (ou componente avaliativa) que pode, ou não, ser válida;

- b) uma conotação emocional e avaliativa acerca da crença (componente afectiva);
- c) uma probabilidade consequente de comportamento / resposta particular.

Para Hattie (92) os indivíduos diferem no grau em que se descrevem e na saliência das suas descrições e prescrições acerca de si, o que James notara em 1890, estando os sujeitos menos preocupados em dar explicações e mais vezes envolvidos em fazer escolhas.

“A pessoa pode ser vista como continuamente tentando impor uma certa forma de ordem e coerência nos acontecimentos em que se encontra imersa. Com o fim de sobreviver, tem que tirar algum significado das novas experiências para que possa perceber, antecipar e então exercer algum controlo nas experiências da vida. Faz isto ao fazer escolhas - escolher entre como interpretar acontecimentos, escolher entre cursos de acção alternativos, e escolher entre avaliações das acções” (Hattie, 92, p. 43).

As expectativas são determinantes críticas da percepção de nós próprios, particularmente se as expectativas não são confirmadas. As nossas concepções sobre o nosso self são relativas ao que consideramos importante, não necessariamente para as nossas capacidades ou conhecimentos (Hattie, 92).

Assim, o auto-conceito não é uma entidade monolítica e unitária, segundo Hattie (92), refere descrições, expectativas e prescrições; pode ser actual, possível, ideal, avaliativo, interpretativo e dinâmico. Burns (82) afirma que o auto-conceito “parece ter um papel triplo: manter a consistência, determinar a forma de interpretar as experiências e fornecer um conjunto de expectativas”.

O auto-conceito é a descrição que o indivíduo faz de si próprio nos diferentes contextos, ambientes e desempenhos, e interações em que se envolve (Carstensen, 93; Oosterwegel & Oppenheimer, 93).

A importância do auto-conceito, como guia para a ação, varia com as situações, mas não é camaleónico. Muito poucos indivíduos podem explicitamente descrever o seu auto-conceito, ou as relações entre as suas concepções e comportamentos, ou a integração dos componentes do self, mas podem ter modelos implícitos que podem regular e podem guiar ambos comportamentos e impressões (Hattie, 92).

Para Shavelson et al (76), o auto-conceito pode ser definido através de sete características principais:

- a) é organizado ou estruturado, a partir da categorização da informação que as pessoas adquirem sobre elas próprias, relacionando as categorias umas com as outras;
- b) é multifacetado, e as facetas particulares reflectem o sistema de categorias adoptado por um indivíduo particular e/ou partilhado pelo grupo;
- c) é hierárquico, tendo por base percepções do comportamento, e caminhando para inferências sobre si, nas subáreas, depois para inferências sobre o self em áreas específicas e depois para inferências sobre o self, no geral;
- d) o auto-conceito geral é estável, mas à medida que se desce na hierarquia refere-se progressivamente a situações específicas, e é por consequência menos estável;
- e) o auto-conceito vai-se multifacetando progressivamente, à medida que o indivíduo se desenvolve;
- f) compreende uma dimensão descritiva e uma dimensão avaliativa, através da qual os indivíduos se podem descrever e avaliar.

Hattie (92) estabelece como corolários de um modelo facetado do auto-conceito (partindo das implicações tiradas por Shavelson, Hubner, and Stanton, 76):

- o auto-conceito é hierárquico
- o auto-conceito é multifacetado
- o auto-conceito geral é uma variável latente
- o auto-conceito é único para cada pessoa
- o auto-conceito pode guiar o comportamento
- o nosso entendimento do auto-conceito está implícito primariamente
- o auto-conceito pode ser influenciado pela situação e pelos outros significativos
- o auto-conceito é culturalmente limitado
- o ponderação das concepções do self pode mudar através de generalizações
- o auto-conceito é razoavelmente estável

O auto-conceito muda através das culturas, através das gerações, através da idade e pode também mudar através de programas educacionais (Hattie, 92).

Assim, a formação do auto-conceito é parte integrante do processo de auto-definição social, composto por dois elementos: a auto-imagem e a auto-avaliação / auto-estima / valor próprio ou auto-aceitação (self-worth ou self-acceptance). O estado de bem estar psicológico traduz uma forte relação entre o auto-conceito e uma auto-avaliação positiva.

Auto-Conceito: Conceito Simples ou Multifacetado  
Unidimensionalidade versus Pluridimensionalidade

O uso do termo auto-conceito no singular, é de alguma maneira enganador. Possuímos uma plethora de auto-conceitos, alguns relacionados com o comportamento geral, outros com áreas específicas (Burns, 82).

No conjunto dos paradigmas do auto-conceito, tem-se destacado a conceptualização diferencial, que considera não existir apenas um auto-conceito, mas sim uma variedade de auto-conceitos com diferentes graus de importância (Veiga, 95). Há uma diversidade ou conjunto de auto-conceitos que integram o auto-conceito global e que são utilizados ou activados de acordo com o contexto ou natureza da situação de interacção.

Para Byrne (84), o auto-conceito é um constructo multidimensional, tendo um constructo geral e várias áreas específicas; para Shavelson et al (76), o auto-conceito não pode ser adequadamente entendido se a sua multidimensionalidade for ignorada. Também, Shavelson e Bolus (82) referem que o auto-conceito se torna multifacetado com a idade; quanto à variável sexo a sua influência resume-se aos estereótipos já existentes na comunidade social.

A característica - multidimensional ou pluridimensional - atribuída ao auto-conceito, traduz, segundo Susan Harter (85), toda a multiplicidade de situações em que o indivíduo pode perceber-se como actor, em domínios específicos.

Apesar da unidade da personalidade e de esta se estruturar como um todo, o indivíduo revê-se em diferenciações intrapsíquicas e relacionais, complementares e contraditórias, ligadas a múltiplos contextos que as condicionam. A expressão “dimensões do auto-

conceito” refere-se aos factores das escalas utilizadas para proceder à avaliação deste construto. (Veiga, 95).

O carácter da unicidade ou da multidimensionalidade do auto-conceito é visto, de acordo com L'Écuyer (78), de dois ângulos:

1 - Há autores que fazem referência a um auto-conceito simples ou único, desde que os trabalhos abordem um aspecto particular e isolado do conceito de si (imagem corporal, eu ideal, sentimento de identidade,...), enquanto outros utilizam simultaneamente várias e diferentes dimensões do auto-conceito e as suas interrelações.

2 - Outros ainda, têm maneira diferente de distinguir os autores. Assim, aqueles cuja teoria se baseia na procura de unidade, consistência ou coerência interna, são considerados como fazendo referência a uma noção de auto-conceito simples, único e unitário; enquanto aqueles, cuja teoria de base põe em evidência o carácter mutável, as variações de auto-conceito através das diferentes situações e no tempo, são consideradas como fazendo apelo a uma noção de si “múltiplo”.

Ver os autores a identificarem de maneira claramente oposta teorias, decorre destes dois diferentes esquemas de referência.

Mas, também para L'Écuyer (78), a noção de conceito de si, só se torna significativa quando é considerada sobre o ângulo multidimensional. O auto-conceito é composto de múltiplas facetas. É uma organização hierárquica de um conjunto de percepções, cobrindo aspectos, os mais variados, quanto à maneira como o indivíduo se percebe. Encontra-se, por um lado, tendência à coerência interna, por outro, observam-se inconsistências de uma situação para outra, mudanças e variações no tempo, o que não contraria o carácter multidimensional do auto-conceito.

Vários autores referem a discordância entre os que defendem a multidimensionalidade do auto-conceito (Allport, 61, in Harter, 83; Allport, 55, 61; Sarbin, 52, 54; Staines, 54 in L'Écuyer, 78), e aqueles que argumentam a favor da sua unidimensionalidade mas, na diversidade dos estudos, privilegiam-se aspectos específicos do auto-conceito, tal como o si-mesmo vocacional (Marcia, 80; Melgosa, 87; Super et al., 63), a auto-estima (Coopersmith, 67; Ziller, 73), o si-mesmo ideal (Alawiye & Alawiye, 88; Lutte, 71), as fases do reconhecimento de si-mesmo (Zazzo, 73), a imagem corporal (Fisher & Cleveland, 68) ou o auto-conceito académico (Byrne, 84; Marsh, Byrne & Shavelson, 88; Shavelson et al., 76; Waetjen, 72) (Veiga, 95).

## Auto-Conceito como “Traço” e como Estado:

## Estabilidade versus Maleabilidade

Segundo Burns (82) a auto-avaliação não é fixa/estável, mas relaciona-se com cada contexto ou situação particular; problemática que de acordo com os diversos autores é referida como estabilidade versus maleabilidade ou traço versus estrutura. Sherif and Sherif (56) e anteriormente o trabalho de Hovland, Lumsdaine and Sheffield (49) mostraram claramente que as atitudes mais fáceis de mudar ou formar são as menos estruturadas. Sherif and Cantril (47) mostraram que atitudes uma vez formadas, tendem a manter-se. É na infância que o auto-conceito está menos formado e menos estruturado.

O auto-conceito forma-se nas etapas prematuras do desenvolvimento e alguns estudos longitudinais com sujeitos adolescentes apontam no sentido da estabilidade (Bachman & O'Malley, 77; Engel, 65). Bachman & O'Malley (77) acompanharam adolescentes desde os 15 até aos 23 anos e observaram a estabilidade do auto-conceito. Carlson (65), que acompanhou 46 sujeitos dos 11 aos 18 anos, refere que a auto-estima, enquanto consonância real-ideal, se manteve estável (Veiga, 95).

“Não temos liberdade completa para escolher os nossos valores, pois muitos deles foram adquiridos muito antes de termos oportunidade de os considerar” Rosenberg (79, in Veiga, 95, p.31). A instabilidade verificada no auto-conceito teria assim relação com a idade e com o desequilíbrio emocional; entre os 12 e os 14 anos seria uma das alturas em que o auto-conceito se apresentaria mais instável.

Outros estudos defendem o aparecimento de dimensões diferenciados no auto-conceito a partir dos 11-12 anos e a sua progressiva estabilização ao longo da adolescência (Harter, 83; Marsh, Byrne & Shavelson, 88).

---

Vários autores referem que todo o comportamento é motivado pela necessidade de unidade, e daí o nosso auto-conceito ser fortemente afectado pela tendência para criar, manter um estado de consistência (Festinger, 57; Heider, 46, 58; Higgins, 87; Hilgard, 49; Lecky, 45; Lewin, 35; Stagner, 51; Ziller, 73; in Hattie, 92)

Para Purkey (70, in Onate, 89), quando um novo conceito de si próprio se apresenta como relevante e consistente com os outros conceitos já presentes no sistema, é aceite e assimilado com facilidade. Se o conceito não tem relevância, é ignorado; e se se revela inconsistente, é distorcido ou ignorado.

O auto-conceito é defensivo por natureza. Um sujeito que tem um auto-conceito elevado numa dada área importante da personalidade, terá que experienciar fracassos antes de mudar de imagem do self. O self é uma realidade aprendida, que se adquire e se modifica através das mudanças e relações interpessoais.

Lecky (45; in Hattie, 92) considera que o centro ou núcleo da mente é a ideia do indivíduo ou concepção de si. Assim, o sujeito procura as experiências e assimila as ideais que suportam os seus valores ou, são consistentes com ideais já presentes e rejeita as que são inconsistentes com elas.

Há evidência de que mesmo aqueles que clamam ser consistentes, mostram muita variabilidade, quer no tempo quer nas situações (Mischel, 68, 81, 84; in Hattie, 92).

A avaliação do nosso self está continuamente sobre validação e invalidação. Este feedback é um dos mais profundos e uniformizadores efeitos da nossa concepção do self.

Hattie (92) refere algumas investigações - Maslow, 54; Rosenberg, 79 - que defendem ter o indivíduo um self muito estável e resistente que, uma vez formado, torna quase impossível a mudança.

No entanto outros autores consideram que a maior parte da variância no comportamento é devida a variáveis de situação por isso será inapropriada a perspectiva do “traço” (Argyle & Little, 72; Fazio, Effrein & Falender, 81; McGuire & McGuire, 82; in Veiga, 95).

Gergen (82, in Hattie, 92) considera o auto-conceito como fluído e efêmero. Vê o auto-conceito como tendo quatro fontes de momentânea variação. Pode mudar pela aprovação dos outros (Gergen, 65), pela auto-observação ou papéis representados (Gergen & Taylor, 1969), pela comparação social (Morse & Gergen, 70) e pela perscrutação da memória ou revendo as memórias passadas acerca de si (Gergen & Taylor, 69).

Posições menos extremas têm surgido nesta polémica. A estabilidade do auto-conceito deveria ser vista mais como uma mudança ordenada do que como uma constância através do tempo, num reconhecimento da natureza dual do self, e portanto da sua permanência e maleabilidade (Damon & Hart, 86; Markus & Kunda, 86). Situados na corrente cognitivo-social, alguns autores concebem os “traços” como “esquemas” ou regras cognitivas que são modelados pelo ambiente, ao mesmo tempo que o modificam (Markus & Nurius, 86; Mischel, 73) (Veiga, 95).

Markus & Kunda (86) conceberam a noção de “working self-concept” como um subconjunto do universo das auto-concepções que são invocadas pelo indivíduo, como resultado de uma experiência ou situação. É uma estrutura temporária consistindo em elementos de colecção das auto-concepções, organizada numa configuração determinada pela ocorrência dos acontecimentos sociais. Este modelo concebe o self como estrutura e como processo. (Markus & Wurf, 87, in Hattie, 92).

O paradigma cognitivo-social, com o seu ênfase nos factores contextuais e no processamento da informação, trouxe uma nova orientação ao estudo do auto-conceito, a atenção é aqui centrada no modo como se adquire, armazena, recupera e utiliza a informação que é relevante para o indivíduo (Hull et al., 88; Markus & Nurius, 86; in Veiga, 95).

### Auto-Conceito: Modelo Concêntrico versus Modelo Hierárquico

Para alguns autores, a organização interna dos diversos elementos do auto-conceito é hierárquica ( Stryker,68,80; McCall e Simons,66; Rosenberg,79; e Turner,78 in Oñate, 89; Hattie, 92; Oosterwegel & Oppenheimer; Gordon, 68; L'Ecuyer, 75, 78). Existe um auto-conceito geral no topo da hierarquia; nos níveis inferiores encontram-se elementos cada vez mais diferenciados e especializados. O desenvolvimento do auto-conceito segue assim do geral para o específico.

Outros autores adoptam um modelo concêntrico, em que a preocupação fundamental é com o significado diferente que os vários aspectos têm para o indivíduo, a forma como valoriza as várias facetas do self.

Harter (83, 85a, 85b) defende com ironia que os modelos hierárquicos “constituem teorias na mente dos psicólogos, não necessariamente auto-teorias na mente dos indivíduos” (85, p.66 in Hattie, 92). Argumenta que a valência e a força, assim como a importância e saliência necessitam de ser consideradas em qualquer modelo do auto-conceito.

Harter (83, 85, 85b, in Hattie, 92) apontou críticas ao modelo hierárquico, sobretudo ao nível da forma como ele propõe que se meça o auto-conceito global, sugerindo um modelo desenvolvimental que considera três níveis:

No 1º inclui cinco tipos de conteúdo numa sequência desenvolvimental: atributos físicos, descrições de comportamento, descrições emocionais, descrições motivacionais e cognições. No 2º, inclui este tipo de conteúdos que podem ser aplicados a qualquer tipo de domínio (atletico, pares,...). O 3º é a dimensão estrutural, que se refere à forma como

estes conteúdos, categorias são processados cognitivamente. É constituído por quatro estádios: as auto-descrições (são concebidas ou expressas em termos de atributos específicos simples, comportamentos, emoções, motivações e cognições) estão integradas em traços; os traços são integrados em abstracções simples; e simples abstracções, estão combinadas em abstracções de ordem mais elevada.

Em cada um destes 4 estádios há dois níveis: no 1º nível, os atributos, os traços ou as abstracções são tipicamente globais e muitas vezes sobregeneralizados; no 2º nível estas descrições tornam-se diferenciadas e específicas da situação (Harter, 85).

Harter admite que os indivíduos diferem de grau ao seguir estes modelos e que pode haver conflitos e confrontos dentro do próprio indivíduo acerca do self. Introduziu a importância da saliência ou relevo e argumenta que quanto maior congruência entre estimativas de adequação e importância, maior o sentimento de valor do indivíduo (sense of worth). O seu modelo não exclui um modelo hierárquico; considera sim, que, tal modelo não deverá ser generalizado a todos (Hattie, 92).

O conceito de si é definido por L'Ecuyer (75) como uma estrutura de conjunto multidimensional, composta de algumas estruturas fundamentais, delimitando as grandes regiões globais do auto-conceito, cada uma recobrando porções mais delimitadas do si (soi), caracterizando as múltiplas facetas do auto-conceito e extraído do seio da experiência directamente experiencial, depois percebida e finalmente simbolizada ou conceptualizada pelo indivíduo.

Ou seja, o auto-conceito articula-se em três patamares sucessivos:

- estruturas, regiões fundamentais do conceito de si, subdivididas em
  - sub-estruturas, regiões mais limitadas, que se fraccionam por sua vez em
  - categorias, conjuntos de elementos muito mais específicos, caracterizam as múltiplas facetas do conceito de si (L'Ecuyer 78).
-

Entre os vários autores, como refere Hattie (92), as categorias da auto-descrição estão estabelecidas razoavelmente e o mais importante é como são integradas estas categorias e encontram fundamento, para um modelo hierárquico do auto-conceito, para os adolescentes e mais unitário na estrutura para as crianças mais jovens.

As crianças jovens tendem a não usar as mais abstractas descrições do self, preferem categorias mais concretas e objectivas, enquanto os adolescentes, preferem, mais orientadas para o futuro, abstractas, interpessoais e descrições psicológicas; assim, o self seria razoavelmente diverso na criança, mas tornar-se-ia mais multifacetado e hierarquizado no adolescente.

Os modelos e experiências que enfatizam as diferenças médias ao comparar as idades ignoram as mudanças relacionais. As médias podem manter-se iguais ou até diferir marcadamente, mas o importante é considerar as mudanças na relação entre as várias categorias. As mudanças na relação ocorrem, no período próximo dos 9 para os 13 anos. É a altura em que a capacidade para integrar, planejar, sintetizar, e desenvolver podem, fortemente, afectar o auto-conceito.

## Auto-Estima e Unidimensionalidade

Inversamente ao auto-conceito, a auto-estima é considerada como uma estrutura unidimensional (Hattie, 92) a qual possui uma componente essencialmente afectiva (Rosenberg, 65; Wells & Marwell, 76; Rogers, 82; Campbell e Lavalle, 93). Há unanimidade entre os investigadores em considerarem a auto-estima como a componente avaliativa do auto-conceito (Fleming & Courtner, 84; Gurney, 86).

A auto-estima traduz os sentimentos do indivíduo para si próprio, na consonância directa da relação estabelecida entre o Eu real e o Eu ideal (Cohen, 59; James, 1890). A auto-estima ao ter como referências a discrepância entre o Eu real e o Eu ideal, é afectada por sucessos e falhanços, em domínios considerados importantes pela própria pessoa. É o agrado que temos naquilo que pensamos. Assim, a auto-estima poder-se-ia definir, segundo Veiga (95), como o resultado de experiências de sucesso ou de fracasso, comparadas com o nível das aspirações do indivíduo.

Se o auto-conceito é o modo como o sujeito se avalia a si próprio, a auto-estima é a forma como o indivíduo gosta ou não daquilo que avalia em si próprio (James in Rogers, 82).

Jacobson (64, in Hattie, 92) usa o termo self como referindo toda a pessoa, incluindo o seu corpo e as partes do corpo e, a auto-estima dependente da natureza da imagem interna como o sujeito se mede e da maneira como vive com esta imagem. Auto-estima é o nível do olhar global que cada um tem para o self, como pessoa (Harter, 92).

Rosenberg (65, in Burns, 82) considerou a auto-estima como uma atitude positiva ou

negativa para com um objecto particular: o si-mesmo. Põe muita ênfase na relação, no peso, e na combinação de elementos que são responsáveis pela auto-estima global (Hattie, 92).

Para Hattie (92), a auto-estima relaciona-se com a convicção de que, aspectos do comportamento ou self que o indivíduo deseja ver estimados, são valiosos. O sentido do valor individual pode ocorrer numa diversidade de áreas. Por outro lado, várias fontes do auto-conceito são mais salientes que outras. O importante não são tanto os conteúdos ou categorias do self, mas sim com estes conteúdos são percebidos, organizados e avaliados.

Para Duval e Wicklund (72) a auto-avaliação pode ser qualidade ou atributo dos standards de correcção que cada pessoa possui. Estes standards são uma representação mental de comportamentos, atitudes e traços considerados correctos.

São os valores os mais significativos construtos que contribuem para a conduta humana. Uma vez internalizados, tornam-se uma bitola ou critérios para julgar a acção, ou para desenrolar ou manter as atitudes face a objectos e situações relevantes, para julgar moralmente o self e os outros, e comparar o self com os outros (Rokeach, 68; in Hattie, 92).

Para Coopersmith, (67, in Burns, 82) a auto-estima é um juízo de valor, é a avaliação que o indivíduo faz e usualmente mantém em relação a si próprio; expressa uma atitude de aprovação ou rejeição e indica em que medida acredita ser capaz, significante, com sucesso e valor. Esta avaliação do indivíduo sobre si próprio indica o grau em que se considera capaz, importante e valioso.

A auto-estima parece implicar que o indivíduo sente ser uma pessoa valiosa, respeitando-

se pelo que é; a maneira como sente positivamente acerca de si, e não condenando-se por aquilo que não é. A baixa auto-estima sugere auto-rejeição, auto-discriminação e auto-avaliação negativa.

Três pontos principais surgem - para Burns (82) - pertinentes para a auto-avaliação:

1 - A comparação da auto-imagem individual com a auto-imagem ideal ou o tipo de pessoa que se deseja ser. A congruência destes dois factores é um indicador importante de saúde mental (visão clássica de James).

2 - A internalização dos julgamentos sociais: a auto-avaliação é determinada pelas crenças individuais de como os outros o avaliam (visão inicialmente promovida por Cooley e Mead ).

3 - A avaliação individual de si, como um sucesso ou falhanço relativo, na realização do que a identidade implica.

Assim, a medida da auto-estima é, deve ser entendida, como uma auto-avaliação, com uma orientação fenomenológica, porque a avaliação é subjectiva.

Em suma, tal como escreve Burns (1979, 82), a auto-estima é uma imagem composta daquilo que indivíduo pensa ser, do que poderá alcançar, do que pensa que os outros julgam de si e de como o próprio indivíduo gostaria de ser. Caracteriza assim, a auto-estima como o aspecto avaliativo do auto-conceito.

Harter (93, 93b), baseando-se nas teorias de James e Cooley - refere que o Eu (I-self) é observador activo, conhecedor, procurador de informação, arquitecto e construtor do conhecimento, enquanto que o Mim (Me-self) é o eu que é conhecido, observado, que é construído, é o auto-conceito, a auto imagem, incluindo o sentido de auto-estima.

Assim, o self deve ser tratado como uma construção cognitiva, cuja arquitectura, pelo design evolucionário, é extremamente funcional (Harter, 93).

Para Cooley (1902), o self era uma construção social, criada pelo lançamento / fusão do olhar / contemplação no espelho social para averiguar, descobrir e indagar relativamente ao self, a opinião dos outros significativos que se tornam os espelhos (Harter, 93).

Harter adoptou a metáfora do espelho (looking glass self), que proporciona ao desenvolvimento infantil informação crítica acerca das capacidades e características emergentes de ambos, o Eu (I self) e o Mim (Me self).

A auto-estima reflecte as opiniões que os outros tem em relação ao sujeito e é o nível do olhar global que cada um tem para si como pessoa. O olhar ou estima apreço dos outros, incorpora-se na auto-estima pessoal, (Harter, 93) pelo que a sua origem é por natureza, social (Harter, 93b).

Para James (1892) a auto-estima é dada pela relação entre o nosso sucesso e as nossas previsões. A auto-estima elevada resultaria da visão de si próprio competente, em domínios em que quisesse sobressair ou notabilizar-se; assim, a auto-estima é o produto da auto-avaliação da própria competência em domínios que o Eu (I self) julga serem importantes e em que esperaria ser bem sucedido (Harter, 93).

Também o nível de competência ou de adequação influencia directamente o suporte que recebe dos outros significativos (Harter, 93 b). O olhar positivo ou aprovador dos outros é o determinante da auto-estima (Harter, 93); se os outros nos têm em opinião elevada, o nosso próprio sentido de auto-estima será elevado.

Numa perspectiva desenvolvimentista, a criança começa perto dos 8 anos a desenvolver avaliação - em domínios específicos - da sua competência ou adequação, em acréscimo a um maior conceito global do seu valor como pessoa.

Harter (93 b) salienta quatro fontes potenciais de suporte: pais, professores, colegas e amigos. Para as crianças mais velhas e adolescentes, a aprovação dos colegas e dos pais é o melhor preditor de auto-estima.

Afirma que, associadas, as formulações de James e Cooley fornecem uma poderosa explicação para o nível de auto-estima demonstrado em crianças e adolescentes (Harter, 87, 93a, 93b). Os efeitos destes dois determinantes (colegas e pais) são aditivos. Em cada nível de suporte social, maior competência em domínios importantes conduzem a uma auto-estima mais elevada (Harter, 93).

Indivíduos de baixa auto-estima, conjugam incompetência em domínios importantes e ausência de suporte, aprovação por parte dos outros.

A auto-estima relaciona-se com os domínios em que o sujeito tem aspirações a ser bem sucedido; o sentido de adequação num domínio específico só teria impacto se o sucesso nesse domínio fosse considerado importante. Assim, há uma relação dramática e sistemática entre a competência em domínios considerados e julgados importantes e a auto-estima (Harter 93).

Os dois construtos causais do modelo de Harter (93,93 b) - competência em domínios importantes e suporte social - não só influenciam o nível da auto-estima como desencadeiam uma poderosa reacção emocional que, para a criança ou para o adolescente com baixa auto-estima, resulta num estado crónico de depressão. Auto-estima e afecto estão fortemente correlacionados com o desespero.

Estes dados convergem com outra literatura que foca a discrepância entre o eu ideal e o eu real, as discrepâncias entre o que cada um gostaria de ser e aquilo que percebe ser (Harter, 93). Estas discrepâncias são preditivas não só da auto-estima, mas de efeitos associados com a ansiedade, o desânimo, a depressão (Higgins 87; 89 in Harter, 93 b). A auto-estima baixa está fortemente relacionada com crianças e adolescentes que consistentemente apresentam afecto depressivo.

Este tipo de discrepâncias não são aplicáveis às crianças jovens, pois a sua competência parece não ser tão crítica, por não estarem cognitivamente aptas a comparar os dois conceitos: a importância e a auto-avaliação simultaneamente (Harter,93 b).

Harter (93) ao examinar as ligações entre os olhares percebidos dos outros e a auto-estima - em indivíduos entre os 8 e os 50 anos - verifica que os indivíduos com menor nível ou qualidade de suporte mostram auto-estima mais baixa.

A autora lembra que James sugeria dois caminhos para reduzir a baixa auto-estima: aumentar o nível de competência ou baixar o nível de aspiração (reduzindo assim a discrepância entre competência e importância atribuída (Harter, 93b).

Assim, considera ser possível prevenir e intervir na melhoria da auto-estima:

1 - ao ajudar os indivíduos a ser mais competentes em áreas em que têm aspirações;

---

2 - ao ajudar a desvalorizar a importância do domínio em que altos níveis de sucesso sejam impossíveis;

3 - ao criar mais oportunidades de suporte e aprovação pelos outros significativos.

Salienta que os indivíduos têm interesse em manter a estabilidade das suas teorias pessoais sobre a realidade, por ser o único sistema que têm para dar sentido ao mundo, controlar e guiar o seu comportamento (Harter, 93 b).

São também várias as estratégias que o indivíduo emprega para manter a integridade das suas crenças básicas, evitando o que pareça estar contra a evidência:

- a) pode idear/estruturar a sua teoria pessoal de maneira pessoal que se torna intestável;
- b) selecciona só a informação que suporta a sua teoria,
- c) procura experiências e acontecimentos que confirmem as suas crenças.

Na generalidade os autores referem o que Harter (93) apelida de a “inextricável ligação” entre aspecto físico e auto-estima.

Harter (93, 93 b) salienta que, a maneira como o indivíduo se apresenta, o seu aspecto exterior, precede qualquer outro domínio como preditor número um da auto-estima do sujeito. Desde uma idade muito precoce, o físico ou o exterior do self parece ser uma dimensão saliente que provoca reacções psicológicas avaliativas. Os outros reagem à exposição/exibição do físico; gera reacções avaliativas que podem ser incorporadas no sentido emergente do eu ganhador. O domínio físico é qualitativamente diferente dos outros, por ser uma imagem omnipresente do self, um traço, uma marca do self, sempre exposta aos outros ou para o Eu observar.

O aspecto físico é o domínio preditivo em particular para as mulheres, que baseiam a sua auto-estima na avaliação da aparência, ficando especialmente em risco de baixa auto-estima.

Tal como outros autores, Harter (93) afirma que há factores críticos envolvidos na ênfase que a sociedade contemporânea coloca no aspecto ou aparência em qualquer idade e que os standards são paradoxais e punitivos para a mulher.

Não obstante os media enfatizarem a aparência para o homem, fazem-no com maior latitude de atracção; para estes, inteligência, competência no trabalho, capacidade atlética, riqueza e poder são as vias para a avaliação positiva dos outros e de si próprio.

É forte esta correlação ao longo da vida e existe, tanto na população intelectualmente

dotada, como nas populações especiais e com dificuldades de aprendizagem (onde se poderia antecipar que a competência escolar demonstraria uma relação mais forte com a auto-estima). Também é alta a correlação em adolescentes identificados pelo seu comportamento disruptivo (Harter, 93, 93 b).

Na infância, rapazes e raparigas gostam igualmente da sua aparência física, mas no fim do secundário, as raparigas têm avaliação dramaticamente mais baixa que os rapazes. A percepção da atracção declina sistematicamente com o tempo, o que poderá contribuir para o decréscimo da auto-estima na mulher (Harter, 93).

Burns (82), referindo-se à aparência física, considera que é um elemento básico do auto-conceito do indivíduo. Cita investigações, que mostram que certas configurações corporais conotam temperamentos e personalidades específicas. Estas associações são estabelecidas bastante cedo na vida do sujeito e conduzem ao desenvolvimento das imagens estereotipadas do corpo. Por exemplo, a forma dita mesomórfica (muscular, atlético) é sempre melhor avaliada, sendo-lhe conferido atributos positivos nos rapazes (Staffieri, 57; Dibiasi and Hjelle, 68; Guy et al, 80), enquanto que é desfavorável para as raparigas, para quem o mais favorável ou mesmo, o ideal para o corpo feminino é o ectomórfico, em que a cultura enfatiza a magreza e a associa à atracção do sexo feminino (Caskey and Felker 71).

Assim, a aparência física constitui um agente poderoso para atrair respostas sociais particulares. Este feedback gera, em grau considerável, a maneira como a pessoa sente acerca de si própria. Através dos estereótipos culturais, as expectativas e alcuinhas, o indivíduo masculino aprende que não é bom afastar-se do ideal mesomórfico. A imagem dos baixos ou dos obesos é geralmente descrita negativamente.

Lerner, Karabenik and Meisels (75 in Burns, 82) demonstraram que as crianças dos 4 aos 8 anos, não gostam do endomorfo e aceitam o mesomorfo. A reacção social de rejeição e evitamento relativamente ao endomorfo aumenta com a idade.

Bergscheld, Walster and Borhnstedt (73) sugeriram que o rosto era a parte mais importante da aparência a influenciar o auto-conceito dos adolescentes mais velhos.

Mahoney and Finch (76) mostraram que nos estudantes masculinos, a voz, o queixo e os traços fisionómicos do rosto contribuíam mais para a auto-estima.

Lerner et al (76) apontavam as partes do corpo melhor predictoras do auto-conceito; relacionadas com a atracção: a face, a cintura, o peito, os dentes e a boca; e o peso, a configuração corporal, as coxas e a largura de ombros, com a efectividade. O auto-conceito das mulheres aparece mais fortemente relacionado com as suas atitudes acerca da sua atracção física do que com a eficiência física (Burns, 82).

Embora não se possa dizer que a orientação do indivíduo é afectada pelo seu tipo corporal, Staffieri (57, in Burns, 82) considera que os indivíduos podem responder consistentemente com os meios padronizados (profecias de auto-realização).

A insatisfação com o self, decorrente da imagem corporal pode ocorrer bastante cedo na vida. As mudanças na imagem do corpo que ocorrem nas adolescentes parecem ser um problema maior para as raparigas que para os rapazes (Burns, 82).

Harter (93) questiona-se sobre a direcção desta ligação: o que surge primeiro? A avaliação do seu próprio aspecto precede ou determina a sua auto-estima (a aparência determina a auto-estima) ou, é o sentimento de auto-estima que determina o quanto o sujeito gosta da sua aparência (isto é, a auto-estima precede o julgamento do aspecto).

Verifica que os adolescentes, que consideram ser o sentido de valor determinado pelo aspecto físico, têm auto-estima mais baixa e sentimentos mais depressivos, comparativamente aos que consideram que a auto-estima precede o julgamento da aparência.

Adolescentes e mulheres que perfilham o modelo de James, em que a auto-avaliação em domínios importantes é o determinante da auto-estima, estão mais em risco de baixa auto-estima e de respostas inadaptadas.

Em contraste, para o modelo de Cooley (1902), a auto-estima é uma construção social; em resposta à aprovação social, na forma da visão positiva por parte dos outros significantes. O modelo de “looking glass mirror” na origem da auto-estima parece estar claramente documentado pela ligação entre a percepção do indivíduo da aprovação dos outros e a própria auto-estima, formando-se o Mim (Me self) por incorporação das opiniões dos outros significativos.

Harter (93, 93b) lembra que deverão ser tidas em conta as características quer dos outros significativos, quer da criança ou adolescente, bem como a condicionalidade do suporte.

O suporte dos amigos e dos familiares, que são quem provavelmente conhece o Eu mais autêntico, tem menor impacto na auto-estima que o suporte público dado por colegas.

A internalização da aprovação ou reprovação parental é particularmente crucial na formação da auto-estima da criança jovem. Verifica que entre os 12-18 anos, o grupo que sente que a apreciação dos outros precede a auto-estima, tem auto-estima consideravelmente mais baixa.

Os colegas consideram mais importante o aspecto físico, a simpatia e a competência atlética dos seus pares, enquanto os pais consideram mais importante a competência escolar e o comportamento dos filhos.

Reciprocamente as crianças e os jovens consideram o competência escolar e o comportamento mais importante para os pais e a aceitação social, o aspecto físico e a competência atlética mais importante para os pares.

A importância atribuída por outros a determinado domínio ou área tem forte correlação com a importância para o self. A discrepância entre grande importância e baixa competência será muito difícil de reduzir baixando as aspirações do indivíduo. O processo de se comparar com outros com o fim/objectivo de se auto-avaliar começa a meio da infância e aumenta com a maturidade (Harter, 93 b).

A preocupação com o reflexo / espelho social gera invariavelmente mais baixa auto-estima como resultado da sua postura psicológica, para os adolescentes que consideram a sua auto-estima baseada na aprovação ou desaprovação dos outros.

Pelo contrário, o adolescente que considera que a aprovação do self precede a aprovação dos outros utiliza descrições mais positivas acerca de si.

Quando se baseia a auto-estima na aprovação dos pares, fica-se particularmente vulnerável, por se perceber a variabilidade, a flutuação, a oscilação real ou imaginária desta.

Por outro lado, estes adolescentes foram também considerados pelos professores como mais conformistas com as opiniões dos colegas do que aptos a defender os seus pontos de vista e mais susceptíveis à distração e dispersão das suas actividades escolares (Harter, 93).

A auto-estima é correntemente baseada em julgamentos/juízos de adequação. O feedback de diferentes outros significativos variará inevitavelmente, as mesmas pessoas poderão ter opiniões diferentes e diferentes opiniões no tempo. O sujeito terá auto-estima mais elevada e também mais estável, se não estiver tão dependente das fontes externas de suporte do sentido da sua auto-estima; gostará de si como pessoa, gostará da forma como é e sentir-se-á apoiado pelos outros (Harter, 93).

Durante os períodos formativos de desenvolvimento da criança e do adolescente a mudança na auto-estima é frequente, sobretudo em períodos de transição de ciclos escolares, porque trazem:

- a) alterações na auto-percepção de competências, dando novas tarefas e novos grupos de referência com quem se comparar;
- b) alterações na hierarquia de aspirações no que respeita à importância de domínios no novo contexto;
- c) a necessidade de estabelecer novas redes sociais que servirão como fontes de aprovação ou reprovação.

Estas alterações criam ambiente para mudanças na ideia acerca de si (one's self theory) aumentando ou reduzindo a auto-estima (Harter, 93 b).

O adolescente cria diferentes Mims (Me self) para corresponder a papéis sociais diversos, mas nem sempre estes falam a uma só voz. Por volta dos 15 anos o conflito interno dos diferentes selves, que tem que se construir, para os diversos contextos, podem-se tornar furiosos no meio da adolescência. A rapariga, tal como a mulher em qualquer idade, preocupa-se mais, e refere maior conflito que o rapaz, porque tem mais selves diferentes na multiplicidade de situações (Harter, 93).

Factores como falta de suporte social, baixa auto-estima , sentimentos depressivos e desespero que constituem uma constelação socio-psicológica preditiva de comportamentos suicidas, ganham importância ao caminhar para a adolescência, e levam muitos adolescentes a considerar o suicídio como uma solução, como fuga ao conhecimento de afectos penosos respeitantes ao self e às reacções dos outros (Harter, 93 b).

A emergência do “falso self” (Harter, 93), só ocorreria depois dos 11-12 anos. Consistiria em agir como alguém que não se é, podendo ter como motivação um desejo de ter ou de ganhar o respeito dos outros, impressionando os pares ou estabelecendo relações sociais. O verdadeiro self das mulheres não é tradicionalmente valorizado pela sociedade, que arranja a forma de silenciar ou suprimir a sua voz.

### Teoria da Representação Social

“O auto-conceito tem que ser estudado como uma representação social porque é um princípio organizativo da relação simbólica entre agentes sociais.” (Doise, 88, p.107)

“...todas as funções mentais mais elevadas são relações sociais interiorizadas... A sua composição, a sua estrutura genética, e os seus meios de acção... numa palavra, toda a sua natureza ...é social. Mesmo quando se examinam os processos mentais (internos, individuais), a sua natureza permanece quase social. Na sua própria esfera privada, os seres humanos conservam as funções de interacção social” (Vytgoski, 81; in Semin, 91, p.249)

A pertença a grupos e a auto-categorização são importantes factores na modelação da identidade individual, mas também outro tipo de relações são importantes. As categorizações intervêm nas representações sociais, mas as suas intervenções são condicionadas pelos padrões de comunicação e características interactivas (Doise, 88).

A noção de representação social suscitou numerosos trabalhos e debates em psicologia social e tende a ocupar uma posição central nas ciências humanas. Impulsionada em França por Serge Moscovici (Jodelet, 91) com o estudo sobre a representação da psicanálise (1961), deu lugar a uma importante série de investigações visando explorar as representações elaboradas a partir de noções, conceitos ou situações tais como a cultura, a doença mental, o corpo, a justiça, a infância, o artesanato, a cidade, o papel das mulheres, as relações professores - alunos,.. (Abric, 87). Moscovici pedia também aos

psicossociólogos para estudar o conhecimento que os indivíduos e os grupos possuem - e utilizam - a respeito da sociedade, do Outro e do mundo em geral e para precisar como se estruturam estes conhecimentos. Pedido que não ficou letra morta, número crescente de estudos sobre as representações na Europa, investigação aprofundada dos conhecimentos e especificamente dos esquemas sociais na América do Norte, proliferaram (Hewstone, 91).

Com Moscovici (86) foi possível tirar uma conclusão importante sobre o funcionamento cognitivo: este não pode ser estudado simplesmente como uma actividade individual que sustenta uma realidade objectiva e neutra .... “ não somente as nossas imagens do mundo social são um reflexo dos acontecimentos do mundo social, mas os próprios acontecimentos do mundo social podem ser reflexos e produtos das nossas imagens do mundo social”( Snyder et Swann, 78; in Doise, 88, p.343).

### Representação

De acordo com Richard (90, p.10), a noção de representação “é a mais central na psicologia cognitiva”, embora reenvie a conceitos diferentes segundo os diversos autores.

Do ponto de vista da sua natureza, as representações devem ser distinguidas dos conhecimentos ou crenças.

As representações são construções circunstanciais feitas num contexto particular e com fins específicos. A construção da representação é finalizada pela tarefa e pela natureza das decisões a tomar.

As representações têm em conta o conjunto de elementos da situação e da tarefa: são pois, muito particularizadas, ocasionais e precárias por natureza. Basta que a situação mude ou que um elemento não considerado (remarqué) seja tido em conta, para que a representação seja modificada. São, por natureza, transitórias.

As representações são construções circunstanciais, imediatamente eficientes, são o conteúdo da memória operacional (informação armazenada em memória de trabalho e as informações activas da memória a longo prazo).

Os conhecimentos são também construções, mas têm uma permanência e não são inteiramente dependentes da tarefa a realizar; estão armazenadas na memória a longo prazo, e desde que não tenham sido modificadas, é suposto manterem-se na mesma forma. Os conhecimentos são construções estáveis, têm necessidade de ser activadas para ser eficientes.

A noção de representação em psicologia social conduz à centração para os factores cognitivos e simbólicos ( Grisez, 75; in Abric, 91).

### Representação Social

São numerosas as definições das representações sociais propostas a partir do trabalho de Moscovici (61, 76). “As representações sociais são modalidades de pensamento prático orientadas para a comunicação, a compreensão e domínio do meio social, material e ideal” (Jodelet, 84 in Palmonari, 91, p.303).

“As representações sociais são princípios geradores de tomadas de posição ligadas a

inserções específicas num conjunto de relações sociais e organizam os processos simbólicos intervenientes nas suas relações” (Doise, 86, in Palmonari, 91, p.303).

As representações sociais formam-se através de dois processos de objectivação e de ancoragem como descreveu Moscovici no seu primeiro trabalho (1961). Estes processos são provocados pelo funcionamento conjugado do funcionamento cognitivo e social.

O que permite qualificar de sociais as representações, são menos os seus suportes individuais e grupais que o facto de serem elaboradas no decurso de processos de trocas e de interacção (Moscovici, 91). Qualificaremos uma representação de social quando a sua função essencial for contribuir para os processos formadores e de orientação das comunicações e dos comportamentos sociais (Moscovici, 61; in Abric, 87).

A função de elaboração e orientação define o carácter específico das representações sociais. É, ao mesmo tempo, signo e significante da realidade e meio de adaptação e integração dessa mesma realidade (Abric, 87).

Como refere Abric (87), face a um objecto (indivíduo, grupo, situação) o indivíduo desenvolve uma actividade cognitiva que visa a apropriação, isto é, uma actividade de reconstrução (interna) deste objecto, que lhe permite ser integrado no sistema cognitivo do indivíduo. Esta actividade de reconstrução e o seu resultado, corresponde ao que Moscovici chama uma “representação social”.

Esta representação - social - é fundamental, na medida em que ela é, para o sujeito a própria realidade, aquela a que ele vai reagir. Não é simplesmente uma visão do mundo, mas um sistema de previsões e de antecipações.

A representação não é uma “imagem” da realidade, não é um produto estático ou um

reflexo, é uma actividade que vai além do imediato, prepara o futuro. Assim, os comportamentos de um indivíduo numa situação de interacção são determinados, não pela condição objectiva, mas pela representação que faz da situação (Abric, 87).

A noção de representação ultrapassa o estrito quadro cognitivo, no sentido em que não é só um filtro interpretativo, nem a simples aplicação de uma grelha, mas uma actividade muito mais complexa de reestruturação completa da realidade, onde as dimensões psicológicas, sociais e ideológicas estão em pleno.

Enquanto as imagens são “sensações mentais, impressões que os objectos, as pessoas deixam no nosso cérebro” (Moscovici, 69), ou seja, um reflexo, mais ou menos elaborado da realidade externa, as noções de imagem e de percepção assentam na distinção marcada entre o sujeito que imagina ou percebe e o objecto que é imaginado ou percebido (Abric, 87).

A noção de representação suprime esta dicotomia, afirmando que não há este corte entre o universo exterior e o universo interior do indivíduo ou grupo, que o sujeito e o objecto não são essencialmente ou por natureza distintos (Moscovici, 69 in Abric, 87).

A representação é um todo, onde objecto e sujeito estão presentes, indistintamente ligados e interdependentes.

A representação é pois um reflexo, não do próprio objecto, mas das relações complexas, reais e imaginárias, objectivas e simbólicas que o sujeito estabelece com ele. Estas relações fazem da representação um sistema simbólico organizado e estruturado, cuja função essencial é a de apreensão e controlo do mundo pelo sujeito, permitindo-lhe compreendê-lo e interpretá-lo. Permite a adaptação do sujeito e será um elemento essencial para guiar os seus comportamentos.

A representação é “o produto e o processo de uma actividade mental pelo qual um indivíduo ou grupo reconstitui o real com o qual se confronta e lhe atribui uma significação específica” (Abric 88, p.188).

A representação é produto, porque os elementos constitutivos da representação são por um lado as informações relativas ao objecto em posse do sujeito e por outro as suas atitudes e opiniões, que introduzem na representação uma dimensão normativa, avaliativa, a partir das quais as informações são ponderadas, avaliadas, ...

A representação como produto resulta simultaneamente da realidade do objecto, da subjectividade daquele que a veicula e do sistema social no qual se inscreve a relação sujeito - objecto.

Existe uma estrutura interna da representação. O conjunto de informações, atitudes e opiniões, encontra-se organizado e cada elemento ganha significação em função do seu lugar na estrutura e na relação com os elementos com que se relacionam. É elemento central todo aquele que desempenha um papel privilegiado na representação, no sentido em que os outros elementos dele dependem e, por ser em relação a ele que definem o seu peso e valor para o sujeito (Abric, 87).

Neste sentido, a representação inscreve-se numa perspectiva dinâmica e que está directamente ligada à evolução e transformação do campo social global no qual se articula a relação sujeito e objecto.

Ainda, segundo Abric (87), a representação -como processo- envolve três fases sucessivas, que permitem aceder à representação:

1- Do objecto ao modelo figurativo

O indivíduo regista apenas uma parte das informações que a realidade lhe proporciona. As informações recebidas são retidas sem referência ao contexto que as produziu, adquirem assim maior autonomia e aumentam a liberdade de utilização pelo sujeito. Os elementos da informação seleccionados e descontextualizados podem ser reorganizados numa nova produção específica, que vai constituir o nó de base da futura representação. O modelo figurativo tem carácter simples; é concreto, figurado e coerente.

## 2- Do modelo figurativo ao instrumento de categorização

O modelo figurativo assume um estatuto de evidência ou de senso comum. O nó de base deixa de ser uma realidade puramente abstracta, imagem construída pelo sujeito, para aparecer como a própria realidade. Vai fornecer um quadro de interpretação e de categorização para as novas informações susceptíveis de chegar ao sujeito, determinando a relação do sujeito com o objecto e o seu diálogo com a realidade. A existência do nó de base produz uma orientação das percepções e dos julgamentos visando uma conformidade ao modelo.

## 3- Do instrumento de categorização ao modelo activo

Os elementos informativos vão constituir-se em torno do nó central em função do sistema de interpretação e de categorização que ele engendrou. A activação do nó “imageant”, constitui em seu redor, uma rede de significações e uma hierarquia funcional dos elementos constitutivos da representação. A representação elabora-se como um sistema coerente, adaptativo e regular para a interpretação ou a transformação dos dados exteriores.

Os objectivos deste sistema são duplos:

- dar uma significação aos acontecimentos e informações.
- orientar o comportamento do indivíduo.

Nos dois casos, a função essencial do modelo activo assim constituído é uma função de orientação. Esta orientação resulta das características do nó “imageant” e do meio exterior, das pressões sociais, mediatizadas pelo sistema de interpretação.

A representação surge constituída no final deste processo. É assim um sistema coerente e hierarquizado, organizado em torno do nó “imageant”; é uma visão do mundo. Mas é uma visão funcional e normativa, permitindo ao indivíduo dar um sentido às suas condutas, de compreender a realidade através do seu próprio sistema de referências e de desenvolver uma actividade de assimilação e de apropriação dessa realidade.

A representação é um universo de opiniões organizadas sobre o qual se exercem:

- uma operação de ponderação que obedece a considerações funcionais e normativas, do ponto de vista individual e colectivo e que permite definir a importância de cada elemento;
- uma operação de selecção ou de transformação, visando os elementos não conformes à atitude geral que suporta a representação, operação de regulação que permite à representação manter-se face a um ambiente mutável (Abric, 87).

Grelha de leitura e de descodificação da realidade, as representações produzem a antecipação dos actos e das condutas (do si e dos outros), a interpretação da situação num sentido preestabelecido, graças a um sistema de categorização coerente e estável. Iniciadoras das condutas, permitem a sua justificação em relação às normas sociais e à sua integração. O funcionamento operativo, tal como os indivíduos e os grupos, está directamente dependente do funcionamento simbólico (Abric, 91).

As representações sociais são os princípios organizadores das relações simbólicas entre actores sociais, tratam de princípios relacionais que estruturam as relações simbólicas

entre os indivíduos ou grupos, constituindo, ao mesmo tempo, um campo de troca simbólica e uma representação desse campo (Doise, 91).

Os processos representacionais estudados nos anos 60 funcionam diferentemente com contextos interindividuais ou intergrupais (Doise, 91).

Desde as primeiras investigações, sobre os grupos de referência (Ilyman, 42), que parece não existir sempre uma ligação de causalidade simples entre pertença de um indivíduo a um grupo e o grau com o qual partilha as opiniões dos outros membros do grupo. Cada indivíduo tem vários grupos de pertença; alguns destes grupos servirão mais de ponto de enraizamento / ancoragem das suas opiniões e crenças que outros. Os grupos aos quais o indivíduo não pertence, mas aos quais aspira pertencer, podem também desempenhar um papel de fundamentação (Newcomb, 48 in Doise, 91).

### Representação de Si

O estudo da representação de si é essencial. É em função daquilo que pensam ser, mais do que em função do que são “realmente”, que o sujeito constitui a sua relação com os objectos do meio, que fixa objectivos e dá significação à situação (Abric, 87).

Abric (87) foca dois tipos de dificuldades que ocorrem relativamente à representação de si:

I - Dificuldades internas à noção de imagem de si, ligadas ao problema da distinção consciente / inconsciente, formulável não/formulável, o que conduz à distinção entre o eu declarado, a representação que o indivíduo procura dar de si e eu íntimo, a representação

que o sujeito, na sua solidão, elabora acerca de si, e na dificuldade em verbalizar um conjunto de sentimentos e de impressões experimentadas, devido às resistências e bloqueios à expressão de certas dimensões do eu profundo.

II - Dificuldades externas, já que a imagem de si varia de acordo com o contexto, e com os elementos presentes na situação em que está o sujeito. A representação de si refere-se sempre a uma situação específica. Gergen (68) fala de múltiplos sis (soi-multiples, multiple selves), em vez de uma representação de si unívoca e globalmente idêntica em todas as situações. Para Gilly et al (72), a representação de si não é redutível a nenhum dos seus componentes (Abric, 87, p.98).

A representação de si - explícita Abric - é uma produção estável e independente do contexto, é regida por uma dupla regra de funcionamento:

- a representação de si produzida numa situação tende a realizar a adequação óptima entre si e os elementos centrais de uma situação específica;
- a representação articula-se e modela-se em função de um processo de comparação social, que tende a levar o indivíduo a perceber-se conforme aos outros, aos objectos e normas da situação.

Na impossibilidade de dar uma definição unívoca da representação de si, dois tipos de representação, cujas origens e consequências são de natureza radicalmente diferentes, podem surgir:

- Uma representação de si íntima, interiorizada, “crónica”, que embora extrapolável a partir dos discursos dos próprios sujeitos, continua difícil de definir e medir; é ela que guia em parte o comportamento nas situações que não oferecem referências comparativas ou fontes de avaliação de si exteriores ao próprio indivíduo.

- Uma representação de si pública, declarada, exteriorizada em termos de comparação aos outros e a uma norma; depende do contexto, guia o comportamento nas situações onde os aspectos de interacção, de comparação ou de norma social estão presentes. A representação de si constitui-se em adequação com o elemento central da situação.

O comportamento de um indivíduo, em situação de interacção, depende não das características objectivas da situação, mas da representação que ele faz de cada um dos seus elementos.

Também, Sperber (91) refere que toda a representação põe em jogo uma relação entre pelo menos três termos: a própria representação, o seu conteúdo e um utilizador. A estes três termos ainda se pode juntar um quarto: o produtor da representação, se for distinto do utilizador. Uma representação pode existir no interior do próprio utilizador: trata-se então de uma representação mental. Uma representação pública é geralmente um meio de comunicação, entre o produtor e o utilizador distintos um do outro.

### Teoria do Nó Central

A representação, para Abric (91) é assim, um conjunto organizado de opiniões, atitudes, crenças e informações relativas a um objecto ou a uma situação. É determinado pelo próprio sujeito (a sua história, a sua vivência), pelo sistema social e ideologia na qual está inserido, e pela natureza dos laços que mantém com o sistema social. O sujeito e o grupo abordam e avaliam as situações que lhe são propostas com todo um conjunto de a priori, de sistemas de pensamento preestabelecidos, de esquemas interpretativos, o que põe um primeiro objectivo ao estudo experimental: a hipótese de os comportamentos dos sujeitos ou grupos não serem determinados pelas características objectivas da situação mas pela representação desta situação.

Refere uma investigação - de Abric e Kahan, 72 - em que a representação do Outro age como um filtro interpretativo: é em função desta representação que o comportamento efectivo pode dar lugar a reacções comportamentais radicalmente diferentes de acordo com a significação que lhe é atribuída.

O comportamento de um grupo - a sua realização, estrutura de comunicação - é determinada não pelo tipo de tarefa que efectua mas pela representação que tem da tarefa. Não é a natureza do problema proposto, que é determinante da realização, mas o relacionamento do indivíduo com o problema, isto é, a representação que ele faz da situação e do contexto.

As informações recebidas pelo sujeito, no decurso de uma interacção são bem interpretadas no sentido da representação inicial e “resistem” à realidade do comportamento.

Os sujeitos não abordam uma situação de maneira neutra e unívoca. Os elementos do contexto veiculam uma representação da situação, uma significação. E é esta representação da situação que determina o nível de implicação do sujeito, a sua motivação e o leva a mobilizar mais ou menos e de maneira diferente as suas capacidades cognitivas.

Refere Doise (69) um conjunto de investigações sobre o processo de categorização social, que intervém na interacção entre grupos, em que se salienta a função antecipatória das representações na interacção destes.

Abric (88) fundamenta o seu trabalho sobre a estrutura e a dinâmica das representações na teoria do nó central (noyau central), que se articula na hipótese geral: “toda a representação é organizada em torno do nó central” ou nó estruturante, que determina quer a significação, quer a organização da representação.

---

O Nó Central, seria uma representação que assegura duas funções essenciais:

1 - a função geradora: é o elemento pelo qual se cria ou se transforma, a significação dos outros elementos constitutivos da representação; é por ela que os elementos ganham um sentido / um significado, uma valência;

2 - a função organizadora: é o nó central que determina a natureza dos laços que unem entre eles os elementos da representação. É o elemento unificador e estabilizador de representação.

O nó central da representação é determinado, por um lado, pela natureza do objecto apresentado, por outro, pela relação que o sujeito mantém com esse objecto. É a finalidade/objectivo da situação na qual é produzida a representação que vai determinar o ou os elementos centrais (Abric, 88) . O nó central é um subconjunto da representação, composta por um ou alguns elementos, cuja ausência desestruturaria ou daria um significado radicalmente diferente à representação no seu todo. É o elemento mais estável da representação, aquele que mais resiste à mudança (Abric, 91).

Uma representação é, pois, susceptível de evoluir e de se transformar superficialmente por uma mudança do sentido ou natureza dos seus elementos periféricos. Mas não se transforma radicalmente, ela muda de significação - a não ser que o nó central, ele próprio, seja posto em causa. É o pôr em causa, o elemento do nó central, que é necessário à transformação da representação (Moliner, 88 in Abric, 91).

Para Flament (91), uma representação comporta esquemas periféricos, estruturalmente organizados por um nó central, que são a própria identidade da representação. Os desacordos entre a realidade e a representação modificam em primeiro lugar os esquemas periféricos, depois eventualmente o nó central, isto é, a própria representação.

Se há contradição entre a realidade e a representação, aparecem esquemas estranhos, seguindo-se uma desintegração da representação. Se a realidade empreende simplesmente uma modificação da actividade dos esquemas periféricos, pode seguir-se uma transformação progressiva, mas, todavia, estrutural do nó central.

Os esquemas ou elementos periféricos asseguram o funcionamento, quase instantâneo, da representação como grelha de descodificação de uma situação “normal”, permitem à representação funcionar economicamente, sem que seja necessário, a cada momento, analisar a situação em relação ao princípio organizador do nó central.

A periferia da representação serve de zona tampão entre uma realidade que a põe em causa, e um nó central que não deve mudar facilmente. Os desacordos da realidade são absorvidos pelos esquemas periféricos que, assim, asseguram a estabilidade (relativa) da representação.

Constatam-se - segundo Flament (91) - dois casos extremos entre práticas e representação:

- as práticas estão em contradição explícita com a representação, então, aparecem os esquemas estranhos e uma transformação eventual da representação é brutal, em ruptura com o passado.
- as práticas são admitidas pelas representações, mas raras são, então, as circunstâncias que as tornam mais frequentes: modifica-se assim o nível de activação dos esquemas periféricos, e a transformação eventual da representação é progressiva, sem ruptura com o passado.

Por exemplo, a representação do género (masculino / feminino) contém a afirmação de uma diferenciação sexual das actividades (Hurting e Pichevin, 85; Catherine Flament, 86; Lofredi, 86; in Flament, 91). Histórica e culturalmente, a fronteira entre actividade

masculina e feminina variou muito; mas, “masculino”, o princípio da diferenciação, elemento do nó central, continuou sem mudança.

O lugar de coerência de uma representação autónoma, é o nó central para Abric (76, 84, 88, 91), nó duro (noyau dur) para Mugny e Carugati (85), princípio organizador para Doise (85)

Abric junta, assim, à teoria, a noção de centralidade qualitativa e estrutural, o nó central (Flament, 91).

#### Modelo Prototípico da Categorização

Semin (91), ao referir o Modelo Prototípico dos psicólogos cognitivistas, lembra que um dos processos fundamentais que a psicologia social estuda é a maneira segundo a qual ordenamos o mundo. O mundo pode ser considerado como constituindo um “fluxo de impressões caleidoscópicas” (Whort, 56), ou um número praticamente infinito de entidades únicas e diferentes.

Esta infinita complexidade é controlada através da redução da complexidade da envolvente social e física, pela qual os objectos diferentes são tratados como equivalentes. Isto realiza-se graças à categorização e à classificação de objectos, acontecimentos, pessoas e ideias. Estes procedimentos referem-se à maneira como decompomos, dissecamos, dividimos e ordenamos a nossa realidade social e física.

As concepções sobre como reduzimos a complexidade do ambiente social e natural diferem da teoria das representações sociais pelo facto de o seu centro de interesse dirigir-se à natureza e às funções, às estruturas e aos processos cognitivos internos, em

lugar de pôr questões sobre os processos sociais e a estrutura dos campos de conteúdos; trata-se de examinar como a natureza do pensamento humano ordena o mundo.

Segundo Semin (91, p.239), protótipo é definido - pelos psicólogos cognitivistas defensores do Modelo de Categorização Prototípica - como “um conjunto abstracto de traços geralmente associados aos membros da categoria, onde cada traço é ponderado pelo seu grau de associação à categoria (Cantor, 81) e uma categoria é concebida como “o número de objectos que são considerados equivalentes” (Rosch, 78).

Essencialmente postula a existência de dois princípios de base para a formação de categorias: O primeiro, põe que o sistema de categorização tem o papel de fornecer um máximo de informação reduzindo o esforço cognitivo (princípio de economia cognitiva) (Rosch, 78), reenvia à manutenção de um nível óptimo de informação sobre o ambiente dentro dos limites dos recursos cognitivos acessíveis; o segundo, reenvia à estrutura do “mundo real” que não é uma uniformidade cinzenta.

Enquanto a abordagem, em termos de representações põe a tónica no aspecto indispensável do elemento social e absorve todo o tratamento dos processos de categorização como irredutível à dimensão individual e subjectiva, a abordagem prototípica declara trabalhar sobre as categorias sociais, o seu objectivo é principalmente examinar a organização e a representação de categorias no “espírito do indivíduo”.

Semin (91) - citando Vytgosky (1956) - lembra que, para transmitir a experiência ou o conteúdo da consciência a outro, não existe outro meio que o de ligar o conteúdo a uma classe conhecida, a um grupo de fenómenos conhecidos, e como sabemos, isto induz imediatamente generalização. Por isso, se acha que a interacção social propõe necessariamente a generalização e o desenvolvimento do sentido das palavras, quer dizer que a generalização só se torna possível em presença do desenvolvimento da interacção social.

---

### Mitos, Etnocentrismo, Estereótipos e Pensamento Ingénuo

As representações sociais são saberes a vários títulos: desempenham um papel importante na manutenção das relações sociais; são preparadas por essas relações e veiculam por vezes directamente mas, mais vezes indirectamente, um saber sobre essas relações (Doise, 90).

Para Tajfel (84), os mitos a que chamam “representações colectivas”, representações sociais ou estereótipos sociais, constituem uma parte crucial do background que afecta os aspectos colectivos e o comportamento das massas e dos indivíduos.

Três funções são realizadas pelos mitos:

- a) explanações partilhadas socialmente para eventos sociais complexos,
- b) diferenciação positiva dos outros grupos relevantes; e
- c) justificação das acções planeadas e cometidas contra outros grupos.

Referindo-se ao anti-semitismo, Kurt Lewin (1948) «..salienta a sua origem social, situando-a em forças externas ao grupo discriminado e independentes do comportamento ou características dos seus membros (...). As interacções sociais analisadas por este autor constituem, como afirma Apfelbaum (1979) relações de dominação, baseadas numa diferença de poder simbólico. O grupo dominado é, neste caso, uma entidade subjectivamente construída, que reúne os seus membros sob “um destino comum” que transforma os indivíduos abrangidos por ela em «invisíveis» quanto à sua distintividade

individual. Esta assimetria entre os grupos no domínio dos recursos simbólicos repercute-se numa assimetria na capacidade de acção e mudança da relação que depende da consciência colectiva da natureza dessa relação por parte do grupo dominado» (Amâncio, 96 p.289)

O Etnocentrismo, noção que surge numa obra etnográfica de Sumner em 1906 (Amâncio, 96) caracterizava-se por uma percepção e avaliação da realidade centrada no grupo de pertença e que servia de ponto de referência para a classificação e avaliação de outros grupos, segundo uma revisão da literatura feita por LeVine e Campbell em 72.

Beauvois et Deschamps (90) referem que o termo estereótipo aparece no domínio das ciências sociais, em 1922, na obra de Lippman, sobre a opinião pública. É aplicado às opiniões e às representações sociais e remete para as imagens “mentais” que se intercalam entre a realidade e a percepção que dela temos.

Allport (1954) definia o estereótipo como resultante de rigidez na visão da realidade social e explicável pela ignorância ou pela personalidade autoritária. Nas abordagens mais recente procura-se situar este fenómeno não no plano da personalidade mas no plano das relações intergrupos (Amâncio, 96 p.290).

Allport (54, in Amâncio, 96, p.289), num estudo sobre o preconceito analisa as atitudes decompostas em três dimensões:

- a cognitiva, que se exprime nos estereótipos, ideias fixas e rígidas que resultam da ignorância e da falta de informação;

- a avaliativa, que constitui o preconceito;
- e a influência destas duas dimensões na predisposição para os comportamentos hostis em relação às minorias.

Moscovici (86, in Doise, 90) aponta 3 características do pensamento ingénuo ou quotidiano:

- a impermeabilidade à informação (há princípios organizadores próprios às representações sociais que controlam a assimilação dos conhecimentos);
- o poder de auto-realização (as crenças e ideias acabam por se realizar porque os mesmos princípios dirigem e orientam as condutas);
- o erro da perspectiva conduzindo à atribuição interna (porque a representação de um indivíduo livre e autónomo, responsável pelos seus actos, funciona como um dos princípios organizadores da cultura) (Dubois, 87; in Doise, 90).

“O erro fundamental da atribuição” (Ross, 78, 77; Ross & Anderson, 80; in Hewstone, 91) consiste na tendência para atribuir o comportamento, quase exclusivamente, às disposições do actor e de ignorar a situação como determinante poderoso do comportamento.

Duas grandes correntes, apontadas por Beauvois et Deschamps (90), abordam os estereótipos numa perspectiva dinâmica:

- 1 - Os estereótipos reenviam a um funcionamento deficiente ou inadequado dos processos

cognitivos; tratar-se-ia aqui de uma má generalização ou de uma categorização defeituosa; o estereótipo é então um conjunto de crenças incorrectamente apreendidas (a aprendizagem dos estereótipos realiza-se através, por ex. dos media, banda desenhada, cinema,...). Estas crenças podem ser sobregeneralizadas, produzindo uma deformação da realidade; impressão fixa que é pouco adequada ao que pretende representar, isto é, são crenças rígidas.

2 - Os estereótipos são conceptualizados como decorrendo “normalmente” da maneira como os indivíduos tratam a informação, como produtos de um funcionamento cognitivo normal. Podem ser definidos como “as teorias implícitas da personalidade que partilham o conjunto dos membros de um grupo acerca do conjunto de membros de um outro grupo ou no seu próprio seio” (Leyens in Beauvois et Deschamps, 90).

Os estereótipos cristalizam muitas vezes em torno de categorias sociais, do laço que estabelece a pertença a um dado grupo e a posse de determinadas características; reenvia para as imagens que os membros de diferentes grupos sociais têm do seu próprio grupo (auto-estereótipos) e doutros grupos (hetero-estereótipos); é pois um conjunto de crenças. A sua definição operacional consiste em a maior parte dos membros de um grupo admitem que determinados traços caracterizam os membros de uma categoria ou a maior parte deles.

A vontade de compreender as raízes, as bases da intolerância, do racismo e das discriminações, deu lugar a numerosas investigações sobre o julgamento prévio e o estereótipo entre grupos. Os estereótipos são estáveis, tendo tendência a perpetuarem-se, a apresentarem alto grau de uniformidade (Beauvois et Deschamps, 90).

Teoria do Processamento da Informação  
Uma Abordagem Sócio-Cognitiva

A identidade pessoal é o sentido de si experienciado pelo indivíduo. O conceito de si ou auto-conceito (concept de soi/ concept of self) é geralmente empregue quando se considera o indivíduo como estando na origem da acção, enquanto o conceito de identidade é utilizado ao dar a prioridade aos processos sociais ou estruturais para justificar a acção (Honest, 90).

Cada cultura e época suscitam um sentido de si, pessoal, diferente. Não basta ter em conta o contexto social, deve ver-se o si (soi) e o contexto social como se constituindo mutuamente. Só dum ponto de vista do construtivismo radical, os “sis” elaborar-se-iam exclusivamente através dos processos sociais.

A abordagem sócio-cognitiva concebe o indivíduo como um sistema que trata activamente informação. O comportamento social resultante seria em grande parte produto de uma decisão individual (Honest, 90).

As estruturas utilizadas na codificação e representação da informação, são frames (Minsky, 75), scripts (Abelson, 75), schémas (Bobrow & Norman, 75; Stotland & Canon, 72; Tesser & Conlee, 75) de acordo com os diversos autores (Markus, 92).

O self-schema é o conhecimento generalizado sobre si. Tudo o que um indivíduo faz para conseguir organizar, resumir, ou explicar o seu próprio comportamento num dado domínio, concorre para a formação de estruturas cognitivas relativas ao soi, estruturas que são os self-schemas.

Assim, esquemas (self schemas) são as generalizações de conhecimentos sobre si resultantes da experiência passada - neste sentido são uma construção que associa memória semântica e memória episódica (in Piolat, 92) - que organizam e guiam o tratamento da informação relativa a si e ajudam o indivíduo a integrar ou explicar os seus próprios comportamentos (Hattie, 92). Podem tomar a forma de:

- representações cognitivas específicas, quando oriundas de acontecimentos e situações específicas nas quais o indivíduo esteve implicado,

- representações mais gerais que nascem do carácter repetitivo de certas categorizações e avaliações - quer pela parte do próprio indivíduo quer por parte do meio - das quais o comportamento é objecto. (Markus, 92)

Tanto para Markus & Zajonc (85), como para Fiske e Taylor (91), o si não constitui uma estrutura, mas uma colecção de estruturas, os self-schemas, correspondendo às dimensões com base nas quais um indivíduo se descreve (Piolat, 92). Para que haja self-schema, é necessário que uma dimensão dada seja utilizada com prioridade pelo indivíduo para se caracterizar, a que ele se atribui de forma fortemente polarizada e que tenha importância para ele. O si é, assim, definido pelo conhecimento consciente e investido das características próprias.

É indispensável ter em conta as “conexões” que ligam o funcionamento cognitivo do si e a motivação ou afecto; estas conexões fariam mesmo as especificidades do si. (Kihlstrom e al. in Piolat, 92)

Os sis (sois) não são estruturas abstractas, impessoais, mas possibilidades de concretização de esperanças e crenças, que quando implicam altos níveis de envolvimento e investimento, constituem os self-schemas.

O auto-conceito contém representações das nossas capacidades especiais, realizações e preferências, o aspecto exclusivo da nossa aparência e as expressões características do nosso comportamento. Com a experiência social ganhamos uma diversidade de informação relevante sobre o self que fica organizado em estruturas cognitivas - os self-schemas, a união destes self-schemas particulares em vários domínios será o auto-conceito (Markus, Crane, Bernstein & Siladi, 82).

Os indivíduos variam enormemente no conteúdo e organização dos seus self-schemas. Contudo, há certos aspectos do comportamento, que são tão proeminentes e centrais que, virtualmente todos os indivíduos desenvolvem, pelo menos rudimentarmente, esquemas (schemas) para eles. Estes esquemas universais, que cada pessoa tem num ou noutro grau, desenvolvem-se em relação aos aspectos do self que são particularmente salientes e disponíveis para a avaliação social, por exemplo o sexo, torna-se um ponto de focal importância e um traço distintivo cedo na vida (Markus, Crane, Bernstein & Siladi, 82).

A dimensão diferencial significa que um indivíduo pode ser esquemático (schématique) numa dimensão e não-esquemático (aschématique) noutras.

Não é em todos os indivíduos que as mesmas dimensões dão lugar a self-schemas. Como refere Piolat (92), nesta concepção, um self-schema é ao mesmo tempo um conjunto estruturado e uma fonte de variação interindividual. Um self-schema é também procedimento. É o tipo de estruturação de conhecimentos sobre o si e as consequências funcionais e geralmente não-conscientes - nos planos da percepção (atenção, codificação, organização) e da memória (retenção, chamamento/evocação, organização) de inferência, de julgamento e da predição). Estas propriedades funcionais do si, são activadas igualmente para o conhecimento do outro.

A noção de “sis possíveis” (possibles selves) (Markus & Nurius, 86) pretende dar conta

---

da dinâmica pessoal, de natureza cognitiva e motivacional, que compromete o si em comparação às imagens de si antecipado, quer sejam idealizados ou que lhe sirvam de cavilha (Piolat, 92).

Para Markus e Nurius (86, 87, in Piolat, 92), o si é a principal estrutura de tratamento de informação e os (possibles selves) sis disponíveis ou possíveis são as manifestações cognitivas das aspirações e objectivos que perduram. São as noções de sis possíveis (sois possibles / possible selves) e de sis ideais que permitem analisar as modalidades e as funções da projecção do si para o futuro. Cantor e Niedenthal estabelecem a relação entre discordâncias si-real e si-ideal e a auto-regulação do comportamento.

Os sis disponíveis fazem parte de um sistema de esquemas de si que constituem o auto-conceito. Os diferentes aspectos do auto-conceito variam segundo o grau de acessibilidade: o auto-conceito em acção depende, quer do conteúdo do auto-conceito precedente, quer dos conteúdos cognitivos activados pelo contexto imediato. Se o si tem influencia na retenção, na organização, na memória e na recuperação das informações relativas a si e ao outro, intervém igualmente na atenção dada às informações e na forma como são organizadas no momento de codificação.

Por um lado, as características auto-descritivas são tratadas mais rápida e mais eficazmente do que as informações debilmente auto-descritivas, também, as informações relativas ao outro são tratadas mais eficazmente quando podem ser referidas a si - (Kniper & Rogers 79, in Piolat, 92). Para avaliar o outro, o si serve de referência ou projecta sobre o outro as suas próprias qualidades. O si é o ponto fixo de referência para interpretar as informações sobre as pessoas e mais genericamente as informações sociais (Rogers, T. 92).

Fiske e Taylor ( 91, in Piolat 92) evidenciam que o si intervém a diferentes momentos na

regulação do comportamento, enquanto quadro de referência interpretativo para a avaliação, o julgamento, as predições e as inferências. A análise destas regulações põe o problema da existência de aspectos não conscientes de si. Para os esquemas (self-schemas) de Markus, se o conhecimento de si implica uma relação consciente das suas próprias características, os processos que decorrem das relações podem ser não conscientes e escapar à introspecção.

Por definição, se um self-schema se apoia num sentimento de uma constância própria e funciona como estrutura de assimilação que protege o indivíduo contra o reconhecimento da sua própria mudança, como concilia a percepção de constância e de mudança ?

Piolat (92) refere os trabalhos de Ross (89), que introduziu a ideia de que cada um possui uma teoria implícita de mudança das pessoas, que referencia a apreensão da sua própria mudança, e o de Johnson e Sherman (90), que mostraram que o si presente, funciona como ponto de referência em relação ao qual, o passado e o futuro são construídos e reconstruídos.

Piolat (88,89) utilizou o paradigma da assimetria dos julgamentos em função dos pontos de referência, para determinar o valor de referência do si passado, presente ou futuro na estimativa das próprias mudanças. Mostra que, o presente é habitualmente tomado como referência; o envolvimento do indivíduo num projecto pessoal dá o estatuto de ponto de referência ao futuro si.

À medida que os indivíduos acumulam experiências pessoais de um certo tipo, os seus self-schemas tornam-se resistentes às informações não-conformes e contraditórias, embora não permaneça completamente imunizado contra este tipo de informação.

Esta concepção de self-schema implica que a informação sobre si no domínio dado, tenha sido categorizada ou organizada e que o resultado desta organização seja uma configuração que, o indivíduo possa tomar como referência a utilizar para fundamentar os seus julgamentos, decisões, inferências ou antecipações acerca de si próprio (Markus, 92). É necessário que, a auto-descrição se apoie sobre uma concepção, de si próprio, bem construída e generalizada, para que se possa confiar naquilo que converge com os julgamentos, decisões e acções numa organização coerente.

Sobre a natureza dual do auto-conceito (estabilidade e maleabilidade), Markus e Kunda (86) referem que as pessoas procuram consistência e estabilidade e, resistem activamente a qualquer informação que mude a sua visão de si próprias. A dinâmica e as propriedades maleáveis do auto-conceito derivam primariamente da sua natureza essencialmente social. Citam James (1910) - ao referir a natureza variável do self - que escreveu ter o indivíduo “tantos selves sociais diferentes como grupos distintos de pessoas com cuja opinião se preocupa”; Mead, para quem não existia um auto-conceito fixo, só o auto-conceito corrente que era negociado; e, Rogers (51) que descreve o auto-conceito como organizado e consistente mas também fluído.

Assim, dois aspectos contraditórios do self têm sido enfatizados. O self foi visto, quer como estrutura estável e duradoura que protege o self contra a mudança, quer como um conhecimento do qual, em diferentes contextos sociais, diferentes selves parecem emergir.

Consideram também que, enquanto os psicólogos analisaram extensivamente aspectos do auto-conceito, foram poucos os que abordaram a sua maleabilidade social. Os estudos revelaram a origem social dos aspectos da estabilidade e durabilidade do auto-conceito, mas preocuparam-se muito menos com as características dele, e o saber como é construído em diferentes situações sociais. Pelo contrário, os sociólogos preocuparam-se

com a natureza dinâmica mutável do self (Martindale,80; Zurcher, 77; Alexander & Knigh, 71, in Markus & Kunda, 86) desenvolveram, por exemplo, o conceito de identidades situacionais (situated) para referir os significados do self que emergem em encontros sociais particulares.

Embora o auto-conceito seja quase estável, a sua estabilidade pode disfarçar variações locais significativas que ocorrem quando o indivíduo responde sistematicamente a acontecimentos do meio.

Investigações, em várias áreas da psicologia, sugerem que o indivíduo possui uma grande diversidade de estruturas de conhecimentos complexos, a partir da qual diferentes subestruturas podem ser activadas, combinadas criativamente e utilizadas para encontrar as respostas a diferentes ocasiões.

Nesta perspectiva, o self não seria uma estrutura unitária, mas encerraria dentro um campo vasto de variedade de auto-concepções - os bons selves, os maus selves, os selves ideais, os selves possíveis, os selves desejados (Markus & Kunda, 86).

São os elementos do contexto, e em particular a distintividade de uma pessoa numa dada situação, que activam o auto-conceito de trabalho (working self-concept), isto é, os processos de acesso aos aspectos de si tornados relevantes pela situação e os processos de regulação da imagem de si que implicam a adaptação a essa situação (Piolat, 92).

O auto-conceito num dado momento - the working self-concept / o auto-conceito de trabalho - é o subconjunto do universo das auto-concepções. É uma estrutura temporária construída por elementos da colecção do auto-conceito, organizados numa configuração particular determinada pelos acontecimentos sociais. Ao mesmo tempo, há variações nas quais as auto-concepções estão activas no pensamento e na memória. O auto-conceito

surge como maleável, porque os conteúdos do auto-conceito de trabalho mudam (Markus & Kunda, 86).

A noção de auto-conceito de trabalho permite ter em conta a variabilidade do conceito de si em função das situações e, por consequência, introduz a noção de si múltiplos avançado por Markus e Wurf (87) e, defendida de outras formas por outros autores (Rosenberg & Gara 85; in Piolat, 92) Esta multiplicidade de si tem igualmente uma dimensão temporal.

Algumas auto-concepções, por causa da sua importância na definição do self e das suas elaborações amplas, estão provavelmente em constante disponibilidade para caracterizar o self, são o que Higgins et al (82 in Markus & Kunda, 86) qualificou de cronicamente acessíveis. Estas concepções reflectem o comportamento individual em domínios de estável importância, investimento ou preocupação e, têm sido referidos como o âmago ou centro do auto-conceito ou como self-schemas (Markus, 77).

As variações no conteúdo do auto-conceito de trabalho são significativas. Podem ter poderosas consequências para o indivíduo, na auto-estima temporária e consequências imediatas nos pensamentos e nas acções. As auto-conceptualizações tornam-se activas na memória de trabalho - working memory - quando são despoletadas por acontecimentos relevantes para o self ou podem ser adaptadas pelo sujeito em resposta a um acontecimento ou situação. Assim, as reacções de comportamento são mediadas por mudanças no auto-conceito de trabalho.

Numa investigação, Markus & Kunda (86), sobre a estabilidade e a maleabilidade do auto-conceito em resposta a acontecimentos em mudança, verificam que este parece manter-se quase estável, se o feedback experimental não influenciar os termos que usam para se descreverem. Assim, concluem que a estabilidade considerável do auto-conceito

pode, de facto, disfarçar maleabilidade e fluidez significativas como resposta individual à visão do self comunicada pela situação. Um acontecimento em mudança parece iniciar um processo por meio do qual o indivíduo avalia a informação e então responde, procurando integrar as auto-concepções propiciadas pelo meio com as existentes.

Trabalhos de Fromkin (70) e Snyder & Fromkin (80), referidos por Markus & Kunda (86) mostraram que, quer a semelhança extrema quer a unicidade com os outros, são estados aversivos e conduzem a tentativas comportamentais para restabelecer o estado oposto.

A comparação si - outro e a comparação si real - si ideal podem inscrever-se nas estratégias de “confrontação a um protótipo”, que orienta a tomada de decisão (Niedenthal e Cantor, in Piolat, 92). O si é um protótipo, para Tim Rogers (92), constituído pelo conjunto de características que uma pessoa considera que a descrevem.

No que respeita ao si, os elementos dum protótipo são as características auto-descritivas - traços de personalidade, valores e talvez mesmo lembranças de comportamentos ou acontecimentos particulares. Estas características estão ordenadas hierarquicamente; ao descer na hierarquia, tornam-se mais concretas, diferenciadas, específicas e menos inclusivas.

Piolat (92) aponta a discussão introduzida por Burke, Kraut e Dworkin (1984) relativa às concepções de Markus, e retomadas por Nystedt, Smari e Boman (1991) que, põe em dúvida a utilidade da teoria dos self-schemas para justificar os comportamentos pois, as medidas de esquematicidade sobre um traço de personalidade não são melhores preditores que as medidas deste próprio traço. Esta crítica ganha maior sentido por Markus não ter conservado o critério de importância concedido aos traços auto-descritivos nas suas operacionalizações ulteriores dos self-schemas.

Refere também Rogers, Kuiper & Kirker (1977) que na psicologia cognitiva, hesitavam em estabelecer o si enquanto esquema ou enquanto protótipo. A escolha de T. Rogers foi feita: o si é escolhido como protótipo, construído a partir de um conjunto de características e de ocorrências pessoais hierarquizadas em função do seu grau de abstracção, conjunto constituído em categoria. O si está creditado de propriedades cognitivas da tendência central desta categoria o seu protótipo, que é ao mesmo tempo ponto fixo de referência. Mas, Rogers adverte, que nenhum modelo de tratamento de informação consegue dar conta do conjunto de dados, por não ter em conta os afectos.

Rogers remete o afecto ao contexto emocional ou avaliativo da codificação das informações referidas ao soi: uma informação “marcada” afectivamente teria por consequência uma maior disponibilidade em memória, o que permitiria explicar numerosos factos ininterpretáveis à luz exclusiva de modelos estritamente cognitivos (Piolat, 92).

Assim, Piolat (92) afirma que, as relações entre cognição e afecto são mesmo consideradas como centrais no campo da cognição social, embora Markus e Wurf (87) mostrem interesse na relação inversa, isto é, em que medida os processos cognitivos gerados pelo si tem um função reguladora do afecto, em particular face aos afectos negativos.

Holyoak e Gordon (92) puseram em evidência o valor de referência do si nas comparações si-outro mas, também este valor de referência varia em função de outro termo de comparação. Mostraram que:

- a) o si é habitualmente tomado como ponto de referência na comparação entre si e um amigo;

b) na comparação entre si e os estereótipos sociais, o valor de referência de si não se manifesta a não ser que o estereotipo seja mal conhecido. Este facto leva-os a contestar o estatuto excepcional que Rogers atribui ao si (Piolat, 92).

De acordo, ainda com Piolat (92), a questão do ponto de referência nas assimetrias de julgamento de semelhanças soi-outro deu lugar a publicações, nomeadamente na Europa, Codol (85) investiga o domínio do espaço interpessoal - avaliação das distâncias físicas entre pessoas - segundo a hipótese: avaliar a distância ao outro relativamente a si é inscrever o outro no espaço próprio, enquanto avaliar a distância de si em relação ao outro é, para o sujeito, situar-se no espaço do outro. Se é verdade que a ocupação do espaço pessoal por um outro não familiar é sentido como uma intrusão, as distâncias deveriam ser percebidas como mais curtas quando são avaliadas por referência a si do que no caso inverso. O viés da assimetria intervém na regulação identitária da assimilação autocentrada (assimilam os outros a si mais que o inverso) o que testemunha o valor protótipo do si.

Piolat (92) reconhece dois estatutos, que são dados ao si, no campo da cognição social:

- utilizado como um nome próprio nas oposições semânticas si/não-si ou si/outro (o termo soi tem em francês um valor semântico de individuação - Debrun, 90); reenvia a uma entidade subjectiva que se distingue do seu ambiente (si/não-si) e particularmente dos outros indivíduos (soi/autrui); esta conotação do termo põe o acento no indivíduo como entidade psicossocial subjectivamente distinta, como pessoa inserida numa esfera psicossocial (é o si psicossocial de Greenwald e Codol; um si global, ponto de referência, que protege a sua autonomia, a sua coerência e o seu valor de Holyoak e Gordon, 92);

- utilizado como um nome comum, precedido de um determinante (o Si ou o conceito

de si), o que acentua a sua objectivação; serve então, para qualificar um conjunto organizado de conhecimentos das suas propriedades estruturais e funcionais; este o estatuto de si nas análises de Rogers, de Markus ou de Kihlstrom, e, é de alguma forma também o de Greenwald: um si processador de informação.

Assim, refere Piolat (92), o lugar que o Si ocupa no campo da cognição social permite-lhe receber críticas de dois lados: do lado da psicologia cognitiva, as críticas vêm dos que contestam as interpretações que fazem intervir parâmetros (sociais ou afectivos) exteriores ao sistema de tratamento da própria informação; de outro lado, pelos psicólogos, que alertam contra um interesse exclusivo para os processos que respeitantes a informações ditas sociais, só seriam estudados em termos de codificação, armazenamento e de acessibilidade de informação sociais (Beauvois e Deschamps, 90; Rijsman & Strebe, 89), isto porque as relações entre cognição e condutas sociais são também determinantes pelas significações sociais e pelas formas de comunicação próprias às situações nas quais se encontram as pessoas.

De acordo com Kihlstrom, Cantor, Albright, Niedenthal (92), do ponto de vista da psicologia social, o si pode ser entendido como a representação mental que cada um tem da sua própria personalidade (Kihlstrom, Cantor, 84) construída a partir das experiências da vida e a da sua elaboração mental; esta representação é armazenada em memória como o são as representações de outros objectos, reais ou imaginários, pertencentes ao mundo físico ou social.

A representação mental de si é constituída ao mesmo tempo, por informações abstractas relativas aos atributos pessoais (conhecimento semântico) e por informações concretas relativas às experiências, pensamentos e actos particulares (conhecimento episódico).

Temos representações das formas actuais ou passadas de si inscritas na memória episódica. Temos também representações de formas virtuais ou de formas antecipadas de nós próprios (James, 1910, Schutz,64) O repertório dos conhecimentos sobre o si compreende imagens e atributos relativos às formas “ideais” ou “prescritas” do si (Higgins, Klein & Strauman, 85; Higgins, Bond, Klein & Strauman, 86) e mais geralmente os sis possíveis (Markus& Nurius,86).

Uma representação ideal de si pode servir de modelo de referência, susceptível de orientar a tomada de decisão e a auto-regulação no quadro de uma estratégia de confrontação com o protótipo. São as consequências afectivas da discordância percebida entre o si actual e o si ideal que dão a sua valência à motivação a agir (Kihlstrom, Cantor, Albright, Niedenthal 92).

### A Questão da Estatuto na Identidade Social

De acordo com a teoria da identidade social de Tajfel a necessidade fundamental do indivíduo seria a de construir e de preservar uma identidade distinta do outro e positivamente avaliada (Tajfel, 72 in Lorenzi-Cioldi, 88). A identidade seria positiva, portanto satisfatória, se o grupo de pertença pudesse ser comparado favoravelmente a um grupo adverso pertinente e seria negativa no caso contrário.

Lorenzi-Cioldi (88c) critica o modelo de Tajfel, para o qual no plano da teoria, o grupo permite a identificação de si com os outros, conduz à uniformização, à homogeneidade das representações e de comportamentos, chegando, finalmente, através da pertença à despersonalização dos indivíduos. Refere que a noção de despersonalização - introduzida por Turner (1981) - evoca a passagem de identidade pessoal a identidade social, exprime a uniformização de comportamentos e de representações no grupo, a fusão do Si com os outros membros do grupo. A despersonalização reenvia ao processo de auto-estereotípiia no qual os indivíduos passam a considerar-se mais como exemplares de uma categoria que como indivíduos únicos e distintos dos outros (Lorenzi-Cioldi, 88).

A noção de desindividuação descreve os efeitos de pertença colectiva; enquanto, a noção de unicidade pessoal (Fromkin, 72) descreve os de percepção singular de Si: designa a motivação em estabelecer a diferença entre o Si e os outros indivíduos usando dimensões positivamente avaliadas (Lorenzi-Cioldi, 88).

Tanto para Fromkin (72), os indivíduos desejam perceber-se como seres únicos, de preferência a seres similares aos outros, como para Codol (84) e Lemaine (84), a representação dominante, da identidade individual, na nossa cultura valoriza a procura da distinção em detrimento da semelhança. A identidade constitui, pois, o processo pelo qual o indivíduo adquire uma distintividade pessoal (Lorenzi-Cioldi, 88).

Uma investigação de Duval (72, in Lorenzi-Cioldi, 88 ) mostra a ligação entre o nível de semelhança interpessoal e o sentimento negativo de Si. A satisfação cresce com o aumento de percepção de Si em termos singulares, mas a partir do momento que a unicidade de si é excessiva, transforma-se em fonte de menor satisfação.

Compara Lorenzi-Cioldi (88) a definição deTajfel (72) para quem, a identidade social de um indivíduo, está ligada ao conhecimento da sua pertença a certos grupos sociais e à significação emocional e à avaliação que resulta dessa pertença, com a de Breakwell (83) para o qual a identidade social é a parte do conceito de Si do indivíduo que decorre das suas afiliações aos grupos, da relações interpessoais, da posição e do estatuto dos grupos na sociedade.

Considera relativamente à primeira - tal como vários autores, de Gerard e Hoyt em 74 a Mummendey e Schreiber em 83 - que tal contexto, não era representativo do conjunto de interações reais entre os grupos sociais (Lorenzi-Cioldi, 88) e era limitativa por só dizer respeito às expressões de Si em termos explicitamente colectivos; porque a noção de grupo ou categoria social deveria ter em conta as relações de dominação que ligam os grupos. A segunda difere da de Tajfel em dois pontos: tem em conta o factor “conhecimento” e inclui o do lugar ocupado pelo indivíduo e o do seu grupo de pertença numa formação social, orientação que faz da identidade a expressão da dinâmica tendo origem exterior ao indivíduo.

Assim, o grupo de Tajfel seria, segundo as palavras de Lorenzi-Cioldi (88, 88b, 88c) um tipo de agregado, de indivíduos indiferenciados, no qual desaparecem as especificidades individuais; enquanto no plano empírico, o grupo é muitas vezes concebido como uma colecção de indivíduos singulares, de indivíduos específicos, semelhantes na base de algumas características partilhadas.

Daí, a necessidade de introduzir a dimensão do estatuto social afim de distinguir

---

diferentes formas de pertença aos grupos sociais. A pertença a grupo de estatuto elevado favorece a percepção do Si em termos de individualidade singular e a identidade pessoal (autónomo e distinto, conduzindo os seus membros à expressão de uma identidade preferencialmente singular, pessoal, individual), enquanto a pertença a um grupo de baixo estatuto solicita uma percepção de si em termos mais colectivos de relações sociais (Deschamps, Lorenzi-Cioldi, Meyer, 82; in Lorenzi-Cioldi, 88 c).

O paradigma dos grupos mínimos de Tajfel visa à partida a descrição das condições mínimas para provocar, desencadear discriminação. Os resultados obtidos em grande número de estudos, com este paradigma, mostram que as estratégias adoptadas pelos sujeitos, em graus diferentes mas de maneira consistente, resultam nas discriminação entre os dois grupos em favor do grupo de pertença, o que permitiu a Tajfel e colaboradores retirar pelo menos duas conclusões:

- a simples repartição dos sujeitos em 2 grupos, mesmo de importância anódina, desencadeia comportamentos de discriminação entre os membros dos dois grupos;
- as estratégias indicam a presença de um comportamento de discriminação avaliativa, pois visam uma valorização do grupo de pertença em relação ao outro grupo.

Mas para Turner (75), a discriminação intergrupos não seria um efeito de categorização social per se, como afirmava Tajfel, seria sim, mediatizada pelo desejo do sujeito saciar a necessidade de uma identidade pessoal positivamente avaliada. O sujeitos identificar-se-iam a uma categoria social na medida em que ela lhes permitisse obter uma avaliação significativa e, na medida em que seja a categoria mais importante para o desejo de auto-avaliação positiva na situação experimental. Assim, na experiência de Tajfel et al (71), não era a divisão em grupos, a causa da discriminação, mas mais que a divisão em grupos, era a única categorização existente pela qual uma motivação mais fundamental podia ser expressa.

A partir de Turner (75) a importância causal de categorização social, enquanto tal, no

modelo de identidade diminui. O estatuto dinâmico do pessoal em relação ao colectivo, no dos processos de formação de identidade emerge em primeiro plano

Salienta Lorenzi-Cioldi, (88) que o tipo de grupo, induzido pelo paradigma dos grupos mínimos, não é assimilável a nenhum outro da realidade social; as pertenças mínimas reflectem preferencialmente as propriedades estruturais dos grupos favorecidos na estrutura social - os grupos colecção. Isto é, um conjunto de pessoas a quem se faz crer terem elas escolhido, de terem expresso gostos pessoais, semelhantes ao indivíduos que se percebem como livres e autónomos, São as características de um indivíduo escolhedor que causa a sua adesão a um conjunto de indivíduos, e não é a pertença a um grupo que induz as características individuais. Esta imagem faz eco, no nosso tipo de sociedade, da visão que os sujeitos dominantes têm deles próprios e que impõem ao conjunto de actores sociais, enquanto imagem da individualidade valorizada e legítima; pelo contrário, a pertença a um grupo dominado - grupo agregado - suscita outras significações subjectivas.

No grupo colecção, a definição de si, será em termos de especificidades individuais, onde a originalidade e a diversidade são valorizados; o grupo funda-se sobre a associação de individualidades autónomas e específicas querendo caracterizar-se por propriedades internas; põe em 1º lugar as definições de si personalista. No grupo agregado a identidade expressa-se em termos preferencialmente colectivos; por ser um conjunto de indivíduos indiferenciados, caracterizados antes de mais pela relação de subordinação a outro grupo, subordinação que aumenta a ênfase subjectiva da pertença ao grupo.

Assim, com o efeitos das relações assimétricas de dominação, grupos dominantes e dominados são estruturados de forma diferente e induzem a identidades específicas.

A noção ou fenómeno de androcentrismo (Hurting et Pichevin, 85; Fromkin, ) designa a preferência dos investigadores em utilizar sujeitos do sexo masculino, supondo produzir

---

resultados mais facilmente generalizáveis a populações mais amplas. Assim, a identidade pessoal, singular, corresponde preferencialmente às imagens produzidas pelos indivíduos de ambos os sexos acerca dos homens (Rosenkrantz et al 86 in Lorenzi-Cioldi, 88).

Outra característica dos estudos de Tajfel é que, os sujeitos envolvidos são do sexo masculino, as generalizações teóricas feitas a partir da situação mínima implicam exclusivamente um tipo de grupo: rapazes e grupo colecção.

Assim, refere Lorenzi-Cioldi (88), inconsistência nestas investigações pela introdução de duas acepções diferentes de grupo social - ao nível empírico, grupos mínimos de tipo colecção, baseados na especificidade individual dos seus membros e, ao nível teórico, a pertença ao grupo é um factor poderoso de despersonalização, de enfraquecimento da identidade pessoal, de homogeneidade das representações de si e dos outros membros do grupo (tipo de grupo agregado).

Deschamps e Lorenzi-Cioldi (88) e (Lorenzi-Cioldi, 88c) verificam importantes diferenças nos comportamentos em função do sexo dos sujeitos. As condições de interacção real ou simbólica entre os grupos introduzem modulações importantes nas expressões da identidade; por um lado, ao nível da avaliação, por outro, ao nível da estrutura.

No 1º nível, o de avaliação da identidade, a interacção com membros de outra categoria social prejudica a positividade da identidade dos membros de estatuto inferior.

Ao nível da estrutura, a ausência de interacção entre sujeitos, tanto rapazes como raparigas, referem uma imagem de si feita de traços de personalistas.

Quando em interacção com grupos adversos, os rapazes conservam esta imagem, mas as raparigas aderem a uma imagem mais colectiva, baseada nos traços estereotipados imputáveis ao grupo de pertença (Deschamps, Lorenzi-Cioldi, Volpato, 82; in Lorenzi-Cioldi, 88 c).

---

Assim, o processo de identificação ao grupo de pertença depende, em parte, da relação de homologia existente entre o tipo de categoria utilizada pelos indivíduos (colecção e agregado) e o posicionamento social exterior à situação experimental, do tipo dominante/ dominado.

O sujeito toma parte activa na construção da sua identidade ao definir-se, sublinhando as semelhanças, afirmando as diferenças em relação aqueles que o cercam.

A identidade como expressão de uma diferenciação, de uma singularidade/singularização, de uma valorização mais ou menos acentuadas, é determinada pelas relações sociais assimétricas, relação do indivíduo com os membros do seu grupo de pertença, dominante ou dominado, relação do seu si com os outros grupos. Resultados empíricos sugerem que a identificação ao grupo e os fenómenos de intensificação das semelhanças e das discriminações que lhe estão associados, são modulados pelo estatuto e prestígio sociais relativos dos grupos.

Os grupos dominantes e dominados distinguir-se-iam em função das suas propensões a evocar indiferenciação e intercâmbio dos seus membros ou em oposição, a unicidade e especificidade dos seus membros.

Na nossa de sociedade, a norma dominante é a do indivíduo autónomo, responsável e auto-suficiente, em relação ao seu grupo de pertença.

Aos dominantes repugnaria apresentarem-se enquanto grupo, enquanto seres sociais cuja unicidade depende de uma pertença colectiva. Através da sua representação da individualidade, o grupo não é mais que uma associação voluntária de indivíduos, baseada nas propriedades individuais preexistentes, constituídas fora do grupo (Lorenzi-Cioldi, 88).

Um indivíduo de estatuto elevado é percebido como tendo escolhido efectuar um comportamento (acentuação da dimensão pessoal), enquanto um indivíduo de estatuto inferior é percebido como tendo sido levado, por outro, a efectuar o mesmo comportamento (acentuação de uma dimensão externa ao indivíduo, que escapa ao seu controlo (Thibaut e Riecken (55 in Lorenzi-Cioldi, 88).

Assim, no grupo dominante, que é uma colecção de individualidades, tendo cada uma a sua especificidade, os membros aderem preferencialmente a qualidades pessoais aparentemente extracategoriais e a propriedades idiossincráticas; a identidade surge como autónoma, interna e legítima. No grupo dominado, que é um agregado de individualidades relativamente indiferenciadas umas das outras, que vão forjar a sua identidade em torno das propriedades colectivas que definem directamente o grupo de pertença no seu conjunto, a identidade surge como heterónoma, externa, indiferenciada, profundamente afectada pelo colectivo e como absorvendo em definitivo a especificidade individual.

No grupo colecção, os membros têm tendência, mais que os outros a conceberem-se como seres singulares, distintos entre si e, ao mesmo tempo, no seu conjunto, diferentes do membros do grupo agregado. Os membros dos grupos favorecidos e os desfavorecidos teriam propensões diferentes a exprimir um Si singular ou colectivo, relacional.

A identificação ao grupo dominante baseia-se na reunião de individualidades já inteiramente definidas à partida de maneira que, o grupo não parece trazer uma contribuição decisiva mas mais acessória ao dominante. A identificação ao grupo dominado fundamenta-se num posicionamento de origem externa, implicando por isso um distanciamento da norma dominante da individualidade singular e uma importância acrescida na relação com o outro enquanto grupo; a identidade dominada assume as

características de uma construção social, em contradição com a norma dominante da identidade que se apresenta como não social.

Nesta concepção, a identidade social já não se opõe à identidade pessoal, rompendo com a conceptualização monolítica de Tajfel e permite distinguir identidade social pessoal e identidade social colectiva. Os sujeitos fazem discriminações, em favor do seu grupo, cuja intensidade depende, em medida não negligenciável, do tipo de grupo ao qual pertence; a discriminação é mais elevada nos grupos colecção.

Cartwright e Zander distinguem 3 modalidades de formação dos grupos:

- a constituição “voluntária”: quando os membros perseguem um objectivo comum;
- a constituição “espontânea”: pela qual os membros retiram a satisfação pessoal pela sua pertença;
- “designação externa”: que compreende as inumeráveis categorizações que operam os indivíduos sobre um grupo (Lorenzi-Cioldi, 88)

Se as pertenças sexuais constituem estados permanentes, estáveis, as pertenças experimentais são pelo contrário efémeras. O contexto de interacção no qual, são induzidas as pertenças experimentais, tem ele próprio um papel decisivo na utilização das pertenças pelos sujeitos. Assim, nos grupos colecção, os rapazes discriminam bastante mais que as raparigas; esta diferença diminui nos grupos agregado (a discriminação diminui para os rapazes, aumenta para as raparigas).

A abordagem clássica da identidade sexual considerava o masculino e o feminino como duas entidades separadas e fundamentalmente incompatíveis, como consequência do dimorfismo biológico. A identidade sexual exprimia claramente o grau de adesão de um indivíduo à imagem admitida, normalizada do grupo de pertença sexual, de sexo biológico e aos estereótipos do grupo. A identificação aos estereótipos do intragrupo sexual seria um processo desejável. Uma identidade não conforme a estes estereótipos era classicamente interpretada como um desvio accidental, como um desajustamento,

---

como uma ambivalência ou como uma confusão (Kohlberg, 66 in Lorenzi-Cioldi, 88) O indivíduo tinha necessidade de tornar consistentes os seus comportamentos e as normas sociais desses comportamentos que seriam progressivamente interiorizados.

Até aos meados dos anos 70, o exagero das diferenças entre os sexos e a sua principal consequência, a desvalorização relativa às características femininas, constituíram o paradigma dominante no campo científico. A concepção bipolar visava a descrição das diferenças entre indivíduos, segundo o seu sexo, procurava a homogeneidade entre os indivíduos do mesmo sexo; o indivíduo confundia-se ao grupo de pertença e era definido pela conformidade com o semelhante.

Com o duplo impulso de uma lenta mutação na estrutura do mercado de trabalho e do movimento social surge, em psicologia social, a noção de androginia: o ideal androgínico corresponde ao indivíduo que sabe adaptar-se, que pode ser de acordo com as circunstâncias “masculino” ou “feminino”. O indivíduo androgínico disporia, na acepção psicossocial do termo, de um leque mais amplo de comportamentos e por consequência seria mais autónomo, mais flexível e adaptado aos diversos contextos.

A descrição das diferenças entre as pessoas reconceptualiza a dicotomia entre as maneiras de ser dos indivíduos, a oposição não é entre as especificidades de cada grupo mas entre os indivíduos (as suas identidades pessoais situadas para lá das diferenças de sexo) e os grupos (as identidades especificamente colectivas, indiferentemente masculina ou feminina).

A teoria da androginia psicológica teve origem na crítica metodológica feita a questionários visando a descrição dos estereótipos sexuais (Constantinople, 73, 86) e na nova técnica da medida de estereótipos e dos papéis de sexo apresentada em 1974 por Sandra Bem (Lorenzi-Cioldi, 88).

A principal inovação consistia em deixar de considerar as características dos homens e mulheres como pólos opostos (bipolar) de um continuum mas encarar como duas dimensões independentes podendo aplicar-se ao indivíduo de maneira complementar.

---

A teoria de androginia evidencia as semelhanças intersexos (intergrupos) e das diferenças intrassexos (intragrupos); privilegia assim as diferenças inter-individuais e a identidade pessoal. A identificação aos estereótipos sexuais não seria nem desejável, nem necessária para a construção da identidade de Si. Estas identificações estereotipadas impediriam a expressão de potencialidades individuais, travariam a adopção de comportamentos variados em função de contextos diferentes e acabaria por uma menor estima de si

A identidade androginia correspondia à incorporação/mistura de traços específicos da identidade colectiva de cada um dos dois sexos, ultrapassa as fronteiras dos grupos e as suas especificidades próprias, permitindo aos sujeitos a sua completude e a adaptação a maior número de situações particulares.

A ideia de androginia está ligada às de autonomia e de independência individuais face às prescrições de papéis decorrentes da pertença ao grupo.

Os indivíduos androgínicos de ambos os sexos, podem ser simultaneamente independentes e maternais, instrumentais e expressivos, masculinos e femininos (Bem, Martyna e Watson, 76).

A androginia é vista como uma disposição psicológica que facilita a adaptação do indivíduo a contextos sociais diferentes, “este indivíduo teria assim opiniões e comportamentos mais igualitários” (Bem, 74 in Lorenzi-Cioldi, 88).

A noção de androginia psicológica traduz-se pois, na presença no mesmo indivíduo de traços masculinos e femininos com níveis de intensidade equivalentes. O indivíduo fará menos apelo às distinções entre masculino e feminino nas suas interpretações dos acontecimentos, dos comportamentos, das opiniões de si e do outro.

Os indivíduos “personalizados” são aqueles que reúnem as propriedades dos 2 sexos e que são menos dependentes das situações implicando papéis especificamente masculinos (instrumental, actor) ou femininos (expressivo, comunal); acedeu a um repertório mais amplo de comportamentos e atitudes e retiram desta flexibilidade uma melhor estima de Si.

---

---

**PARTE II**  
**METODOLOGIA**

---

## HIPÓTESES

As investigações americanas antes de 70 sugeriam que muitas crianças negras tinham, em maior grau, internalizado os estereótipos negativos que a maioria da comunidade tem em relação a elas, e em consequência tinham mais baixa auto-estima que os brancos (Wylie, 63; Gibby and Gabler, 67; Yeatts, 67; Zirkel and Greene, 71; Zirkel and Moses, 71; Dadke et al, 49; Morland, 58; Butts, 63; in Burns, 82).

Investigações mais recentes, mudaram este ponto de vista, indicando que os negros não têm auto-conceito significativamente mais baixo que os brancos (Rosenberg and Simmons, 72; Powell and Fuller, 73; Rosenberg, 65; Coleman, 66, Wendland, 68; Hodgkins and Stakenas, 69; De Blaissie and Healy, 70; Taylor e Walsh, 79; in Burns, 82).

Várias explicações foram colocadas para tentar clarificar esta mudança, incluindo a responsabilização ou culpa do sistema e a hipótese de isolamento. A última hipótese é suportada pela investigação em que, as crianças negras se avaliariam a si próprias de acordo com os standards dos seus pares negros, o que lhes possibilitava uma elevada auto-estima. Negros, mais do que brancos de referência, são importantes, embora isto possa depender da classe social, e comportamento particular avaliado (Burns, 82).

A não segregação da educação tende a reduzir a auto-estima dos grupos minoritários quando se comparam com os standards e preconceitos do grupo majoritário. O tamanho do

grupo minoritário num meio não segregador é importante, como o isolamento em grande grupo protege a auto-estima e fornece outros significativos aceitáveis.

Veiga (95) destaca que a influência do contexto social no auto-conceito tem sido tradicionalmente mais assumido por teóricos situados no paradigma social. Refere que alguns estudos têm sustentado que o crescente movimento dos direitos civis e humanos vem atenuando e até anulando as diferenças de auto-conceito entre grupos diferentemente valorizados. Contrariamente ao verificado antes dos anos 60, as crianças afro-americanas já não apresentariam níveis de auto-conceito inferiores aos das crianças caucasianas, o que se ficaria a dever a mudanças ocorridas no contexto social (Spurlock, 86).

Conclusão definitiva sobre os efeitos da não segregação no auto-conceito dos negros, não pode ser feita; os resultados inconsistentes devem resultar provavelmente de diferenças na metodologia, idade dos grupos, experiência de segregação ou não segregação. Outra fonte de discrepância pode ser o factor tamanho da escola. Nas escolas grandes os grupos minoritários podem constituir uma subcultura completa que pode ter efeitos diferentes de um grupo minoritário numa escola pequena. Rosenberg and Simmons (72) mostraram que o grande isolamento que resulta das grandes concentrações de um grupo étnico na escola se reflecte em auto-conceito mais elevado (Burns, 82).

Estabelecemos assim, uma hipótese de investigação:

Existem diferenças na Auto-Representação em adolescentes de acordo com a sua Origem.

Como é referido por Veiga (95), o efeito da variável sexo no auto-conceito mostra diferenças, apresentando os indivíduos do sexo masculino maior superioridade, quer se trate de jovens no começo da adolescência (Hare, 80; Simmons & Rosenberg, 75) quer se encontrem já na adolescência média ou final (Marsh, 85; O'Malley & Bachman, 79; Skaalvik, 86; Vinutha et al 89), embora nos pré-adolescentes as diferenças tendem a favorecer os sujeitos do sexo feminino (Skaalvik, 86). Assim, a maioria dos estudos tende a revelar diferenças estatisticamente significativas entre os sexos, apresentando os grupos do sexo feminino níveis inferiores do auto-conceito (Buzzanga et al., 89; Vinutha et al., 89).

As diferenças em domínios específicos do auto-conceito apresentam-se geralmente consistentes com os estereótipos sexuais, e permanecem relativamente estáveis durante a adolescência (Marsh, 85, 89), o que contrariaria a ideia de que as dimensões do auto-conceito se iriam tornando mais diferenciadas com a idade, como sugerem alguns estudos (Shavelson, Hubner & Stanton, 76).

Há também investigações que mostram que, em certas dimensões do auto-conceito os valores são favoráveis aos sujeitos do sexo feminino, apresentando os do sexo aposto resultados mais elevados noutras dimensões do auto-conceito (Byrne & Shavelson, 86; Marsh et al., 86; Osborne & LeGette, 82; Rosenberg, 84, in Veiga, 95).

Marsh (89b, in Hattie, 92) depois de rever vários estudos, concluiu que há um pequeno efeito do factor sexo favorecendo os rapazes na matemática e no auto-conceito físico e favorecendo as raparigas no auto-conceito verbal e social.

Outros trabalhos assinalaram que as pessoas que - seja qual for o sexo - se identificam com uma valorização da masculinidade tendem a obter pontuações mais altas no auto-conceito (Kelly & Worell, 77; Marsh et al., 88; Spence & Helmreich, 79, in Veiga, 95).

De acordo com estas informações formulámos a seguinte hipótese de investigação:

Existem diferenças na Auto-Representação em adolescentes segundo o Sexo.

Veiga (95), embora afirme que as investigações realizadas sobre o auto-conceito e o ano de escolaridade são escassas e inconclusivas, refere na revisão de trabalhos que compulsa, que este diminuiria devido ao aumento de aspirações resultantes das crescentes exigências do superego (Ziller, Balla & Watson, 77), ou ainda devido ao contacto com a realidade cada vez mais frustrante (Wylie, 74).

Por outro lado, o auto-conceito aumentaria com a idade devido ao desenvolvimento de novas capacidades (Long et al., 67,68; Protinsky & Wilkerson, 86), com uma maior satisfação com a vida (Morganti, Nehrke, Hulicka & Cataldo, 88), ou mesmo ainda, o peso das competências, dos processos e dos conflitos próprios de cada estágio da adolescência, a procura de independência e de objectivos afectaria de maneira diferente alguns domínios do auto-conceito (Espinar, 82; Protinsky & Wilkerson, 86; Purkey & Novak, 84; Richman, 84, 85, Jolley, 84; McMahan & McMahan, 83).

As investigações sobre a evolução do auto-conceito na adolescência, segundo Veiga (95), mostram resultados pouco consistentes: para uns estudos há um “declínio” do auto-conceito com a idade (Bruck, 59; Kawarsh, Kerr & Clewes, 85; Marsh, 85; Whitt, 66), para outros um aumento na pré-adolescência (Harter, 83; Wallace et al., 84) e na idade adulta (Bowman, 63; Morganti et al., 88; Shimonaka & Nakazato, 86), outros, ainda detectam diferenças estatisticamente significativas em função da idade (Dusek & Flaherty, 81; Fend & Schroer, 85; Hill, 80; Osborne & LeGette, 82; Savin-Williams & Demo, 84; Silberman & Zigmond, 83; Stopper, 78).

Na sequência destes trabalhos, estabelecemos outra hipótese:

A Auto-Representação em adolescentes varia segundo o Ano de Escolaridade.

Assim, são variáveis independentes da investigação :

- a Origem,
- o Sexo,
- o Ano de Escolaridade,

e é variável dependente a Auto-Representação, nas suas dimensões de

- Auto-Conceito,
- Hetero-Conceito,
- Diferença Auto-Hetero Conceito.

Estabelecemos três hipóteses de investigação:

#### Hipótese 1

Existem diferenças entre o Auto-Conceito dos adolescentes segundo a Origem, o Sexo e o Ano de Escolaridade.

#### Hipótese 2

Existem diferenças entre Hetero-Conceito dos adolescentes segundo a Origem, o Sexo e o Ano de Escolaridade.

#### Hipótese 3

A Diferença entre Auto e Hetero-Conceito dos adolescentes varia em função da Origem, Sexo e Ano de Escolaridade.

---

## AMOSTRA

A amostra do estudo é constituída por sujeitos, pertencentes a 13 turmas do Unificado / 3º Ciclo do Ensino Básico de uma das duas escolas da Damaia - Amadora, com maior frequência de indivíduos com origem na etnia Cabo-Verdiana.

A amostra é constituída por 259 sujeitos, de origem Cabo-Verdiana e de origem Portuguesa, de acordo com a seguinte distribuição:

7º ano - 7 turmas

8º ano - 2 turmas

9º ano - 4 turmas

	Número de Alunos	Percentagem
7º ano	147	57
8º ano	34	13
9º ano	78	30
	259	

Distribuição da Amostra por Ano de Escolaridade

	Número de Alunos
Masculino	129
Feminino	130
	259

Distribuição da Amostra por Sexo

	Número de Alunos
O. Portuguesa	174
O. Cabo-Verdiana	85
	259

Distribuição da Amostra por Etnia de Origem

	7º			8º			9º		
	O.Port.	O.CabV	Total	O.Port.	O.CabV	Total	O.Port.	O.CabV	Total
Masculino	58	21	79	9	8	17	25	8	33
Feminino	40	28	68	12	5	17	30	15	45
	98	49		21	13		55	23	

Distribuição por Ano, Sexo e Origem

IDADE ANO	11	12	13	14	15	16
7º	4	69	48	24	0	0
8º	0	1	14	11	8	0
9º	0	0	1	35	22	20
	4	70	63	70	30	20

Distribuição dos Alunos por Idade e Ano de Escolaridade

Nota: Dos 259 sujeitos da amostra 2 omitiram a idade.

## INSTRUMENTOS

1) Foi feita uma tradução da escala “Self-Perception Profile for Adolescents”- Escala de Auto-Conceito para Adolescentes de Susan Harter de 1988.

Esta versão inicial foi aplicada a duas turmas, num total de 43 sujeitos, com características semelhantes às da amostra, o que permitiu fazer algumas alterações em 3 itens susceptíveis de levantar dificuldades de compreensão.

A Escala encabeçada pela frase “Como é que eu sou ?”, é composta por nove sub-escalas avaliando o auto-percepção da competência ou adequação do indivíduo em domínios ou áreas específicas. A nona e última aborda a Auto-Estima Global. As nove sub-escalas, contendo cada uma cinco itens versam os seguintes domínios:

- Competência Escolar - como vê o adolescente o seu desempenho escolar
- Aceitação Social - que grau de aceitação sente ter / lhe é atribuído pelos seus pares e como se sente em popularidade
- Competência Atlético - como a avalia/ percebe/ vê o seu desempenho em actividades atlético-desportivas
- Aparência Física - que grau de satisfação tem relativamente ao seu corpo e aspecto físico

- Competência para o Trabalho - avalia se o adolescente se sente apto a uma ocupação em part-time,

- Atracção Romântica - se pensa ter atractividade, ser objecto e sujeito de interesse/ atracção romântico pelas pessoas que lhe interessam, por quem se sente atraído

- Atitude Social/Atitude Comportamental - como avalia o seu modo de agir, se actua de acordo com as expectativas, se faz o que pensa ser correcto, se não cria / evita problemas

- Amizades Intimas - facilidade em fazer amigos íntimos, com quem partilhe pensamentos e segredos

por fim, a nona sub-escala a

- Auto-Estima Global - se tem apreço pela sua pessoa, se se sente feliz.

O instrumento utilizado procura uma discriminação precisa entre domínios relativamente aos quais o indivíduo avaliará / julgará o seu sentido de competência e adequação em diferentes áreas da sua vida.

A Auto-Estima Global surge entendida por Harter como a percepção global do seu valor enquanto pessoa questionado directamente e não como a soma / a média das respostas a múltiplos itens versando grande variedade de auto-descrições.

2) O segundo instrumento é semelhante ao primeiro mas encabeçado pela frase “ Como é que os meus colegas acham que eu sou ?”

Com este instrumento pretendia-se saber qual a imagem/ representação que o jovem pensa ser a do Outro acerca da sua pessoa, ou seja qual a avaliação que os outros significativos fazem sobre si. Foi também pré-testado, tendo-se utilizado as mesmas condições.

## PROCEDIMENTOS

Em cada turma, no âmbito de um trabalho de investigação em psicologia sobre os adolescentes, era pedida a colaboração aos alunos no preenchimento de dois questionários.

Pedia-se apenas que identificassem os seus questionários com o número e a turma para ser possível fazer o tratamento de dados, garantindo-se a confidencialidade das respostas.

Não houve recusas em colaborar.

Num primeiro momento foi distribuída a escala de Susan Harter; dadas as instruções de acordo com o Manual (Harter, 1988) e utilizado o exemplo para melhor clarificar a realização da tarefa. Foi ainda informado que não haveria limite de tempo e que pelo carácter do pedido não haveria respostas certas ou erradas, nem melhores nem piores.

Num segundo momento foi distribuída a segunda escala cuja forma de responder era semelhante à anterior.

As poucas dúvidas que surgiram foram esclarecidas individualmente.

Para o preenchimento das duas escalas foi suficiente um tempo lectivo por turma.

## TRATAMENTO DE DADOS

Para analisar os dados começamos por calcular as Medidas Descritivas ( Médias e Desvios Padrões).

Procedeu-se em seguida ao teste das nossas hipóteses utilizando a Análise de Variância com três factores (Origem, Sexo e Ano) tendo como variáveis dependentes cada uma das subescalas de Escala de Auto-Conceito para Adolescentes.

Quando o factor Ano ou alguma das interacções era significativa utilizámos o teste HSD de Comparações Múltiplas, de Tukey, para determinar entre que subgrupos havia diferenças significativas.

---

**PARTE III**  
**DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

---

**NOTA:**

adoptámos o critério de apresentar por cada domínio o gráfico global dos valores médios obtidos por cada subgrupo da amostra. Só foram elaborados outros gráficos, nesse domínio, em caso de existir efeito principal de alguma das variáveis ou efeito de interacção entre elas.

## Competência Escolar

O valor médio é de 2,512 para o total da amostra.

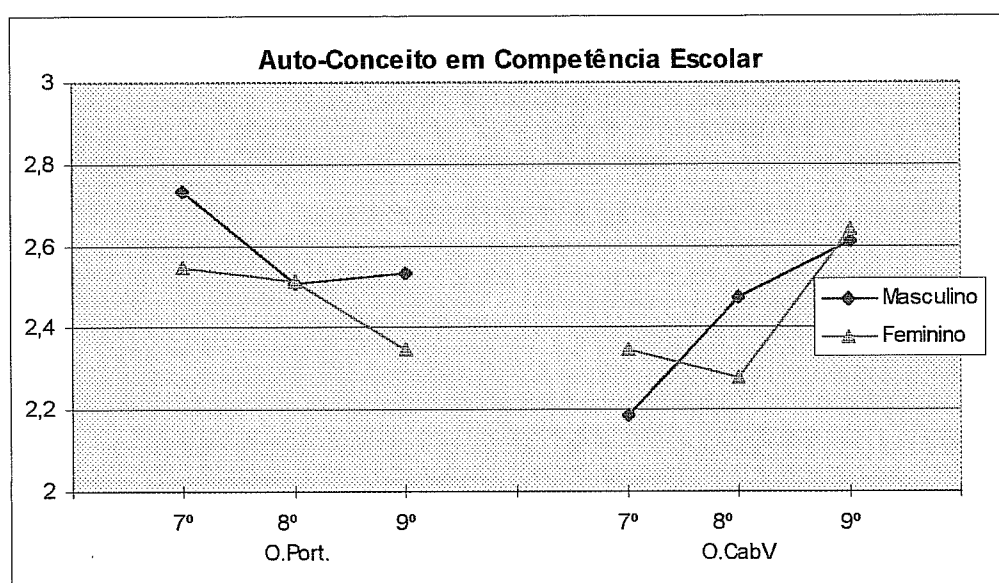


Gráfico 1A- Distribuição de médias de Auto-Conceito em Competência Escolar

O valor mais elevado - 2,734 - é obtido pelo grupo de origem portuguesa Masculino de 7º, o valor mais baixo - 2,186 - é obtido pelo grupo origem cabo-verdiana Masculino de 7º.

Quer o subgrupo Feminino de origem portuguesa, quer o subgrupo Feminino de origem cabo-verdiana apresentam descida do 7º para o 8º ano; enquanto na progressão para o 9º ano, se mantém a descida no 1º grupo, as raparigas de origem cabo-verdiana têm uma inversão acentuada deste padrão.

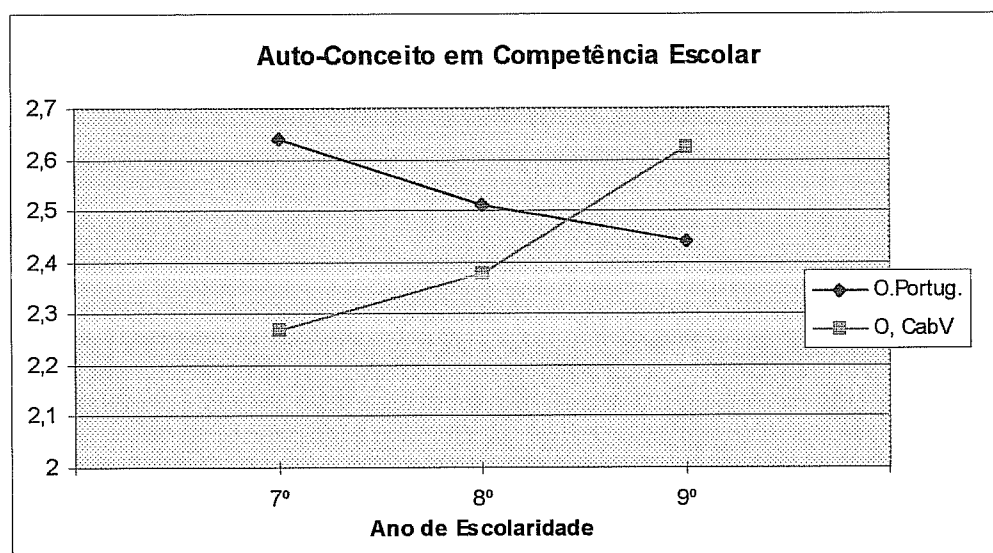


Gráfico 1B - Distribuição de médias de AC em Competência Escolar por Ano de Escolaridade e Origem

Verifica-se existir um efeito de interacção Origem X Ano ( $F_{1,247} = 5,187$ ,  $p = 0,006$ ).

O grupo de origem portuguesa tem nos dois primeiros anos de escolaridade, auto-conceito superior ao grupo de origem cabo-verdiana .

À medida que evolui o ano de escolaridade, melhora o auto-conceito dos sujeitos pertencentes ao grupo de origem cabo-verdiana. Em contraste, há uma redução no auto-conceito nesta competência, dos alunos pertencentes ao grupo de origem portuguesa . Esta redução é determinada pela descida de valores das raparigas, que não é compensada pela ligeira subida, do grupo Masculino, do 8º para o 9º ano.

Assim, no 9º ano, a média de valores do grupo de origem portuguesa são ligeiramente inferiores à média dos valores obtidos pelo grupo de origem cabo-verdiana .

O teste de comparações múltiplas indica ser significativa a diferença (0.0115), entre os grupos de origem portuguesa de 7º (2.268) e de origem cabo-verdiana de 7º (2.642).

### Aceitação Social

No domínio da Aceitação Social o valor médio do auto-conceito é de 2,962.

É significativa a diferença (0.0115), entre os grupos de origem cabo-verdiana de 7º (2.642) e de origem portuguesa de 7º (2.268).

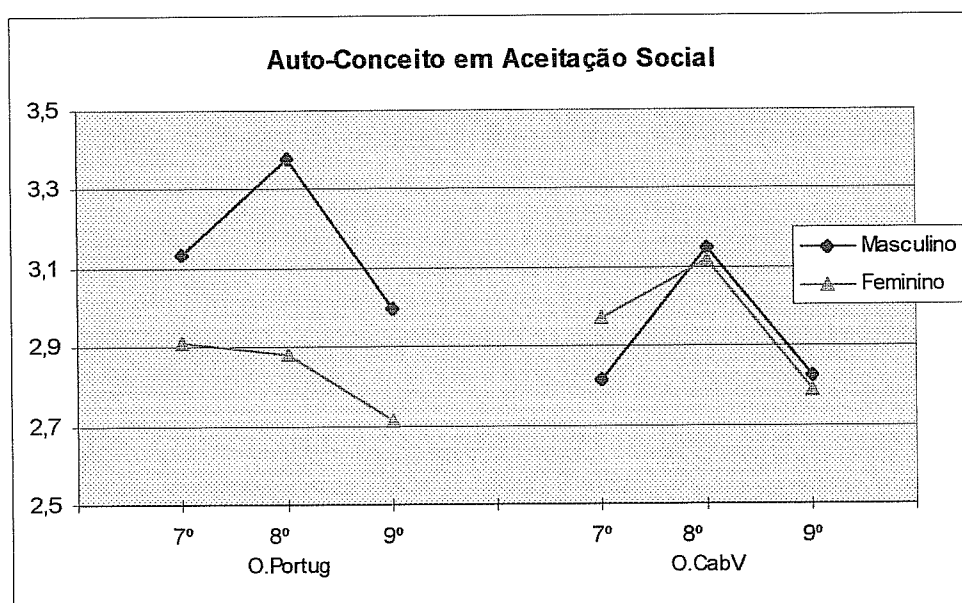


Gráfico 2 - Distribuição das médias de Auto-Conceito em Aceitação Social

O valor mais elevado é obtido pelo subgrupo de origem portuguesa Masculino do 8º ano, o valor mais reduzido pelo subgrupo Feminino de origem portuguesa de 9º ano.

Enquanto os rapazes de origem portuguesa têm em média valores mais altos que os seus companheiros de origem cabo-verdiana, com as raparigas dá-se o inverso. O auto-conceito em Aceitação Social é superior para as raparigas de origem cabo-verdiana em qualquer dos três anos de escolaridade da amostra.

A tendência do 7º para o 8º ano é de subida com exceção para o grupo Feminino de origem portuguesa.

Na passagem do 8º para o 9ºano, há acentuado decréscimo - para valores na generalidade inferiores aos obtidos nos dois anos anteriores - do auto-conceito neste domínio em todos os grupos.

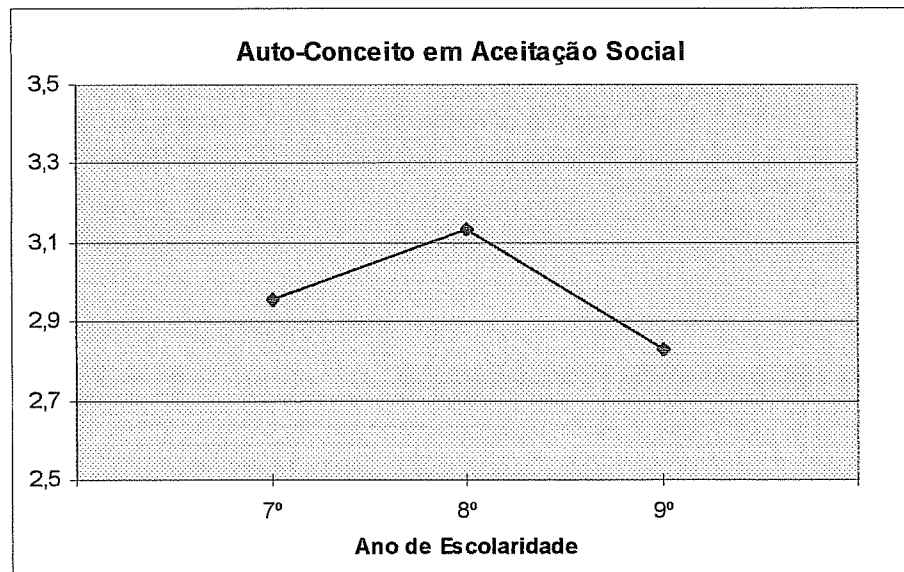


Gráfico 2B - Distribuição das médias de AC em Aceitação Social por Ano de escolaridade.

Verifica-se existir um efeito principal da variável Ano (  $F_{1,247} = 3,167$ ,  $p = 0,0439$ ).

O teste de comparações múltiplas indica apenas uma diferença entre o 8º (3,133 ) e o 9º anos ( 2,831 ) quase significativa (0,059).

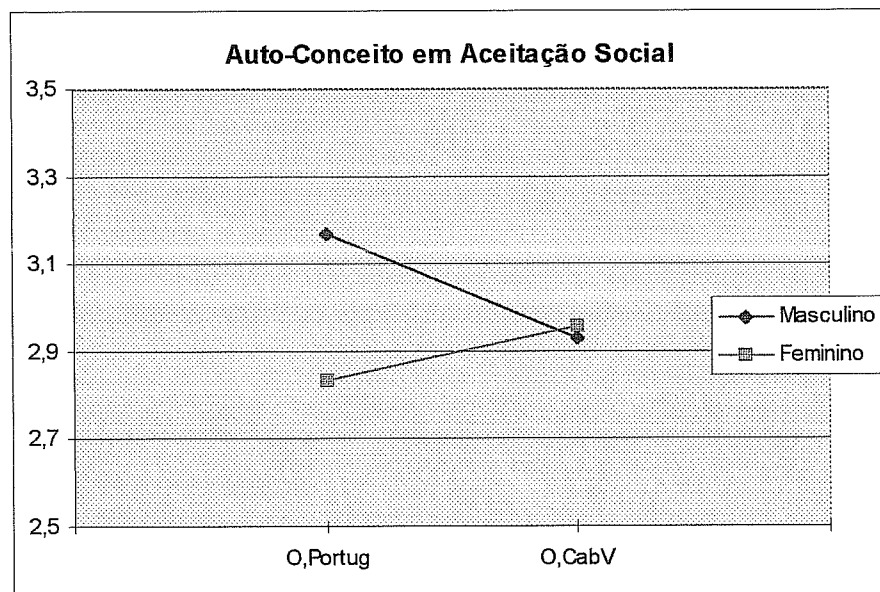


Gráfico 2 C - Distribuição de médias de AC em Aceitação Social por Origem e Sexo.

Existe ainda um efeito de interação Origem X Sexo ( $F_{1,247} = 4,402$ ,  $p = 0,0369$ ).

O grupo de origem portuguesa obtém os valores extremos, 3,171 e 2,836 respectivamente para os subgrupos Masculino e Feminino, indicando o teste de comparações múltiplas que essa diferença de valores é significativa (0,0005).

Comparativamente, o grupo de origem cabo-verdiana mantém grande proximidade dos valores obtidos por ambos os sexos.

### Capacidade Atlética

O valor médio da amostra é de 2,515, variando entre um mínimo de 2,004 e um máximo de 2,975 obtidos respectivamente pelos grupos de origem portuguesa Feminino 8º e de origem cabo-verdiana Masculino 9º.

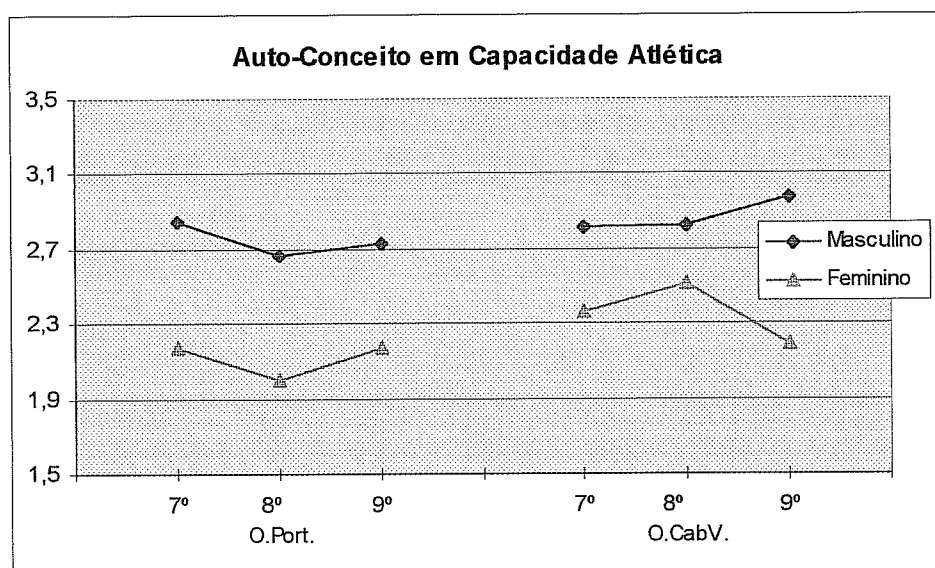


Gráfico 3 - Distribuição das médias de Auto-Conceito em Capacidade Atlética

Verifica-se melhor Auto-Conceito neste domínio por parte dos rapazes. No 8º ano, tanto os rapazes como as raparigas do grupo de origem portuguesa, sofrem ligeiro decréscimo, seguido de aumento no 9º ano.

As raparigas de origem cabo-verdiana têm o seu melhor resultado no 8º, voltando a diminuir o seu auto-conceito no 9º.

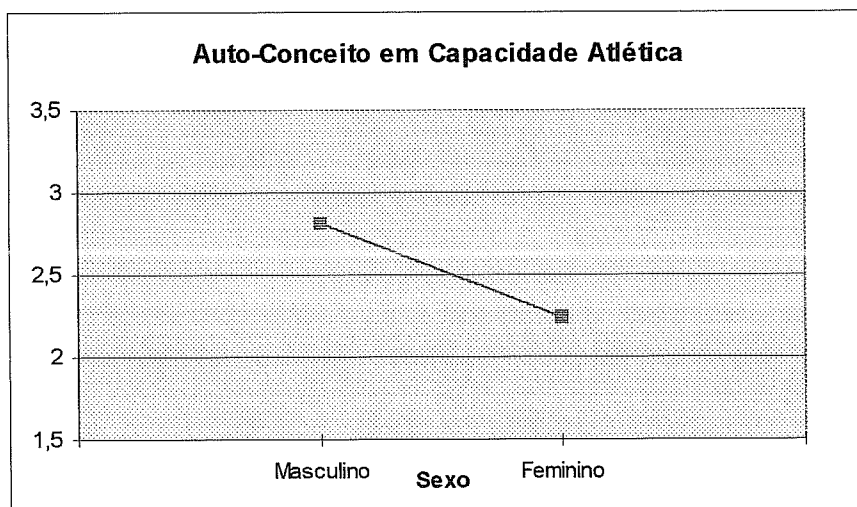


Gráfico 3 B Distribuição de médias de AC em Capacidade Atlética por Sexo

Existe um efeito principal da variável Sexo ( $F_{1, 247} = 32,060$ ,  $p = 0,000$ ), em termos da Capacidade Atlética, sendo mais elevado para o grupo Masculino.

## Aparência Física

Na subescala Aparência Física o valor médio da amostra é de 2,821, variando entre os valores 3,213 e 2,220, obtidos respectivamente pelos grupos de origem portuguesa Masculino de 7º e de origem portuguesa Feminino de 9º.

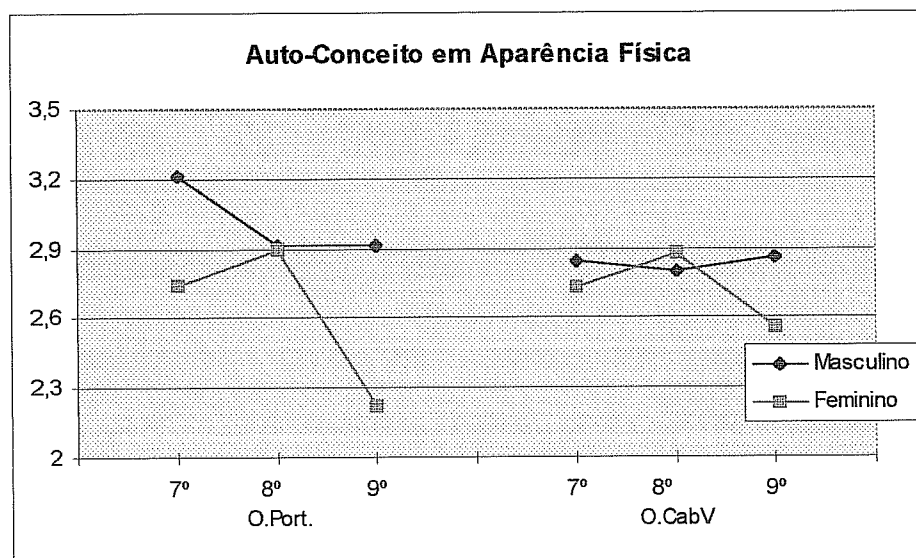


Gráfico 4 - Distribuição de médias no Auto-Conceito em Aparência Física

Novamente o grupo Masculino surge com valores mais elevados que o grupo Feminino, à exceção do grupo de origem cabo-verdiana de 8º ano em que se inverte pontualmente esta tendência.

Nota-se também uma redução no Auto-Conceito das raparigas de ambas as origens no 9º ano e de forma mais marcada para o grupo de origem portuguesa.

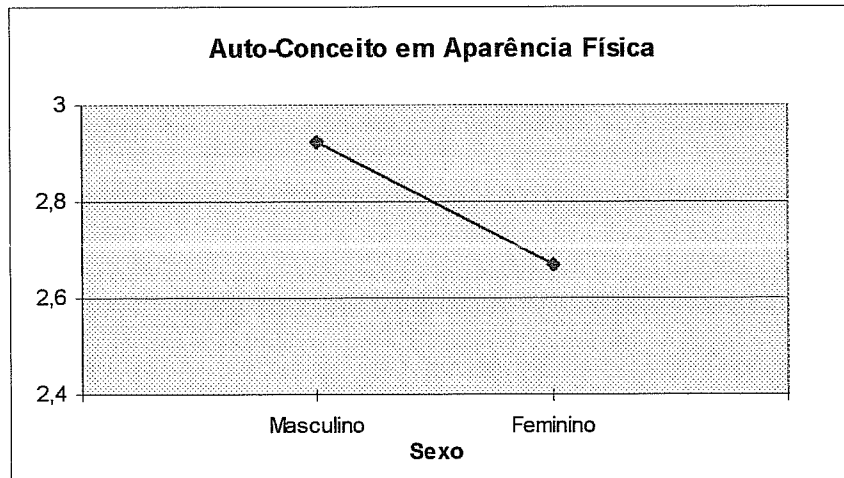


Gráfico 4B - Distribuição de médias no AC em Aparência Física por Sexo

Existe um efeito principal relativo à variável Sexo ( $F_{1, 247} = 5,276, p = 0,022$ ).

Os valores são mais elevados para o grupo Masculino.

## Competência para o Trabalho

O valor médio da amostra, do Auto-Conceito nesta subescala, é de 2,621, variando entre 2,329 e 2,970, valores obtidos pelos grupos de origem cabo-verdiana Feminino de 7º e Feminino de 9º.

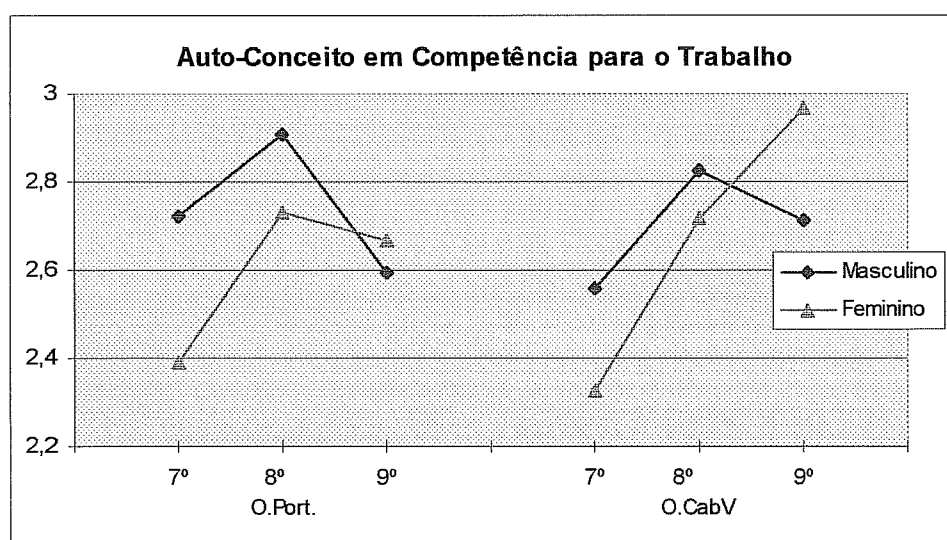


Gráfico 5 - Distribuição das médias de Auto-Conceito em Competência para o Trabalho

Nos dois primeiros anos de escolaridade, verifica-se um Auto-Conceito, neste domínio, mais elevado para o grupo Masculino; situação que se inverte no 9º ano em que as raparigas se avaliam como mais competentes para o trabalho.

O 8º ano, é aquele em que os subgrupos revelam melhor Auto-Conceito em competência nesta área, sofrendo decréscimos no ano seguinte, à excepção do grupo Feminino de origem cabo-verdiana.

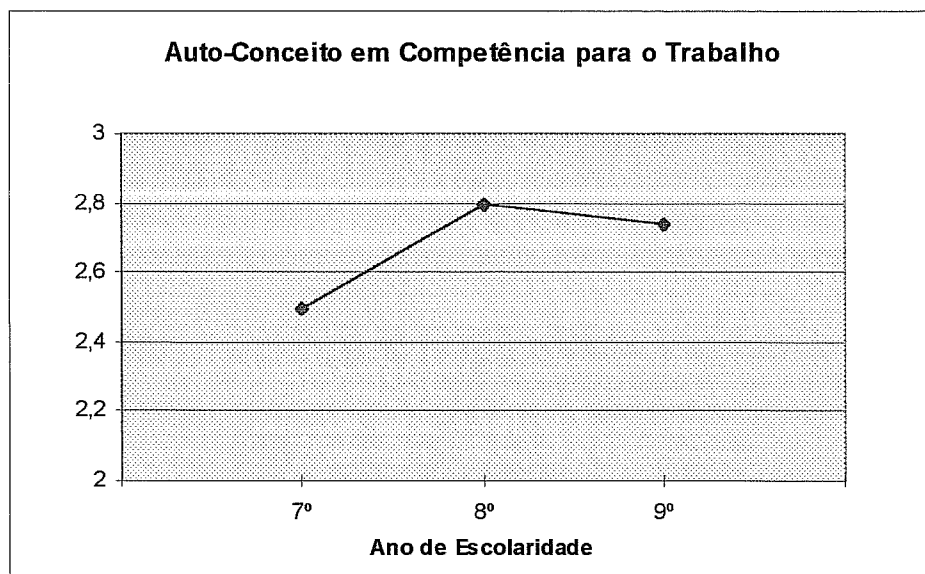


Gráfico 5B - Variação do AC em Competência para o Trabalho por Ano de Escolaridade

Verificou-se a existência de um efeito principal da variável Ano ( $F_{1, 247} = 6,264$ ,  $p = 0,002$ ).

O teste de comparações múltiplas indica uma diferença significativa entre o 7º e 9º anos (0,0158).

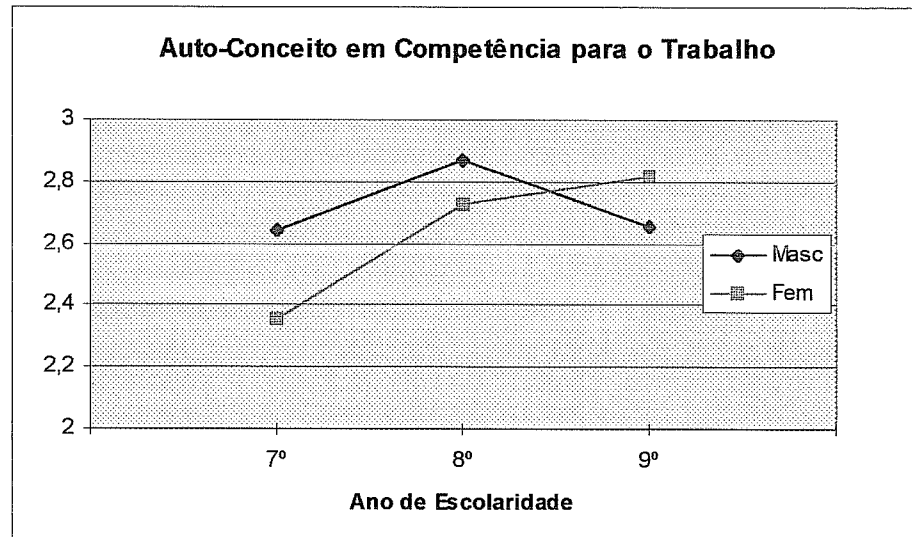


Gráfico 5C - Variação do AC em Competência para o trabalho por Ano de Escolaridade e Sexo

Constata-se também um efeito de interação Sexo X Ano ( $F_{1, 247} = 3,547, p = 0,030$ ). Esta interação traduz-se pela subida progressiva do grupo Feminino do 8º para o 9º, enquanto o grupo Masculino inverte esta tendência.

O teste de comparações múltiplas mostra serem significativas as diferenças entre: os grupos Masculino do 7º e Feminino do 7º (0,0278) e Feminino do 9º e Feminino do 7º (0,00067).

### Atração Romântica

O valor médio da amostra, neste domínio é de 2,563, sendo os valores máximo e mínimo obtidos pelos grupos, de origem portuguesa Masculino de 7º (2.826) e de origem cabo-verdiana Feminino também de 7º (2,329), respectivamente.

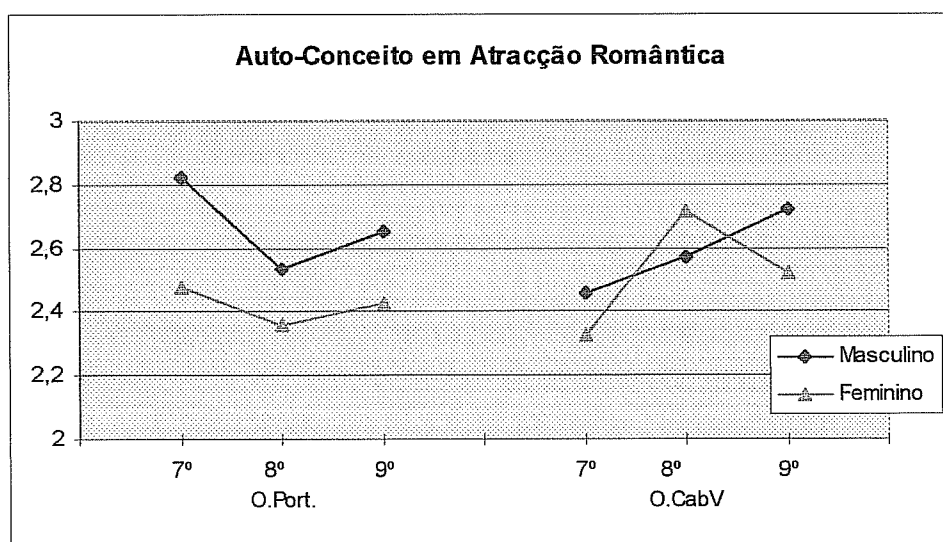


Gráfico 6 - Distribuição de médias do Auto-Conceito em Atração Romântica

No grupo de origem portuguesa existe algum paralelismo na evolução do Auto-Conceito desta área entre os rapazes e as raparigas, sendo sempre mais elevado o dos primeiros. Há um decréscimo do 7º para o 8º ano e no 9º dá-se novamente uma recuperação.

O grupo de origem cabo-verdiana parte de um valor mais baixo no 7º ano, aumentando no ano imediato e, mantém esta tendência crescente o subgrupo Masculino no 9º ano enquanto o grupo Feminino desce.

Esta diferenças não são estatisticamente significativas.

## Comportamento

O valor médio da amostra nesta área é de 2,744, variando entre o grupo de origem portuguesa Masculino de 7º e origem cabo-verdiana Masculino de 7º, que obtêm respectivamente os valores máximo de 2,934 e mínimo de 2,543

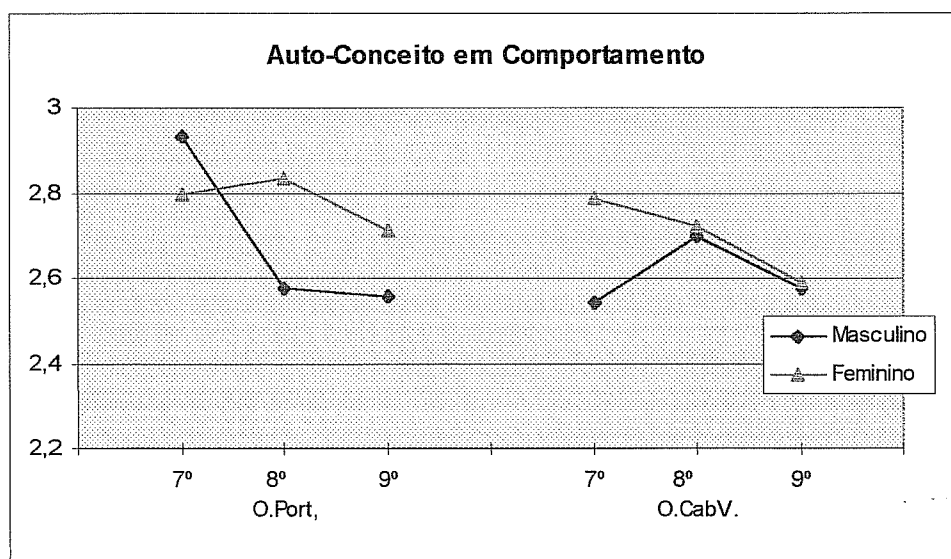


Gráfico 7 - Distribuição de médias de Auto-Conceito em Comportamento

Verifica-se uma descida, em todos os subgrupos do 8º para o 9º ano, sendo menos acentuada no subgrupo de origem portuguesa Masculino.

Detecta-se um Auto-Conceito em Comportamento, com valores mais elevados para o grupo Feminino de ambas as origens, com excepção no 7º ano para os rapazes de origem portuguesa.

No 8º e 9º anos há grande similitude entre o Auto-Conceito dos elementos do grupo origem cabo-verdiana.

Nenhuma destas diferenças é significativa.

### Amizades Íntimas

A média dos valores obtidos nesta subescala, pela amostra, é de 3,164, variando entre 3,440 e 2,675, valores respectivamente para os grupos de origem portuguesa Feminino de 7º e de origem cabo-verdiana Masculino de 9º.

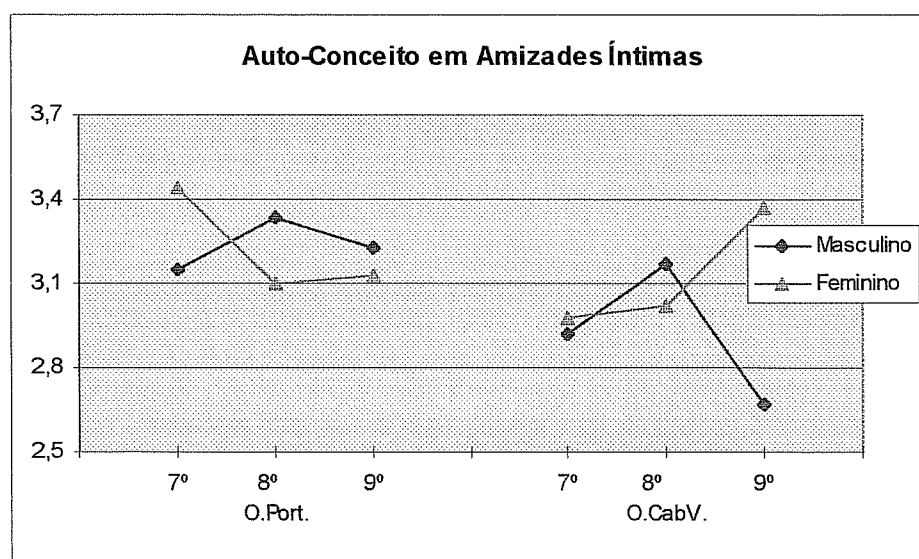


Gráfico 8 - Distribuição de médias de Auto-Conceito em Amizades Íntimas

Salienta-se um aumento do leque de valores para o grupo de origem cabo-verdiana ao longo dos três anos de escolaridade. Para o grupo de origem portuguesa a tendência é a oposta, as discrepâncias entre os sexos tendem a esbater-se nos 8º e 9º anos.

Não se verificam, neste domínio, diferenças estatisticamente significativas entre os subgrupos.

**Auto-Estima**

Na Escala de Auto-Estima o valor médio obtido pela amostra é de 2,972, variando entre 3,251 e 2,568 dos grupos de origem portuguesa Masculino de 7º e Feminino de 9º.

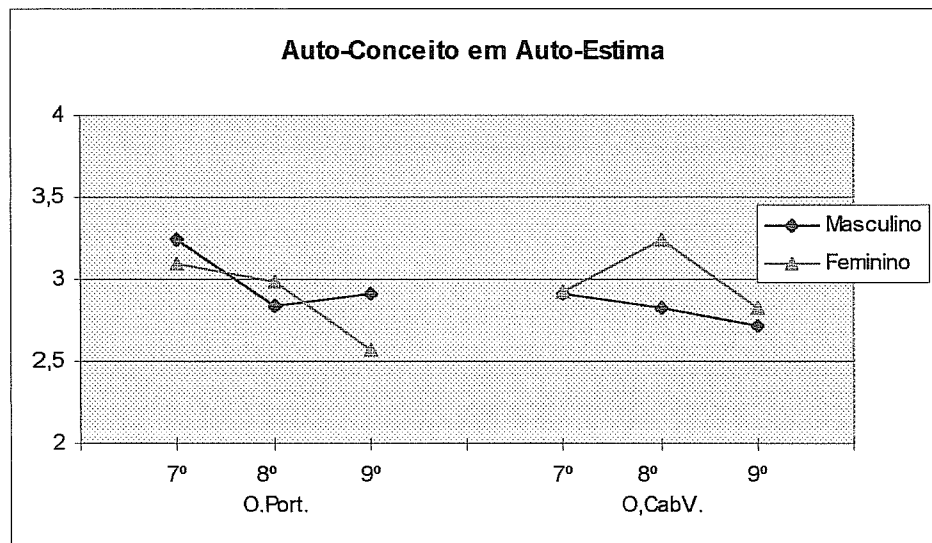


Gráfico 9 - Distribuição das médias do Auto-Conceito em Auto-Estima

Do 7º para o 9º ano há uma tendência para decrescer o nível de Auto-Estima. Desce também, do 7º para o 8º ano, excepto para o grupo de origem cabo-verdiana Feminino.

No 8º ano encontram-se os subgrupos Femininos com valores superiores, tal como no 9º ano o subgrupo de origem cabo-verdiana Feminino de 9º ano.

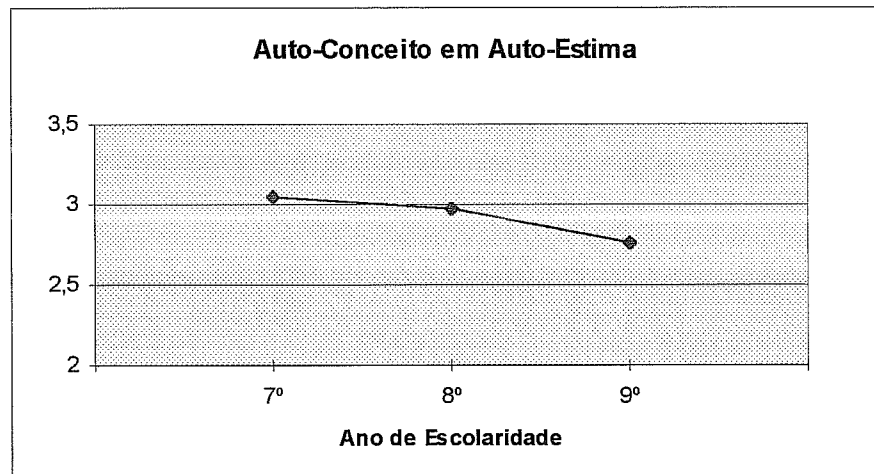


Gráfico 9B - Variação das médias de AC em Auto-Estima por Ano de Escolaridade

Verifica-se a existência de um efeito principal da variável Ano (  $F_{1, 247} = 4,552$ ,  $p = 0,0114$  ).

Há tendência do Auto-Conceito em Auto-Estima para decrescer ao longo dos anos escolares, sendo significativa a variação entre os 7º e 9º anos (0,0092) .

SÍNTESE DOS RESULTADOS NO AUTO-CONCEITO

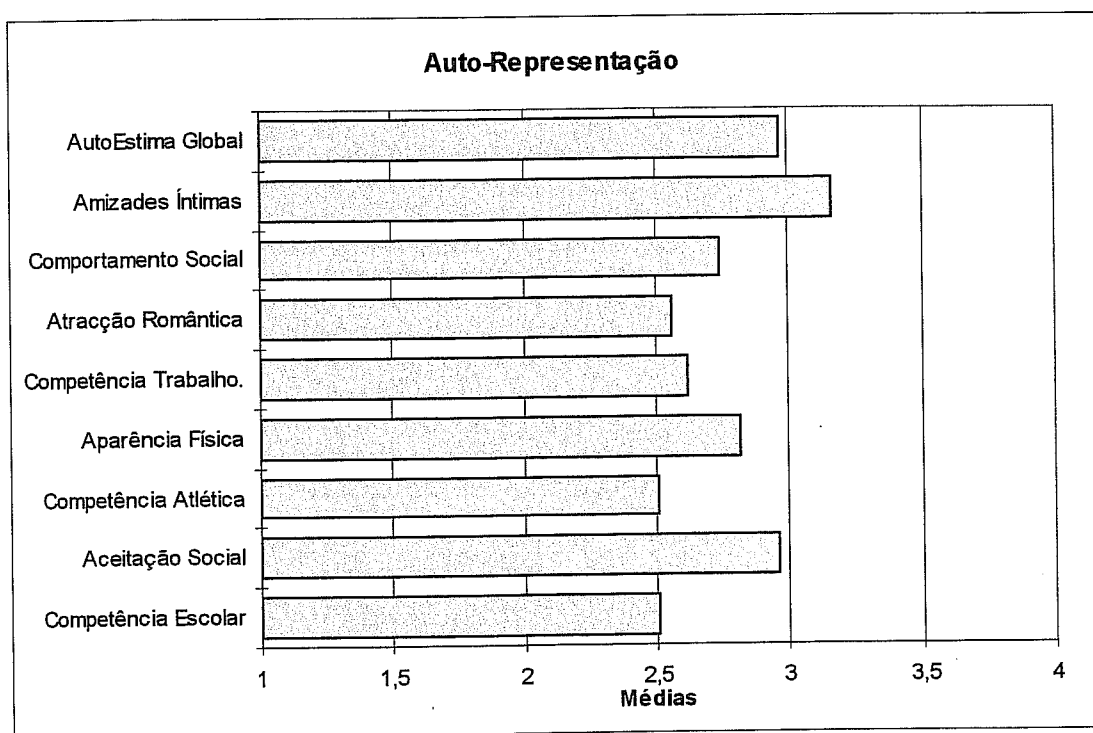


Gráfico I - Distribuição das médias nas diversas áreas do Auto-Conceito

Na globalidade da amostra verificamos que o auto-conceito com valor mais elevado é obtido na área das Amizades Íntimas, seguido pelo da Aceitação Social e pelo da Auto-Estima global. Os valores mais baixos, são obtidos nas áreas da Competência Escolar e da Competência Atlética, seguindo-se a da Atracção Romântica.

## SÍNTESE DOS RESULTADOS POR ÁREA DO AUTO-CONCEITO

### **Competência Escolar**

Verifica-se existir um efeito de interação Origem X Ano.

O grupo de origem portuguesa tem nos dois primeiros anos de escolaridade, auto-conceito superior ao grupo de origem cabo-verdiana. À medida que evolui no ano de escolaridade, os sujeitos pertencentes ao grupo de origem cabo-verdiana melhoram o seu auto-conceito, em contraste com a redução que se verifica nesta área para o grupo Branco. Esta redução é determinada pela descida de valores das raparigas, que não é compensada pela ligeira subida, do grupo Masculino, do 8º para o 9º ano.

É significativa a diferença entre os grupos de origem portuguesa de 7º e de origem cabo-verdiana de 7º; os primeiros obtêm valor mais elevado.

### **Aceitação Social**

O valor mais elevado é obtido pelo subgrupo de origem portuguesa Masculino do 8º ano, o valor mais reduzido pelo subgrupo Feminino de origem portuguesa de 9º ano. É significativa a diferença entre os grupo de origem cabo-verdiana de 7º e de origem portuguesa de 7º, obtendo o segundo grupo valor médio mais baixo.

A tendência do 7º para o 8º ano é de subida, com excepção para o grupo Feminino de origem portuguesa.

Na passagem do 8º para o 9ºano, há acentuado decréscimo, para valores na generalidade inferiores aos obtidos nos dois anos anteriores por todos os grupos.

Assim, neste domínio verifica-se existir um efeito principal da variável Ano.

Existe ainda um efeito de interacção Origem X Sexo. O grupo de origem portuguesa obtém os valores extremos: o mais elevado para o subgrupo Masculino e o mais baixo para o Feminino. Esta diferença de valores é significativa.

### **Capacidade Atlética**

Verifica-se melhor auto-conceito neste domínio por parte dos rapazes. No 8º ano, tanto os rapazes como as raparigas do grupo de origem portuguesa, sofrem ligeiro decréscimo, seguido de aumento no 9ºano.

As raparigas de origem cabo-verdiana tem o seu melhor resultado no 8º, voltando a diminuir o seu auto-conceito no 9º.

Existe um efeito principal da variável Sexo: o auto-conceito em Capacidade Atlética, é mais elevado para o grupo Masculino.

### **Aparência Física**

Novamente o grupo Masculino surge com valores mais elevados que o grupo Feminino , à excepção do grupo origem cabo-verdiana de 8º ano, em que se inverte pontualmente esta tendência.

Nota-se também uma redução no auto-conceito das raparigas de ambas as origens no 9º ano e de forma mais marcada para o grupo de origem portuguesa.

Existe um efeito principal relativo à variável Sexo . Os valores são mais elevados para o grupo Masculino.

### **Competência para o Trabalho**

Nos dois primeiros anos de escolaridade, verifica-se um auto-conceito neste domínio mais elevado para o grupo Masculino; situação que se inverte no 9º ano em que as raparigas se avaliam como mais competentes para o trabalho.

O 8º ano, é aquele em que os subgrupos revelam melhor auto-conceito, em competência nesta área, sofrendo decréscimos no ano seguinte, à excepção do grupo Feminino de origem cabo-verdiana

Verificou-se a existência de um efeito principal da variável Ano.

A diferença é significativa entre o 7º e 9º ano.

Constata-se também um efeito de interação Sexo X Ano. Esta interação traduz-se pela subida progressiva do grupo Feminino do 8º para o 9º, enquanto para o grupo Masculino se inverte esta tendência.

São significativas as diferenças entre: os grupos Masculino de 7º e Feminino de 7º e Feminino de 9º e Feminino de 7º.

### **Atracção Romântica**

### **Comportamento**

### **Amizades Íntimas**

Não se verificam, nestes três domínios, diferenças estatisticamente significativas entre os subgrupos.

### **Auto-Estima**

Do 7º para o 9º ano há uma tendência para decrescer o nível de Auto-Estima. Desce também, do 7º para o 8º ano, excepto para o grupo de origem cabo-verdiana Feminino. No 8º ano encontram-se os subgrupos Femininos com valores superiores tal como no 9º ano o subgrupo origem cabo-verdiana Feminino de 9º ano.

Verifica-se a existência de um efeito principal da variável Ano .

Há tendência do auto-conceito em Auto-Estima para decrescer ao longo dos anos escolares, sendo significativa a variação entre os 7º e 9º anos.

## Competência Escolar

O valor médio do Hetero-Conceito na subescala de Competência Escolar é de 2,611, variando entre 2,794 e 2,241 valores máximo e mínimo obtidos pelos grupos de origem portuguesa Masculino de 7º e de origem cabo-verdiana Feminino também de 7ºano.

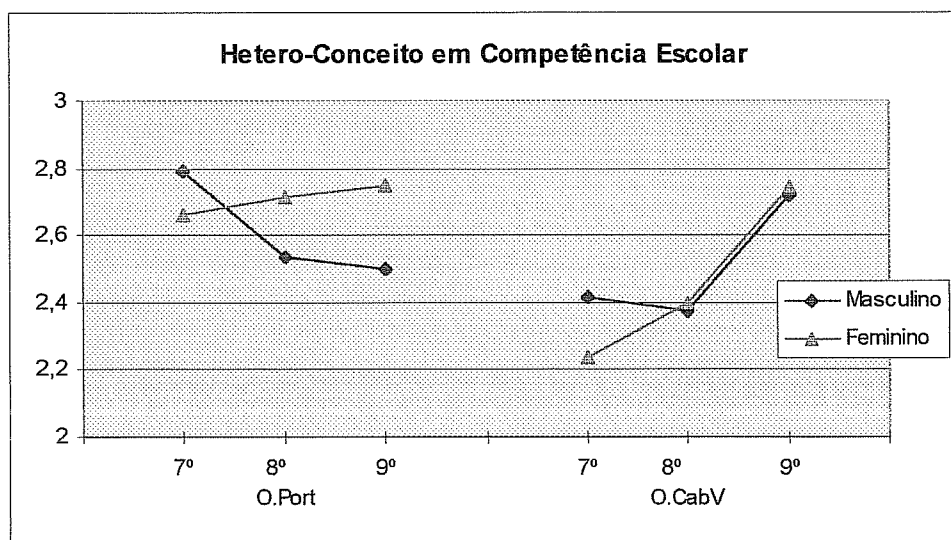


Gráfico 1 - Distribuição de médias de Hetero-Conceito em Competência Escolar

No 7º ano os valores obtidos pelo grupos Masculino são mais elevados que os das raparigas, invertendo-se este padrão nos anos seguintes.

O grupo de origem cabo-verdiana apresenta, no 8º e 9º anos, valores muito semelhantes para os rapazes e para as raparigas.

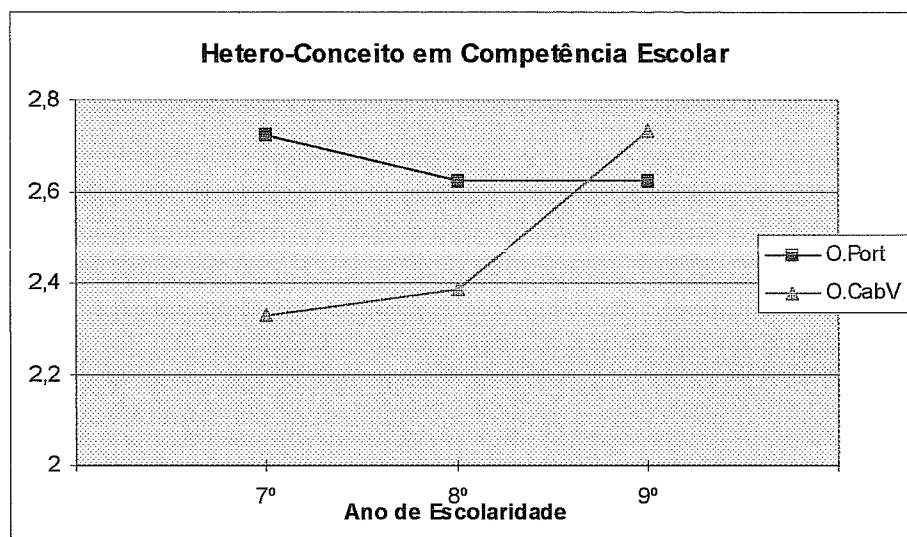


Gráfico 1B - Distribuição de médias de HC em Competência Escolar por Origem e Ano

Verifica-se existir um efeito de interação Origem X Ano ( $F_{1,247} = 3,197$ ,  $p = 0,043$ ), que se traduz por melhor Hetero-Conceito em Competência Escolar para o grupo de origem portuguesa, nos dois primeiros anos, e o inverso para o 9º ano.

O grupo de origem cabo-verdiana de 7º obtém o valor mínimo - 2,330 - e o grupo de origem cabo-verdiana de 9º o valor máximo - 2,733.

O teste de comparações múltiplas indica como significativa a diferença entre os grupos de origem portuguesa de 7º e de origem cabo-verdiana de 7º (0.026).

### Aceitação Social

O valor médio do Hetero-Conceito em Aceitação Social é de 2,859, oscilando os valores entre 3,000 e 2,607 obtidos respectivamente pelos grupos de origem cabo-verdiana Masculino de 8º e Masculino de 7º.

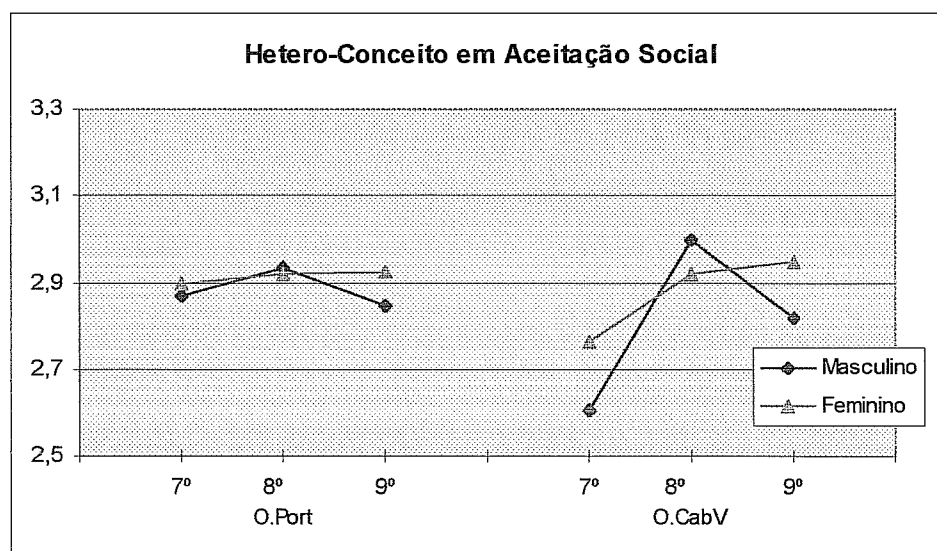


Gráfico 2 - Distribuição de médias de Hetero-Conceito em Aceitação Social

Enquanto no grupo de origem portuguesa há semelhança de valores médios, no grupo de origem cabo-verdiana há alguma dispersão, quer por sexo, quer por ano de escolaridade.

O Hetero-Conceito nesta área sobe do 7º para o 8ºano; decresce do 8º para o 9º, com exceção para o grupo de origem cabo-verdiana Feminino de 9º.

Não se verifica contudo a existência de efeitos principais ou de interações significativas.

### Competência Atlética

O valor médio no Hetero-Conceito no domínio da Competência Atlética é de 2,578, variando entre um mínimo de 2,216 e um máximo de 3,000 obtidos pelos grupos de origem portuguesa Feminino de 8º e de origem cabo-verdiana Feminino de 8º.

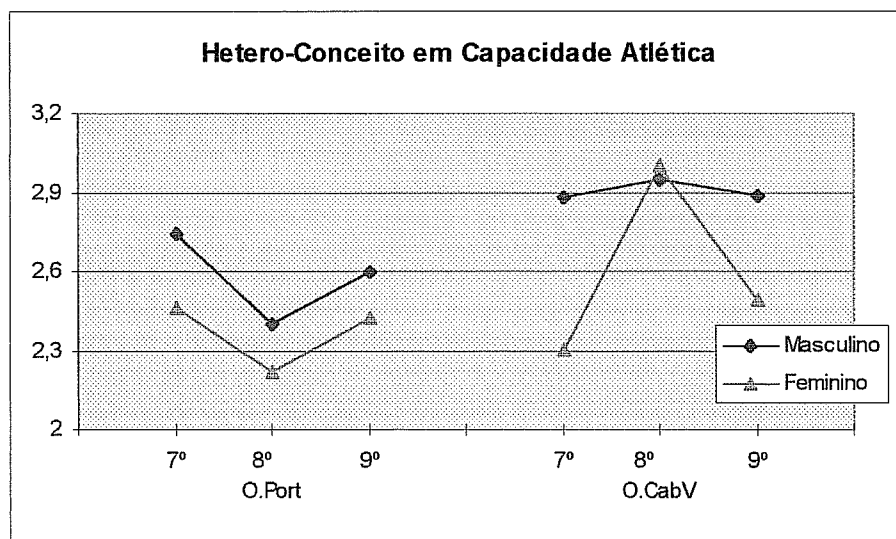


Gráfico 3 - Distribuição de médias de Hetero-Conceito em Capacidade Atlética

Os valores do Hetero-Conceito do grupo Masculino são sempre superiores ao do grupo Feminino, excepto no subgrupo de origem cabo-verdiana de 8º ano.

O Hetero-Conceito do grupo de origem portuguesa sofre uma descida no 8º ano, voltando novamente a subir no 9º; no grupo de origem cabo-verdiana, pelo contrário, o 8º ano coincide com os valores mais altos.

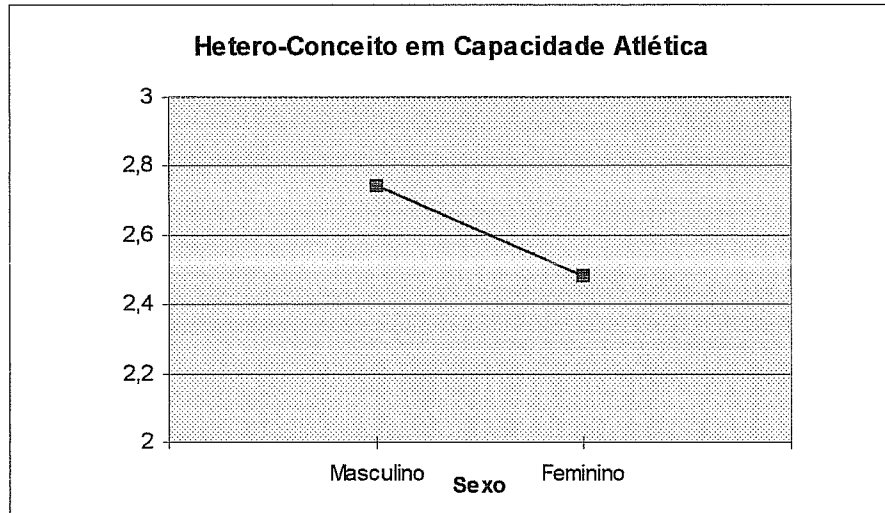


Gráfico 3B - Distribuição de médias de HC em Capacidade Atlética por Sexo

Existe um efeito principal da variável Sexo ( $F_{1, 247} = 6,069$ ,  $p = 0,0145$ ). O grupo Masculino revela valores mais elevados, em comparação com que o subgrupo Feminino (2,743 versus 2,484).

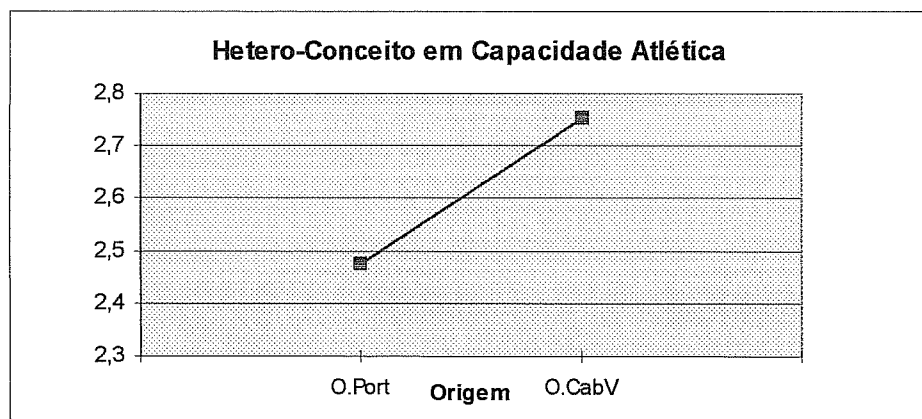


Gráfico 3C - Distribuição de médias de HC em Capacidade Atlética por Origem

Verifica-se também um efeito principal da variável Origem ( $F_{1, 247} = 6,955$ ,  $p = 0,0089$ ). Os indivíduos de origem cabo-verdiana obtêm valores mais elevados que os de origem portuguesa (2,753 versus 2,474).

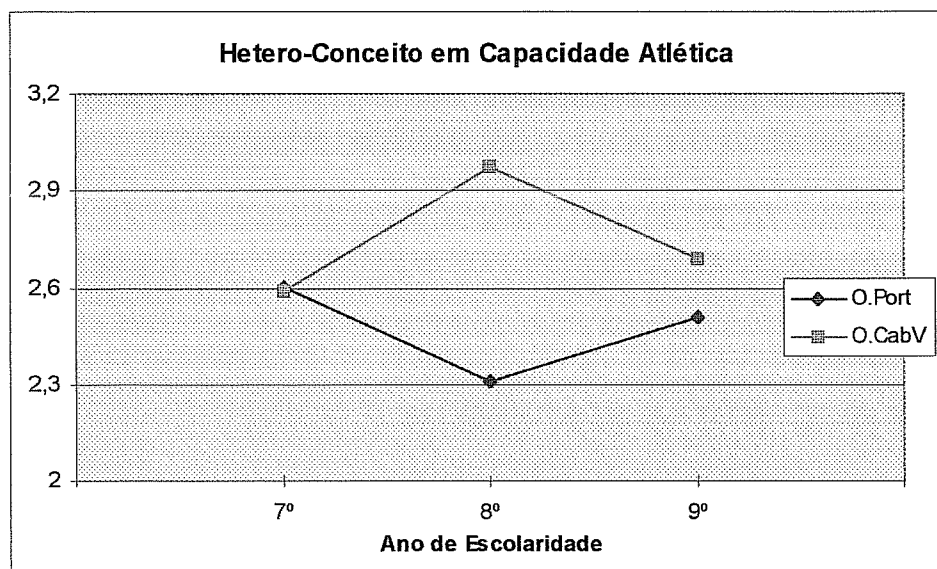


Gráfico 3D - Distribuição de médias de HC em Capacidade Atlética por Ano e Origem

Há ainda um efeito de interação das variáveis Origem X Ano ( $F_{1, 247} = 3,270$ ,  $p = 0,0397$ ); o grupo de origem portuguesa desce o Hetero-Conceito em Capacidade Atlética do 7º ano para o 8º e sobe do 8º para o 9º, enquanto que no grupo de origem cabo-verdeana se dá o inverso.

O valor mínimo é obtido pelo grupo de origem portuguesa de 8º (2,308) e o máximo pelo grupo de origem cabo-verdeana do mesmo ano (2,975).

Pelo teste de comparações múltiplas não há diferenças significativas.

### Aparência Física

O valor médio neste domínio é de 2,695, oscilando entre 2,467 e 2,880 valores obtidos pelos grupos de origem portuguesa Feminino do 8º e de origem cabo-verdiana Feminino de 8º.

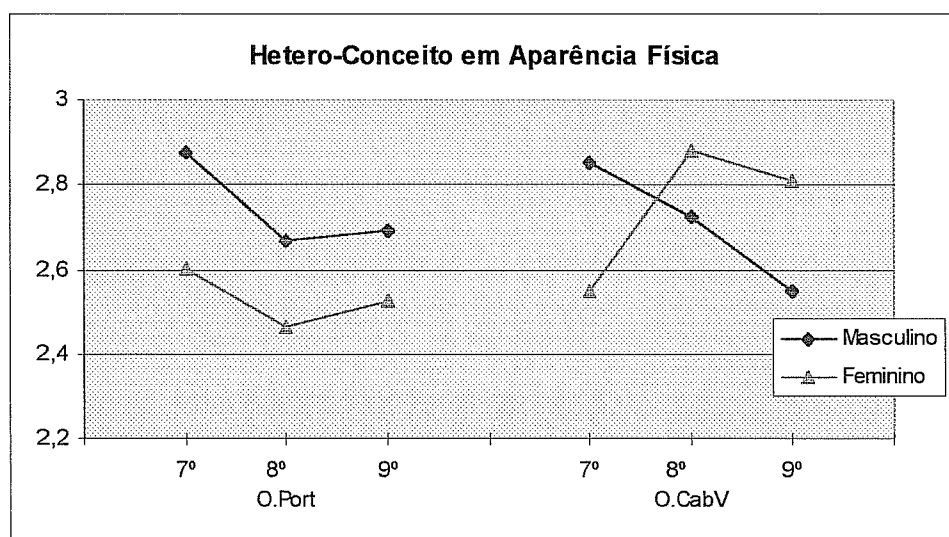


Gráfico 4 - Distribuição de médias de Hetero-Conceito em Aparência Física

O padrão de respostas entre os subgrupos Feminino e Masculino do grupo de origem portuguesa mantêm-se ao longo dos três anos. Os rapazes tem melhor Hetero-Conceito em Aparência Física que as raparigas.

No grupo de origem cabo-verdiana, a tendência inicial - em que os rapazes têm valores mais altos - inverte-se nos dois anos seguintes.

Nenhuma das diferenças observáveis é estatisticamente significativa.

### Competência para o Trabalho

O valor médio do Hetero-Conceito nesta subescala é de 2,554, varia entre 2,243 e 2,947, valores obtidos pelos grupos de origem cabo-verdiana Feminino de 7º e Feminino de 9º.

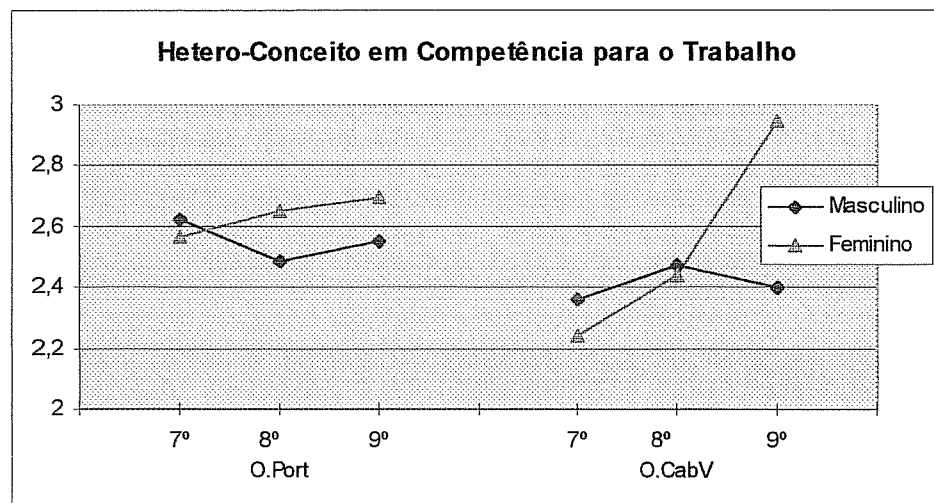


Gráfico 5 - Distribuição das médias de Hetero-Conceito em Competência para o Trabalho

Verifica-se, ao longo dos anos, no grupo Feminino, uma tendência de subida do Hetero-Conceito nesta competência.

No subgrupo de origem portuguesa Masculino, os valores descem do 7º para o 8º ano e recuperam para o 9º; no grupo de origem cabo-verdiana dá-se o inverso.

O grupo Feminino de origem cabo-verdiana apresenta acentuada melhoria no 9º ano.

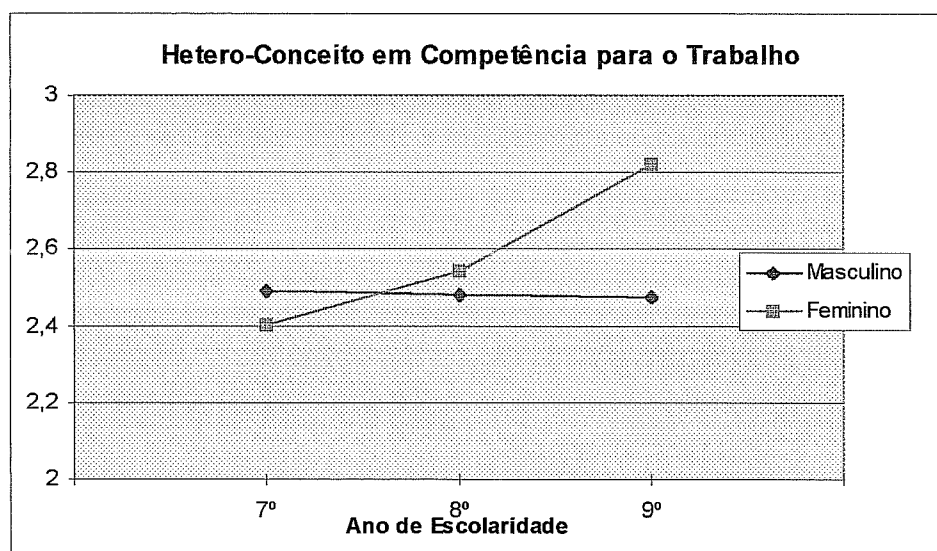


Gráfico 5B - Distribuição das médias de HC em Competência para o Trabalho por Sexo e Ano

Verifica-se a existência de um efeito de interação Sexo X Ano ( $F_{1, 247} = 3,056$ ,  $p = 0,0489$ ), pela progressiva elevação do Hetero-Conceito das raparigas e pela quase estabilidade de valores para os rapazes.

O teste de comparações múltiplas indica haver uma diferença significativa ( $0,0057$ ), entre os valores obtidos pelos subgrupos Feminino de 7º e Feminino de 9º.

## Atracção Romântica

O valor médio obtido no Hetero-Conceito nesta área é de 2,566, variando entre o máximo -2,720- e o mínimo -2,300- valores dos grupos de origem cabo-verdiana Feminino de 8º e de origem portuguesa Feminino de 8º, respectivamente.

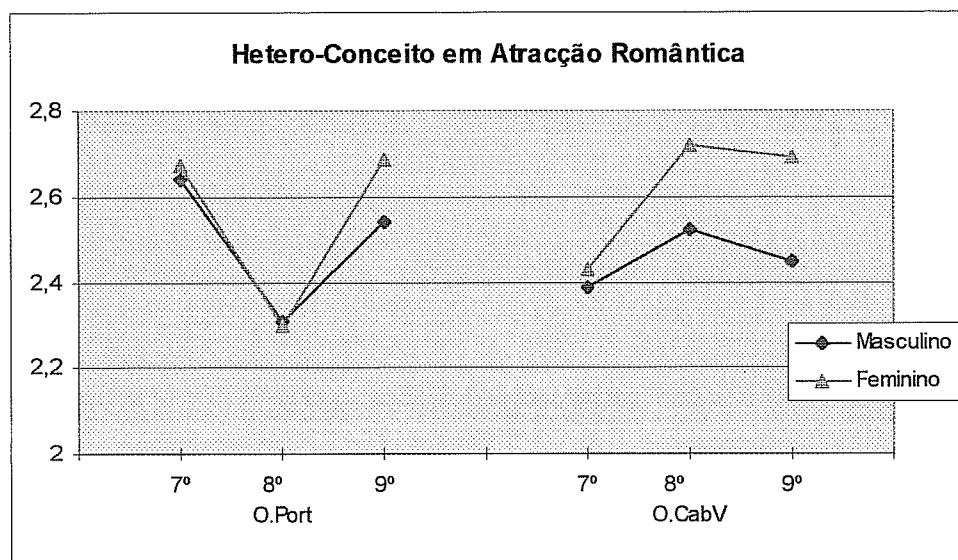


Gráfico 6 - Distribuição de médias de Hetero-Conceito em Atracção Romântica

No grupo de origem portuguesa há descida de valores para o 8º ano, seguida de recuperação no 9º.

Pelo contrário, no grupo de origem cabo-verdiana, o 8º ano é aquele em que surge um Hetero-Conceito mais elevado.

Há semelhança nos padrões de variação de valores para os dois sexos, dentro dos grupos de origem portuguesa e de origem cabo-verdiana. Mas esses padrões são inversos entre os dois grupos; no grupo de origem portuguesa desce do 7º para o 8º e sobe do 8º para o 9º; no grupo de origem cabo-verdiana sucede o contrário.

Estas diferenças não são estatisticamente significativas.

## Comportamento

O valor médio do Hetero-Conceito em Comportamento é de 2,704, obtêm o grupo de origem portuguesa Feminino de 8º o valor máximo - 2,800 - e o grupo de origem cabo-verdiana Masculino de 7º, o valor mínimo 2,533.

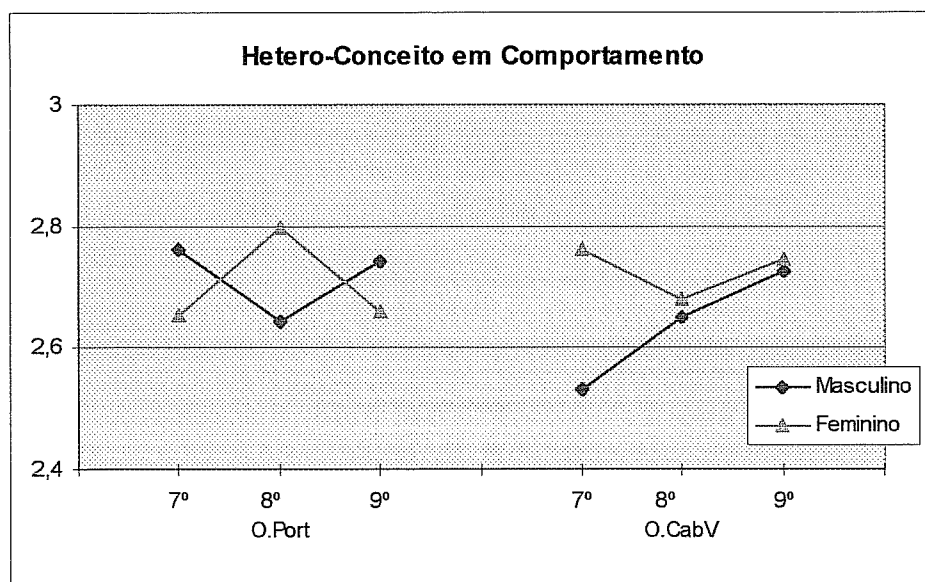


Gráfico 7 - Distribuição de médias de Hetero-Conceito em Comportamento

No grupo de origem portuguesa, os rapazes, excepto no 8º ano apresentam valores mais elevados no Hetero-Conceito.

No grupo de origem cabo-verdiana, os rapazes mantêm sempre valores mais baixos que os das raparigas.

A tendência geral do 8º para o 9º ano é de subida excepto para o grupo de origem portuguesa Feminino.

Não surgem diferenças estatisticamente significativas.

## Amizades Íntimas

A média obtida, nesta subescala é de 2,964, variando entre 3,533 e 2,644, valores respectivamente para o grupo de origem cabo-verdiana Feminino de 9º e de origem portuguesa Masculino de 8º.

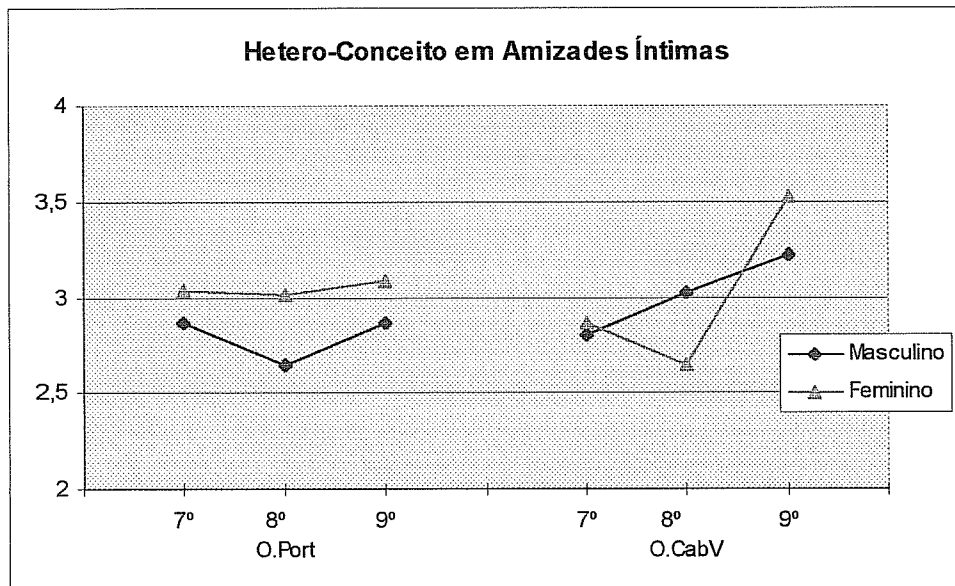


Gráfico 8 - Distribuição de médias de Hetero-Conceito em Amizades Íntimas

O grupo Masculino de origem portuguesa obtém menores valores que o grupo Feminino; no grupo de origem cabo-verdiana, esta relação também se verifica excepto no 8º ano, em que há uma redução do Hetero-Conceito por parte das raparigas.

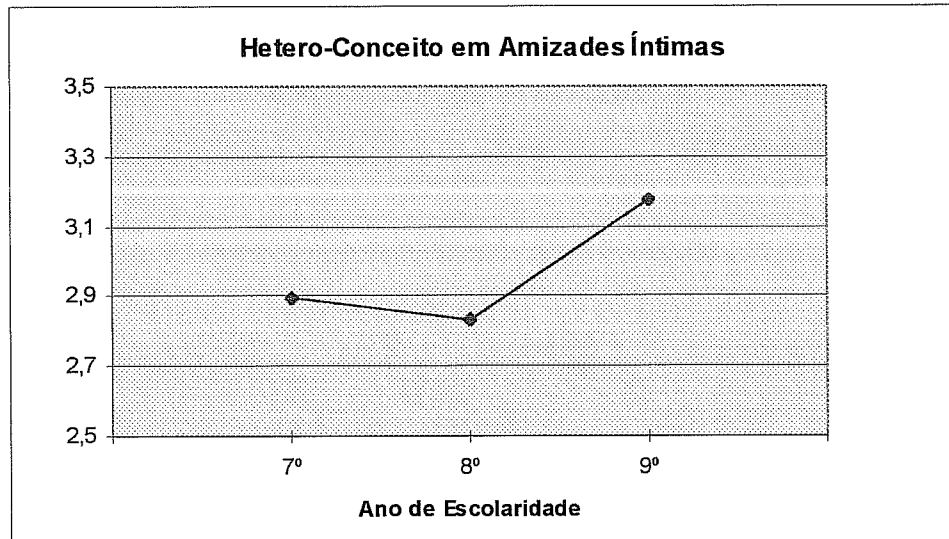


Gráfico 8B - Distribuição de médias de HC em Amizades Íntimas por Ano de Escolaridade

Há um efeito principal da variável Ano ( $F_{1, 247} = 4,075, p = 0,0182$ ).

A diferença entre o 7º e o 9º anos é, pelo teste de comparações múltiplas, significativo (0,028).

### Auto Estima Global

O valor médio obtido pela amostra é de 2,808 variando entre 2,450 e 3,013 valores obtidos pelos grupos de origem cabo-verdiana Masculino de 9º e Feminino de 9º.

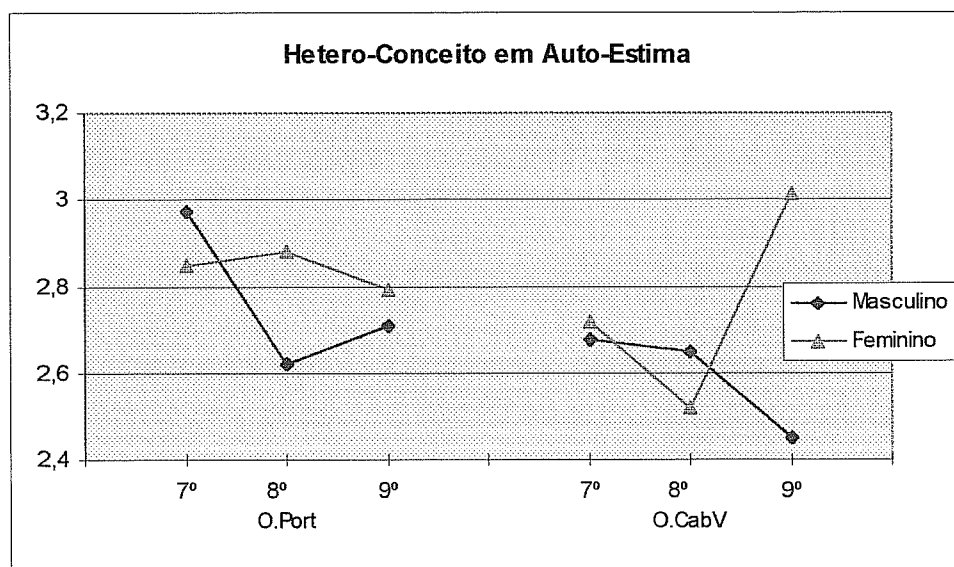


Gráfico 9 - Distribuição de médias de Hetero-Conceito em Auto-Estima

O grupo de origem portuguesa apresenta globalmente melhores resultados neste domínio, excepção nesta tendência, para o subgrupo de origem cabo-verdiana Feminino de 9º ano, que apresenta o valor mais elevado da amostra.

As variações não se revelam estatisticamente significativas.

SÍNTESE DOS RESULTADOS NO HETERO-CONCEITO

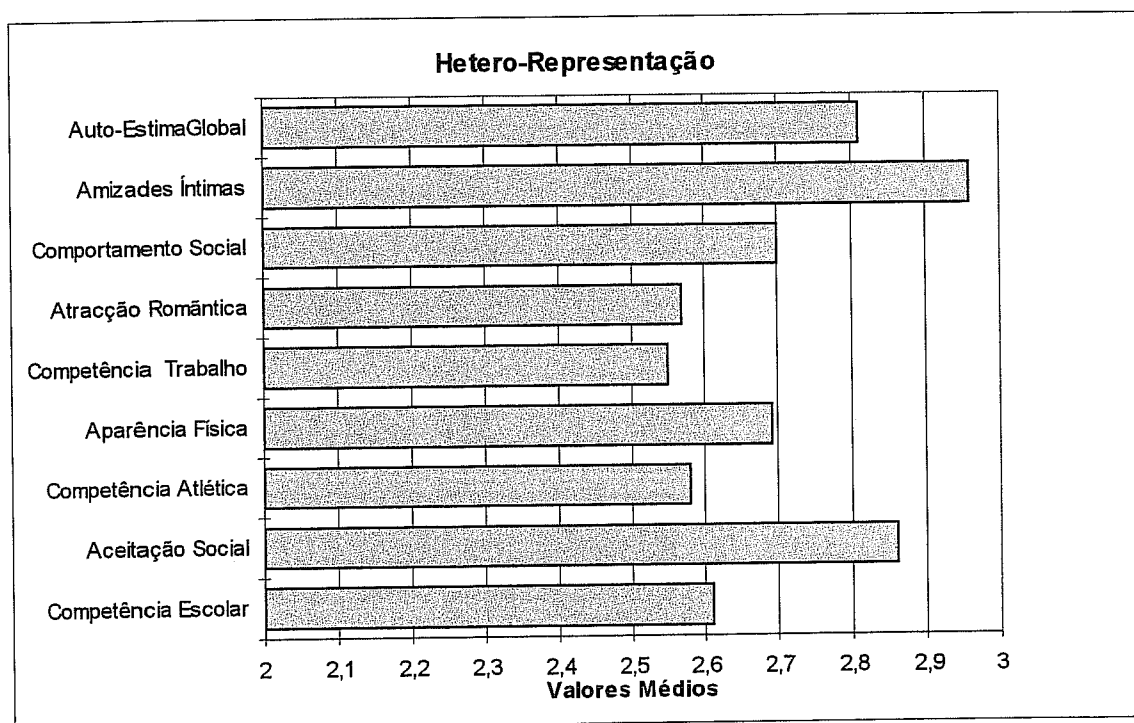


Gráfico II - Distribuição das médias nas diversas áreas do Hetero-Conceito

No Hetero-Conceito, os valores mais elevados são obtidos - tal como no Auto-Conceito - para a área das Amizades Íntimas e Aceitação Social, seguindo-se a Auto-Estima Global. O valor mais baixo é obtido na Competência para o Trabalho, seguido pelo domínio da Atracção Romântica e da Competência Atlética.

## SÍNTESE DOS RESULTADOS NAS SUBESCALAS

### **Competência Escolar**

Há um efeito de interação Origem X Ano, que se traduz por melhor Hetero-Conceito em Competência Escolar para o grupo de origem portuguesa nos dois primeiros anos, e o inverso para o 9º ano.

O grupo de origem cabo-verdiana de 7º obtém o valor mínimo e o grupo de origem cabo-verdiana de 9º o valor máximo.

É significativa a diferença entre os grupos de origem portuguesa de 7º e de origem cabo-verdiana de 7º, em benefício do primeiro.

### **Aceitação Social**

Não se verifica a existência de efeitos principais ou de interações significativas.

### **Competência Atlética**

Há um efeito principal da variável Sexo: o grupo Masculino revela valores mais elevados.

Verifica-se também um efeito principal da variável Origem. O grupo de origem cabo-verdiana obtém valores mais elevados que o grupo de origem portuguesa.

Há ainda um efeito de interacção das variáveis Origem X Ano. Enquanto, o grupo de origem portuguesa desce o Hetero-Conceito em Capacidade Atlética do 7º ano para o 8º e sobe do 8º para o 9º, no grupo de origem cabo-verdiana se dá o inverso.

### **Aparência Física**

Não são estatisticamente significativas as diferenças observáveis.

### **Competência para o Trabalho**

Verifica-se efeito de interacção Sexo X Ano, que se traduz pela melhoria do Hetero-Conceito do grupo Feminino e pela quase estabilidade no grupo Masculino.

### **Atracção Romântica**

### **Comportamento**

Não há efeito principal, nem interacções estatisticamente significativas

### **Amizades Íntimas**

Há um efeito principal da variável Ano: existe uma melhoria progressiva ao longo do tempo.  
A diferença - entre o 7º e o 9º anos - é significativa

### **Auto Estima Global**

As variações não se revelam estatisticamente significativas.

## Competência Escolar

Na generalidade da nossa amostra, verifica-se que os valores de Auto-Conceito são inferiores aos do Hetero-Conceito com excepção para os grupos de origem portuguesa Masculino de 9º, de origem cabo-verdiana Feminino de 7º e grupo origem cabo-verdiana Masculino de 8º.

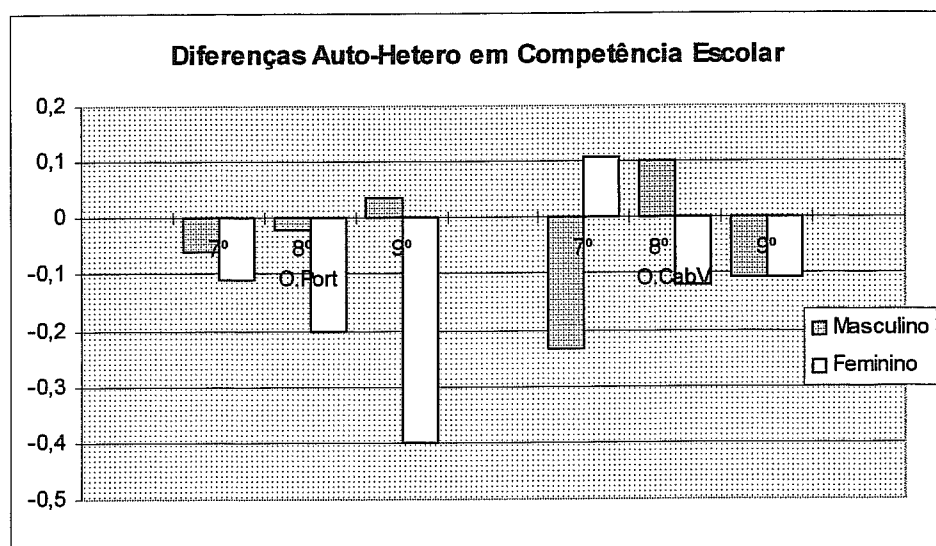


Gráfico 1 - Distribuição das diferenças entre Auto e Hetero-Conceito em Competência Escolar

A diferença das médias é máxima para o grupo de origem portuguesa Feminino de 9ºano, (no sentido de um pior auto-conceito).

Contudo, nenhuma das diferenças é estatisticamente significativa.

### Aceitação Social

Os valores de Auto-Conceito, nesta área, são superiores, de uma maneira geral, aos do Hetero-Conceito.

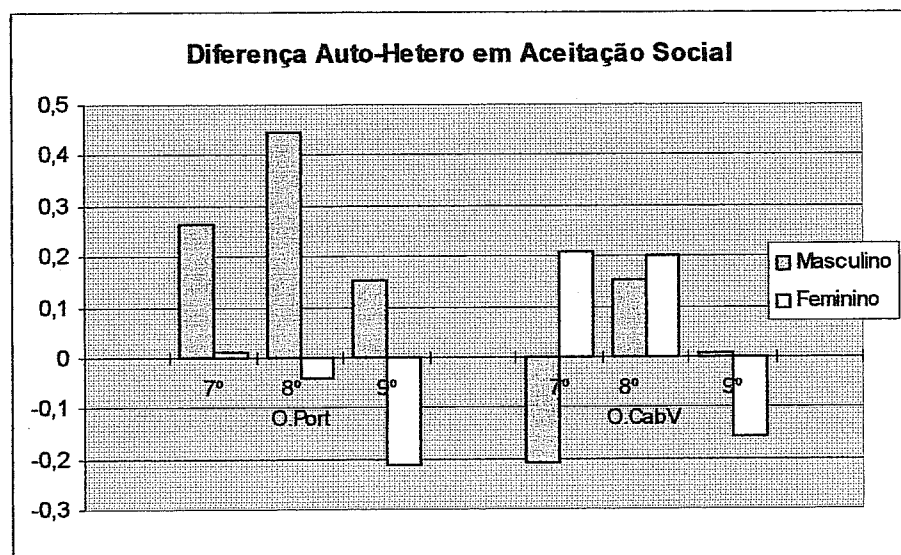


Gráfico 2 - Distribuição das médias das diferenças entre Auto e Hetero-Conceito em Aceitação Social

No grupo de origem portuguesa Feminino de 9º há a maior diferença negativa (AC < HC) de - 0,2117, enquanto no grupo de origem portuguesa Masculino de 8º a diferença é positiva de 0,444.

Tendencialmente os rapazes têm um auto-conceito superior ao hetero-conceito, enquanto que, nas raparigas se constata alguma variação por subgrupo.

No grupo de origem portuguesa, os rapazes apresentam sempre um diferença positiva - o seu auto-conceito é superior à representação que pensam que os outros podem fazer acerca de si; nas raparigas, tendencialmente, sucede o contrário.

Ao longo dos anos de escolaridade, verifica-se que, na nossa amostra, no 7º e 8º anos as diferenças são positivas, enquanto que no 9º tendem a ser negativas.

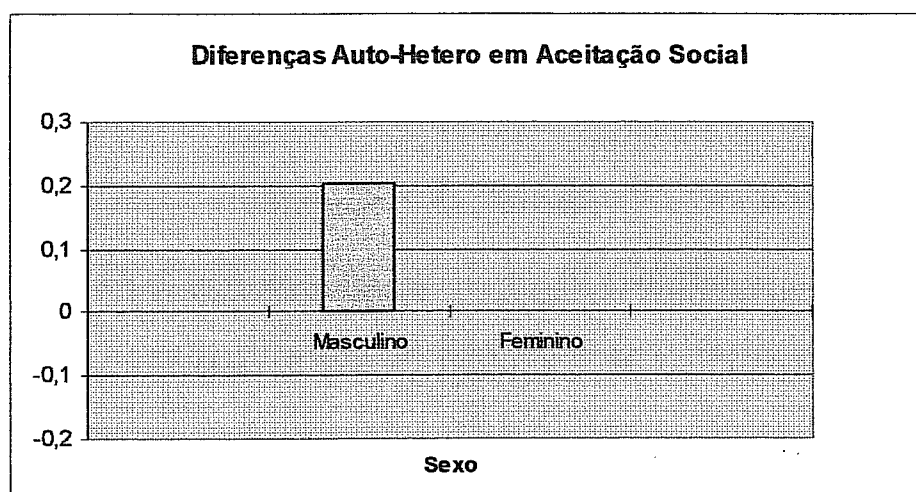


Gráfico 2B- Distribuição das médias das diferenças entre AC e HC em Aceitação Social por Sexo

Há um efeito principal da variável Sexo ( $F_{1, 247} = 5,133, p = 0,024$ ). O grupo Masculino tem valores mais elevados na diferença, no sentido de um melhor Auto-Conceito.

Nas raparigas, a diferença é praticamente nula.

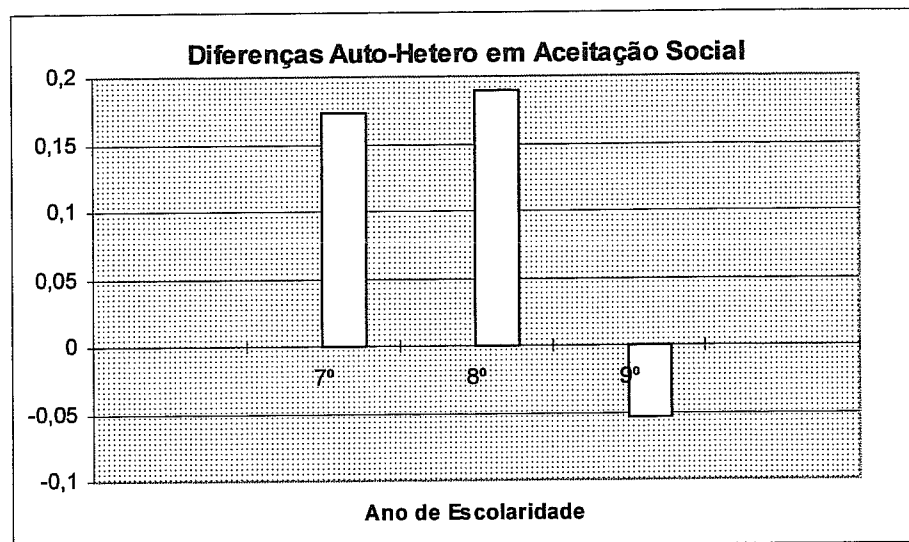


Gráfico 2C - Distribuição das médias das diferenças entre Auto e Hetero-Conceito em Aceitação Social por Ano de Escolaridade

Também há um efeito principal da variável Ano ( $F(1, 247) = 3,655$   $p = 0,027$ ).

A diferença é máxima e positiva para o 8º ano. No 9º, a diferença adquire valores negativos. O teste de múltiplas comparações indica, como significativa, a diferença entre o 7º e 9º anos (0,3189).

### Competência Atlética

O hetero-conceito neste domínio é superior ao auto-conceito, havendo uma diferença de -0,0635.

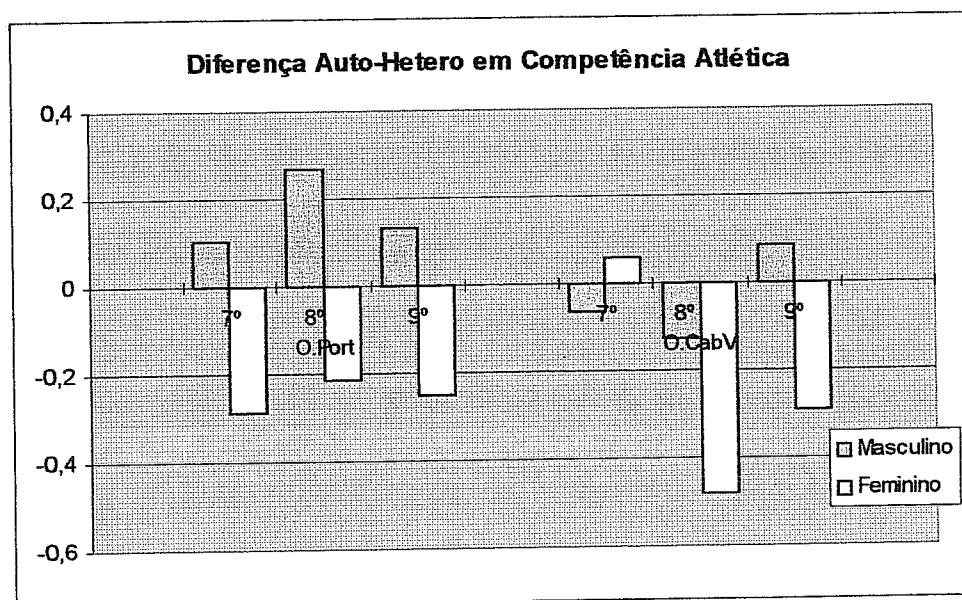


Gráfico 3 - Distribuição das diferenças médias entre Auto e Hetero-Conceito em Competência Atlética

É maior a diferença no grupo de origem cabo-verdiana de 8º (-0,480) e menor no da mesma origem Feminino de 7º (0,059).

As raparigas, com exceção do grupo de origem cabo-verdiana de 7º ano, têm uma diferença entre o Auto-Conceito e o Hetero-Conceito no sentido de pior auto-representação. Nos rapazes verifica-se o contrário para o grupo de origem portuguesa e para o grupo de origem cabo-verdiana de 9º ano.

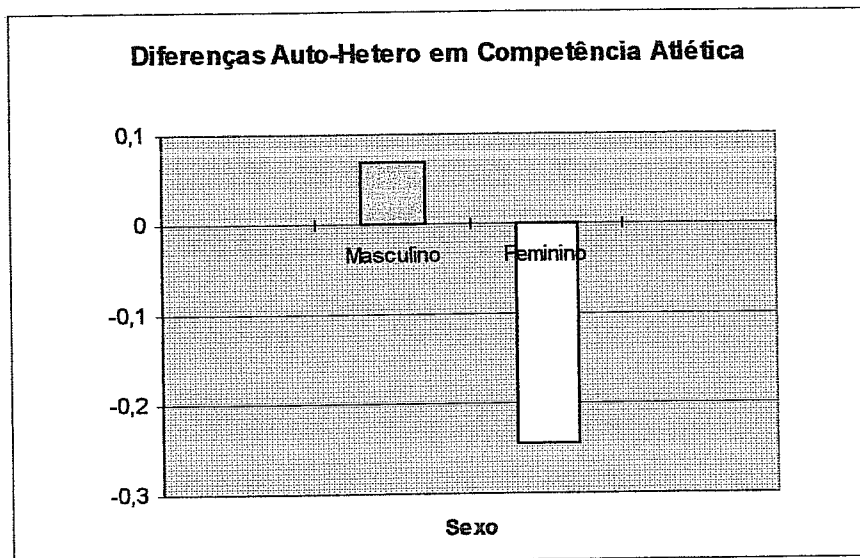


Gráfico 3B - Distribuição das diferenças médias entre AC e HC em Competência Atlética por Sexo

Verifica-se a existência de um efeito principal da variável Sexo ( $F_{1, 247} = 12,464$ ,  $p = 0,000495$ ).

O grupo Feminino sente-se inferior neste domínio, comparativamente ao modo como pensa ser pelos outros percebido ou seja, o hetero-conceito é mais elevado que o auto-conceito no grupo Feminino. No grupo Masculino há ligeira diferença favorável ao auto-conceito.

### Aparência Física

Na generalidade a amostra considera ser percebida abaixo do valor da sua Aparência Física ( 0,126).

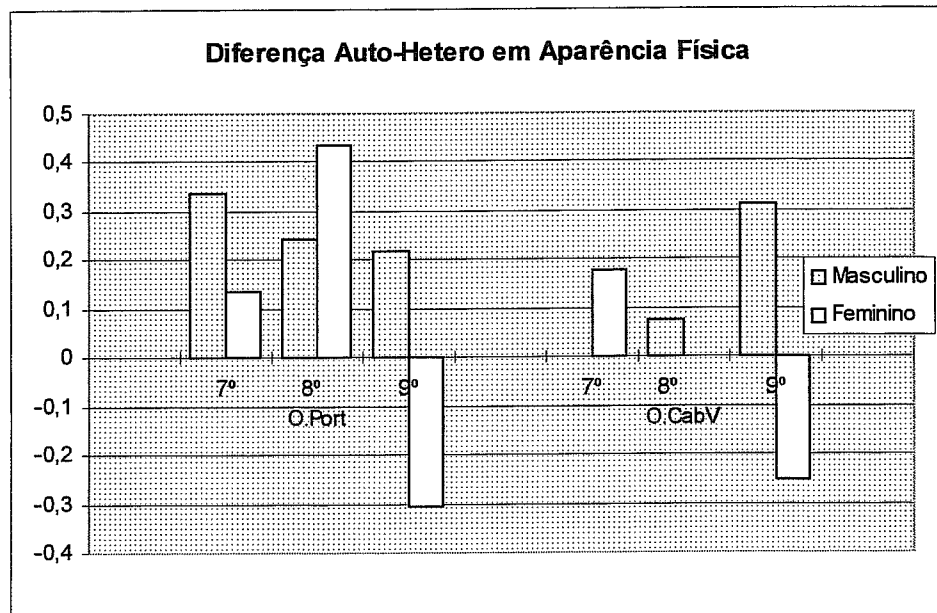


Gráfico 4 - Distribuição diferenças médias entre Auto e Hetero-Conceito em Aparência Física

O grupo Masculino obtém sempre resultados da diferença positivos ou nulo (no 7º ano, para o subgrupo de origem cabo-verdiana).

De um modo geral, as diferenças são positivas salvo no 9ºano para as raparigas.

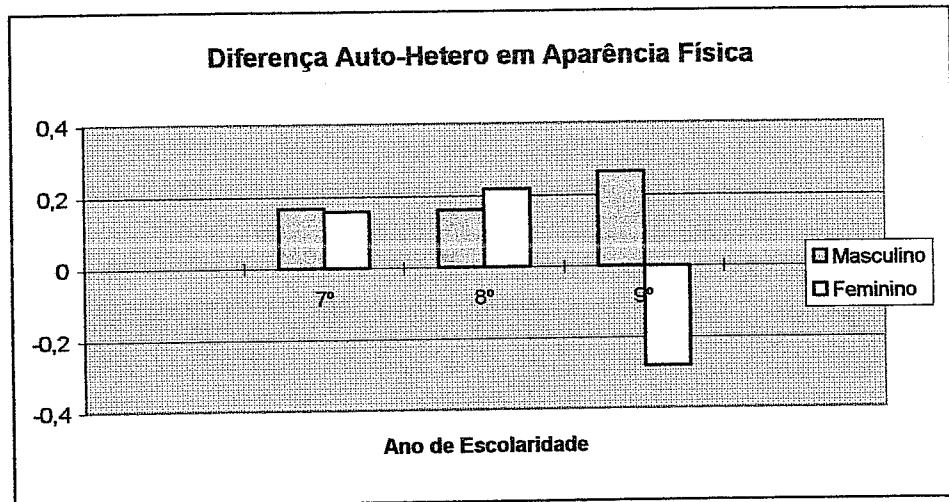


Gráfico 4B - Distribuição diferenças médias entre AC e HC em Aparência Física por Ano e Sexo

Verifica-se existir um efeito de interação entre as variáveis Sexo X Ano ( $F_{1, 247} = 3,787$ ,  $p = 0,02399$ ), que se traduz pela alteração do sentido da diferença do 8º para o 9º ano entre o grupo Masculino e grupo Feminino, passando este a ter pior Auto-Conceito em Aparência Física, enquanto melhora para os rapazes.

O teste de comparações múltiplas indica serem significativas as diferenças entre o grupos Masculino de 7º e o Feminino de 9º (0.0168) e Masculino de 9º e Feminino de 9º (0.0105).

## Competência para o Trabalho

As diferenças entre auto e hetero-conceito em Competência para o Trabalho apresentam uma média de 0,067.

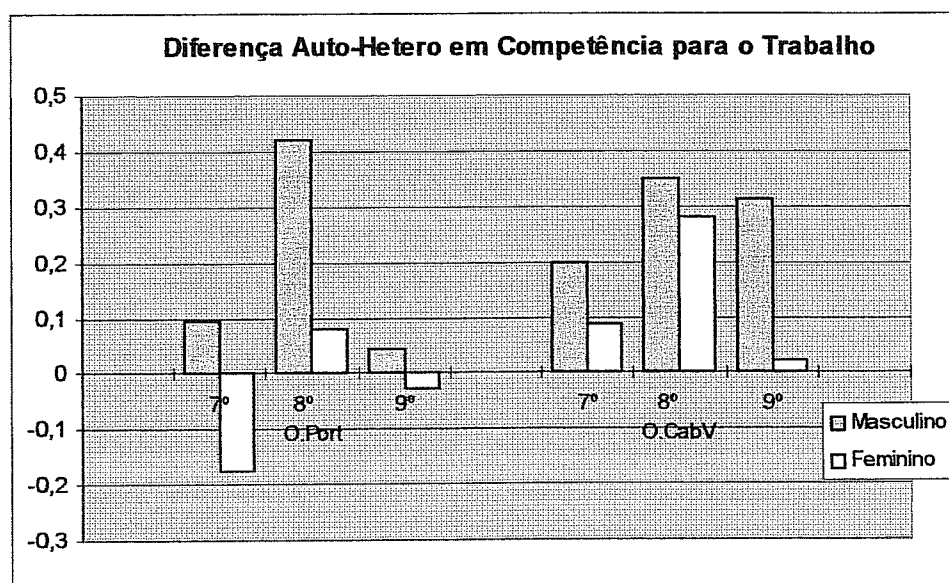


Gráfico 5 - Distribuição das diferenças médias entre Auto e Hetero-Conceito em Competência para o Trabalho

Em todos os subgrupos, salvo no subgrupo de origem cabo-verdiana Feminino de 7º, verificam-se diferenças positivas.

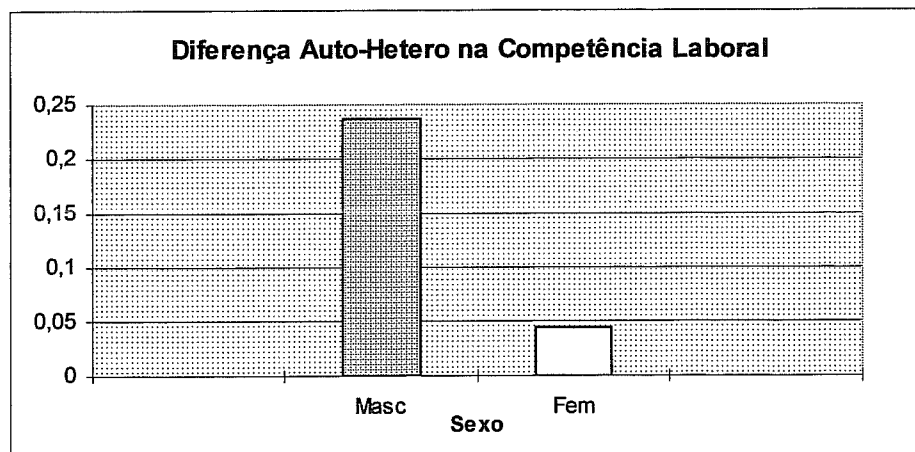


Gráfico 5B - Distribuição das diferenças médias entre AC e HC em Competência para o Trabalho

A análise estatística revela um efeito principal da variável Sexo ( $F_{1, 247} = 4,8414$ ,  $p = 0,02871$ ).

Os rapazes pensam ser alvo de um pior hetero-conceito que as raparigas.

### Atração Romântica

Neste domínio, os valores do Auto e Hetero Conceito, na globalidade da amostra, traduzem-se por uma diferença negativa (-0.003).

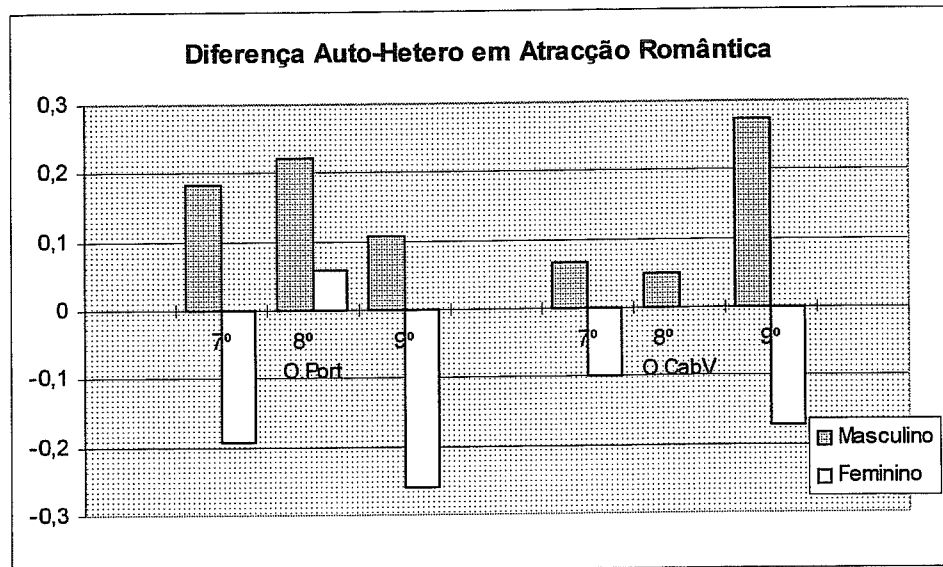


Gráfico 6 - Distribuição da média das diferenças entre Auto e Hetero-Conceito em Atração Romântica

Os valores de diferença extremos são dados pelos grupos de origem portuguesa Feminino de 9º (-0,269) e de origem cabo-verdiana Masculino de 9º (0,275)

O grupo Masculino revela uma diferença constante positiva, sempre em benefício do Auto-Conceito. No grupo Feminino, pelo contrário, a diferença é negativa, com exceção do 8º ano.

As raparigas de 7º e 9º anos consideram ser piores neste domínio, têm mais baixo Auto-Conceito que aquele que lhes é atribuído.

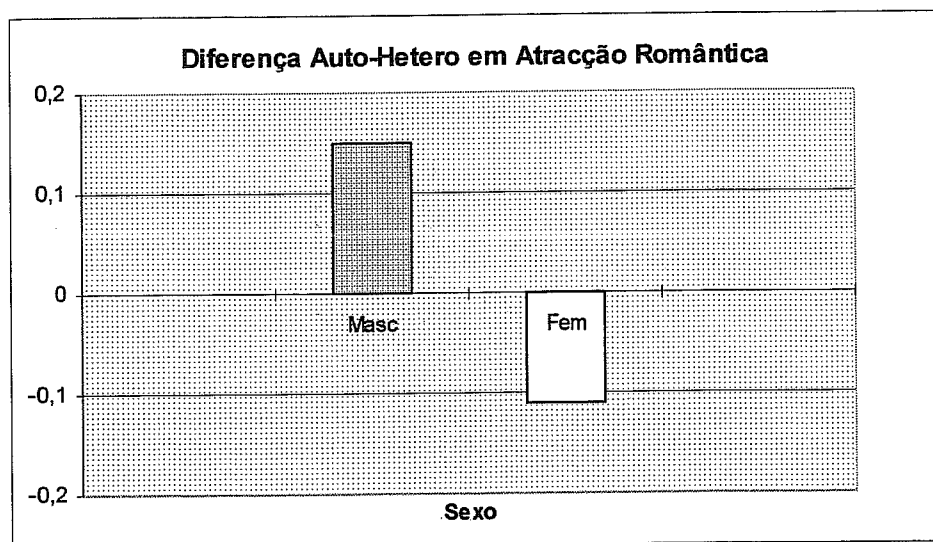


Gráfico 6B - Distribuição da média das diferenças entre AC e HC em Atracção Romântica por Sexo

A análise estatística mostra existir um efeito principal da variável Sexo ( $F_{1, 247} = 8,071, p = 0,0487$ ).

Os rapazes consideram ter um melhor Auto-Conceito neste domínio, passando-se o contrário com as raparigas.

## Comportamento

A diferença entre Auto e Hetero-Conceito na área do Comportamento é positiva (0,0404).

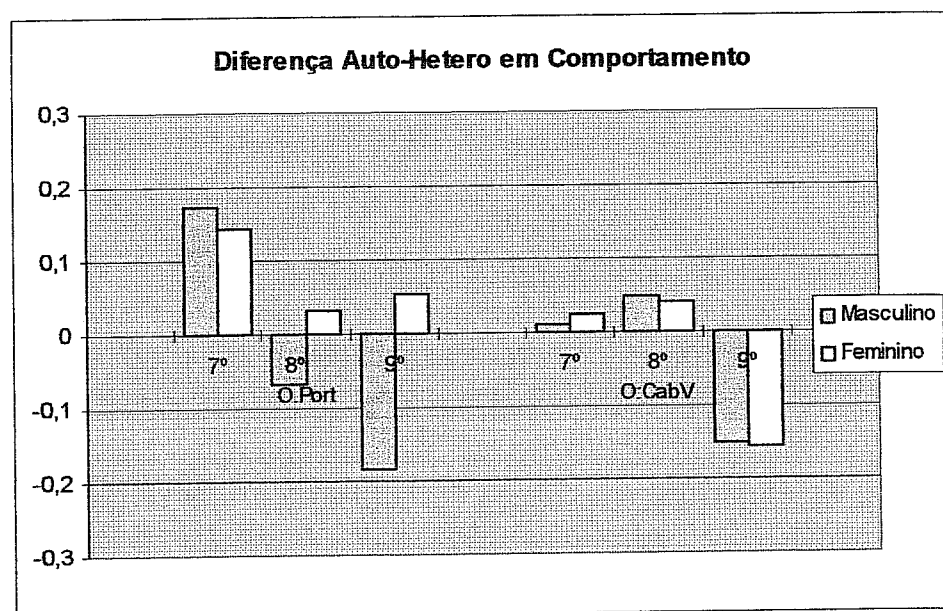


Gráfico 7 - Distribuição das médias da diferença entre Auto e Hetero-Conceito em Comportamento

Os valores da diferença variam entre 0,172, para o subgrupo de origem portuguesa Masculino de 7º ano e o mesmo subgrupo no 9º (- 0,184).

Na amostra, no que respeita ao grupo origem cabo-verdiana o padrão de respostas, ao longo da escolaridade, é semelhante nos dois sexos; no grupo de origem portuguesa só no caso do 7º ano é que as repostas dos dois sexos vão no mesmo sentido.

No entanto, nenhuma das diferenças é estatisticamente significativa.

## Amizades Íntimas

Nesta área verificam-se as maiores diferenças entre Auto e Hetero-Conceito.

A média das diferenças é de 0,2004 no sentido de um pior hetero-conceito, que atinge o seu valor maior - de 0,6889, para o grupo de origem portuguesa Masculino de 8º (0,689) e se inverte para o grupo origem cabo-verdiana Masculino de 9º (-0,550).

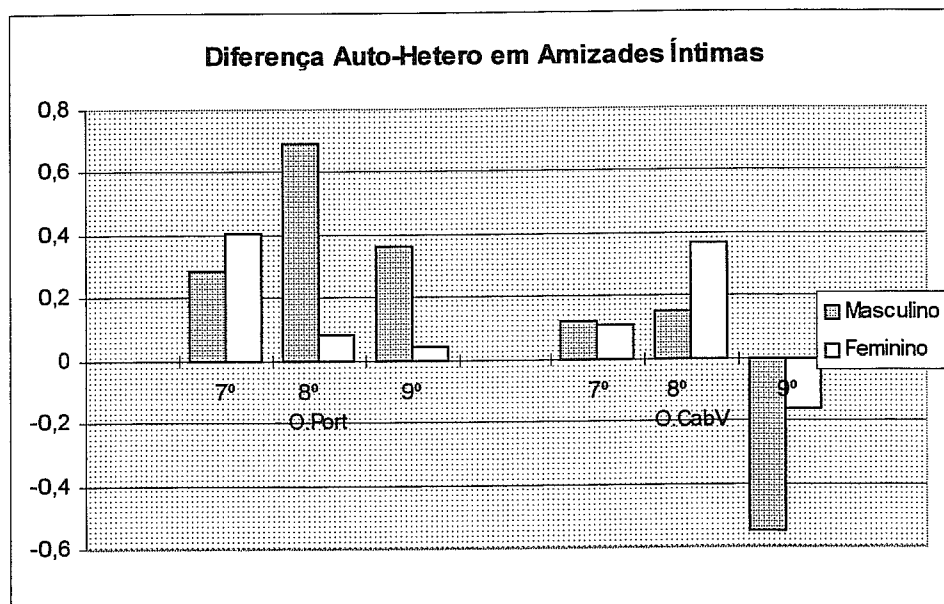


Gráfico 8 - Distribuição das médias da diferença entre o Auto e o Hetero-Conceito em Amizades Íntimas

O valor da diferença é sempre positivo, excepto no 9º ano para o grupo origem cabo-verdiana.

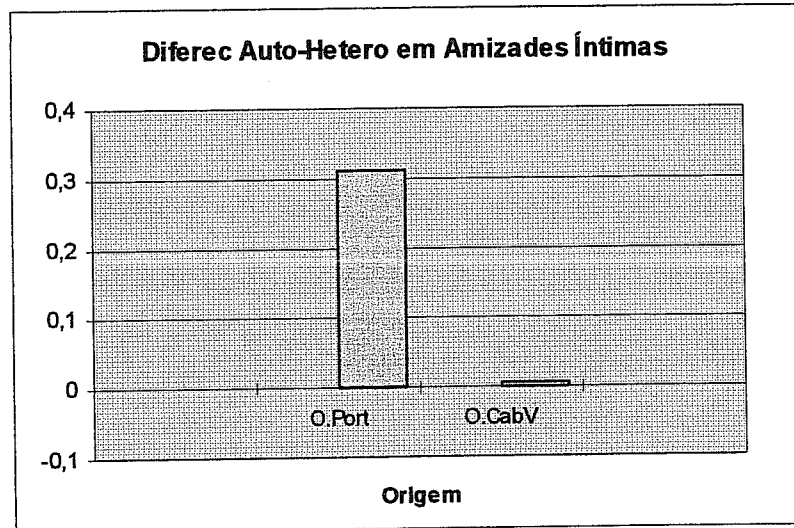


Gráfico 8B - Distribuição das médias da diferença entre AC e HC em Amizades Íntimas por Origem

A análise estatística revela a existência de um efeito principal da variável origem ( $F_{1, 247} = 8,337, p = 0,0042$ ). O grupo de origem portuguesa considera-se subavaliado pelos outros nesta área, enquanto o grupo de origem cabo-verdiana, na globalidade, mantém valores próximos de auto e hetero conceitos.

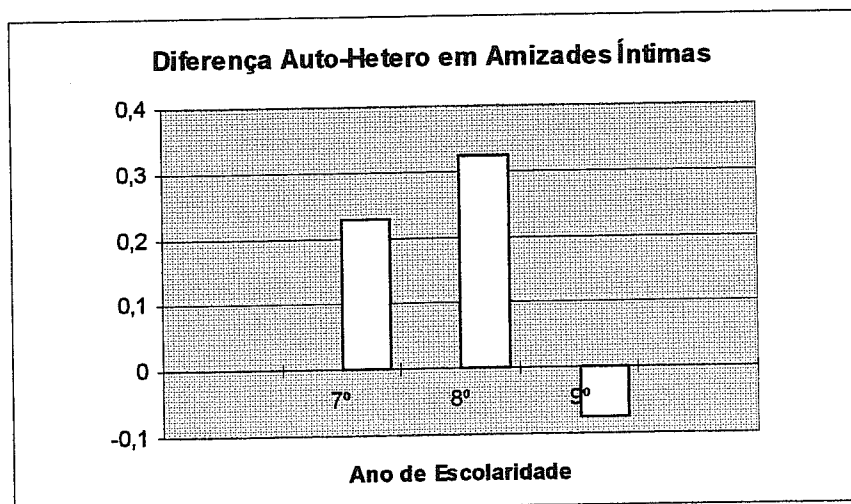


Gráfico 8C - Distribuição das médias da diferença entre AC e HC em Amizades Íntimas por Ano

Há um efeito principal da variável Ano ( $F_{1, 247} = 5,466, p = 0,0048$ ). Existem valores positivos no 7º e 8º ano, seguindo-se valores negativos no 9º.

O teste de comparações múltiplas indica como significativas as diferenças entre o 7º e o 9º (0,111) e o 8º e o 9º anos (0,0346).

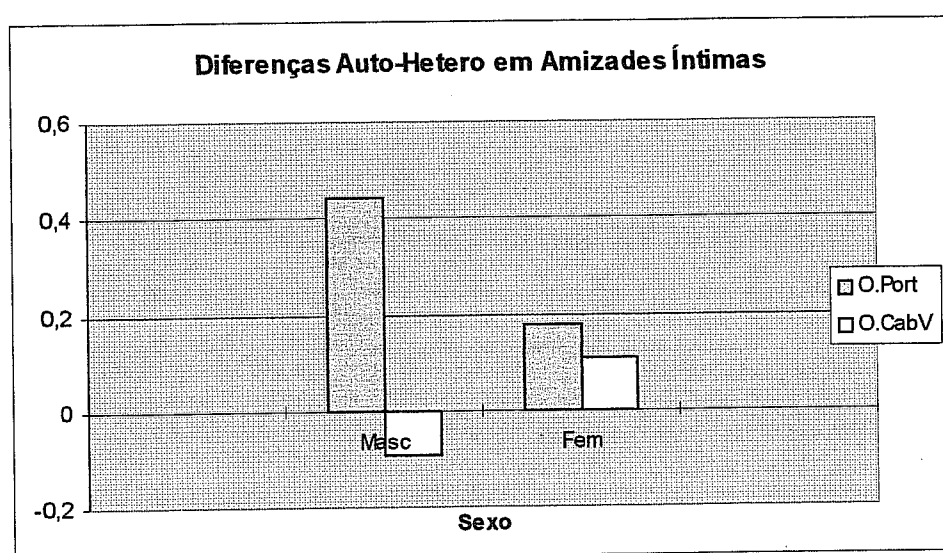


Gráfico 8D - Distribuição das médias da diferença entre AC e HC em Amizades Íntimas por Origem e Sexo

Existe um efeito de interacção Origem X Sexo ( $F_{1, 247} = 4,897, p = 0,0278$ ). No grupo Masculino as diferenças entre o grupo de origem portuguesa e o grupo de origem cabo-verdiana são bastante mais acentuadas. No grupo de origem portuguesa, quando se passa do subgrupo Masculino para o Feminino as diferenças diminuem, enquanto no grupo de origem cabo-verdiana aumentam.

O teste de comparações múltiplas indica diferenças significativas entre os grupos: de origem portuguesa Feminino e de origem portuguesa Masculino (0,0499) bem como entre os grupos de origem portuguesa Masculino e de origem cabo-verdiana Masculino (0,00275).

## Auto Estima

O valor médio da diferenças entre Auto-Conceito e Hetero-Conceito é de 0.1643, variando entre -0,2267 e 0,7200 valores obtidos respectivamente pelos grupos de origem portuguesa Feminino de 9º e de origem cabo-verdiana Feminino de 8º.

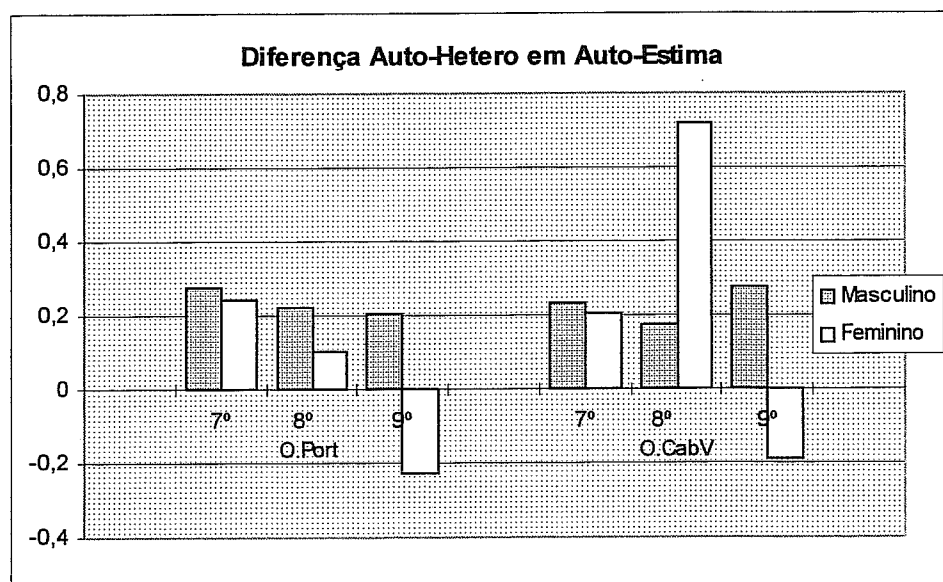


Gráfico 9 - Distribuição da diferença de médias entre Auto e Hetero-Conceito em Auto-Estima

De uma maneira geral, as diferenças são positivas, ou seja, os valores de auto-conceito são superiores aos de hetero-conceito, com excepção do 9º ano, para as raparigas.

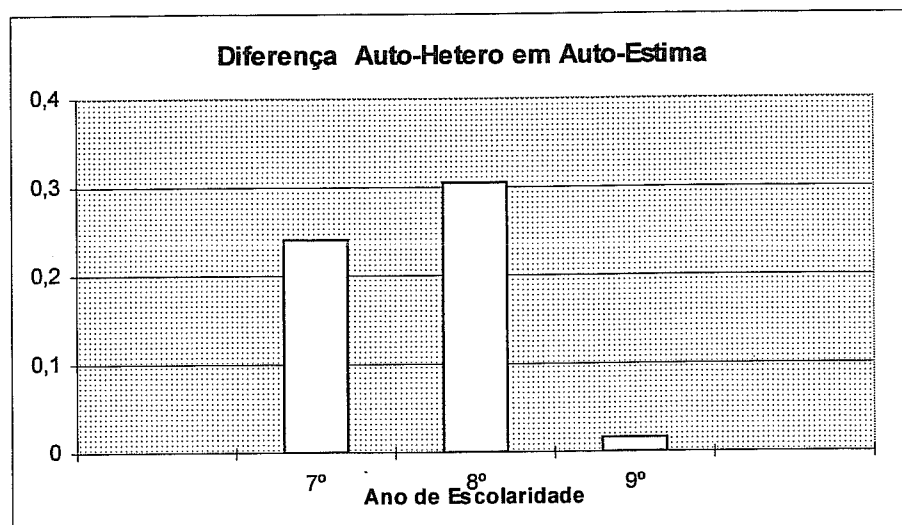


Gráfico 9B - Distribuição da diferença de médias entre AC e HC em Auto-Estima por Ano

Verifica-se existir um efeito principal da variável Ano ( $F_{1, 247} = 3,1408$ ,  $p = 0,045$ ). Quer no 7º, quer no 8º, a diferença é positiva, enquanto no 9º é quase nula.

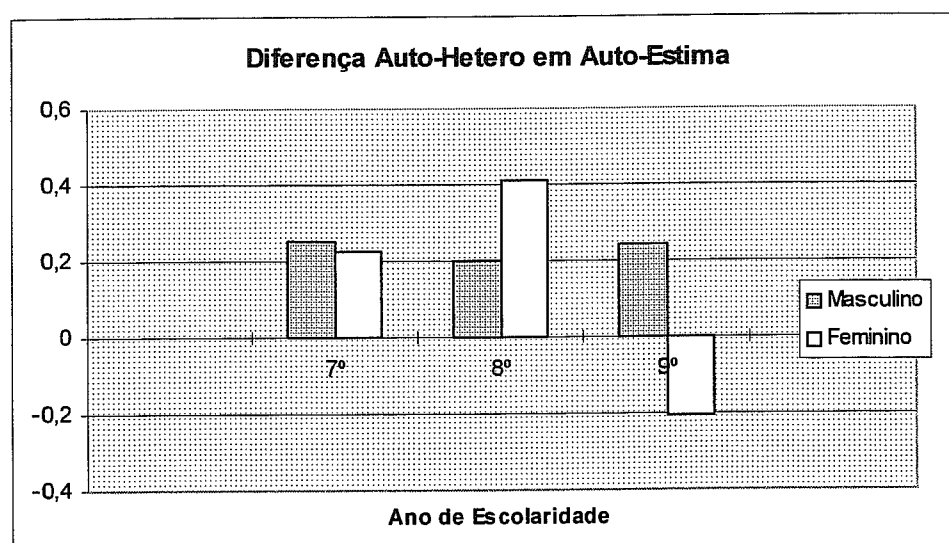


Gráfico 9C - Distribuição da diferença de médias entre AC e HC em Auto-Estima por Ano e Sexo

Surge também um efeito de interação Sexo X Ano ( $F_{1, 247} = 3,397, p = 0,0351$ ). No grupo Feminino verifica-se uma subida do 7º para o 8º e ulterior descida para o 9º; enquanto que no grupo Masculino há alguma estabilidade.

O teste de comparações múltiplas indica serem significativas as diferenças entre o grupo Masculino de 7º e o Feminino de 9º (0,0072), Masculino de 9º e Feminino de 9º (0,04695); entre Feminino de 9º e Feminino de 7º (0,0159).

SÍNTESE DOS RESULTADOS DA DIFERENÇA ENTRE AUTO E HETERO CONCEITOS

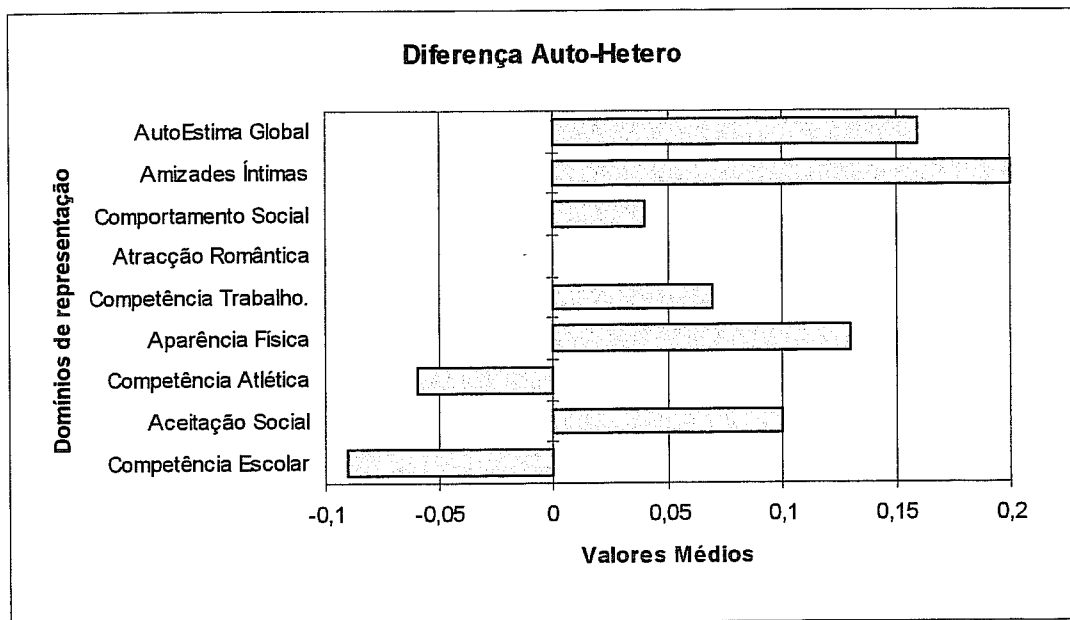


Gráfico III - Distribuição das médias das diferenças Auto Hetero conceitos

As diferenças entre auto e hetero conceitos são praticamente inexistentes em Atracção Romântica; há assim, uma quase coincidência entre o que o indivíduo pensa de si neste domínio e aquilo que pensa ser percebido pelos outros acerca de si.

A maior diferença é a existente em Amizades Íntimas, em que o auto-conceito é superior ao hetero-conceito. Seguem-se as diferenças nas áreas de Auto-Estima Global, Aparência Física, Aceitação Social, no sentido de os sujeitos experienciarem um auto-conceito superior àquele que pensam ser pelos outros percebido.

Em quinto lugar surge a diferença no domínio da Competência Escolar mas com sentido de diferença inverso: o auto-conceito é inferior ao hetero-conceito que é suposto os outros manterem acerca do sujeito. Esta diferença negativa ocorre também para a área da Competência Atlética.

### **Competência Escolar**

Verifica-se que os valores de Auto-Conceito são inferiores aos do Hetero-Conceito, contudo nenhuma das diferenças é estatisticamente significativa.

### **Aceitação Social**

Neste domínio os valores de Auto-Conceito são superiores, de uma maneira geral, aos do Hetero-Conceito.

Há um efeito principal da variável Sexo. O grupo Masculino tem valores mais elevados na diferença, no sentido de um melhor Auto-Conceito. Nas raparigas a diferença é praticamente nula.

Também há um efeito principal da variável Ano. A diferença é máxima e positiva para o 8º ano. No 9º a diferença adquire valores negativos. É significativa a diferença entre o 7º e 9º anos.

### **Competência Atlética**

O hetero-conceito neste domínio é superior ao auto-conceito

Verifica-se a existência de um efeito principal da variável Sexo. O grupo Feminino sente-se inferior neste domínio, comparativamente ao modo como pensa ser pelos outros percebido, ou seja o hetero-conceito é mais elevado que o auto-conceito. No grupo Masculino há ligeira diferença favorável ao auto-conceito.

### **Aparência Física**

Na generalidade a amostra considera ser percebida abaixo do valor da sua Aparência Física.

Verifica-se existir um efeito de interação entre as variáveis Sexo X Ano, que se traduz pela alteração do sentido da diferença do 8º para o 9º ano entre o grupo Masculino e grupo Feminino, passando este a ter pior auto-conceito em Aparência Física, enquanto melhora para os rapazes.

São significativas as diferenças entre o grupos Masculino de 7º (AC > HC), e o Feminino de 9º (AC < HC), e Masculino de 9º (AC > HC), e Feminino de 9º (AC > HC).

### **Competência para o Trabalho**

Em todos os subgrupos, salvo no subgrupo Branco Feminino de 7º, verificam-se diferenças positivas.

Existe um efeito principal da variável Sexo . Os rapazes pensam ser alvo de uma pior hetero-conceito que as raparigas.

### **Atracção Romântica**

Na globalidade da amostra existe uma diferença negativa ( $AC < HC$ ).

Existe um efeito principal da variável Sexo . Os rapazes consideram ter uma melhor auto-conceito neste domínio, passando-se o contrário com os raparigas.

### **Comportamento**

A diferença entre Auto e Hetero-Conceito na área do Comportamento é positiva ( $AC > HC$ ).

Nenhuma das diferenças é estatisticamente significativa.

### **Amizades Íntimas**

Nesta área verificam-se as maiores diferenças entre Auto e Hetero-Conceito.

Existe um efeito principal da variável Origem. O grupo de origem portuguesa considera-se subavaliado pelos outros nesta área, enquanto o grupo de origem cabo-verdiana na globalidade mantém valores próximos de auto e hetero-conceito.

Há um efeito principal da variável Ano. Existem valores positivos na diferença, quer no 7º quer no 8º ano, para o 9º os valores são negativos. São significativas as diferenças entre o 7º e o 9º e o 8º e o 9º ano.

Existe um efeito de interacção Origem X Sexo. No grupo Masculino as diferenças entre o grupo de origem portuguesa e o grupo de origem cabo-verdiana são bastante mais acentuadas. No grupo de origem portuguesa, quando se passa do subgrupo Masculino para o Feminino as diferenças diminuem, enquanto no grupo de origem cabo-verdiana aumentam.

Há diferenças significativas entre os grupos de origem portuguesa Feminino e Branco Masculino bem como entre os grupos de origem portuguesa Masculino e de origem cabo-verdiana Masculino.

### **Auto Estima**

De uma maneira geral, as diferenças são positivas, ou seja os valores de auto-conceito são superiores aos de hetero-conceito, com excepção do 9º ano, para as raparigas.

Existe um efeito principal da variável Ano. Nos 7º e 8º a diferença é positiva, enquanto no 9º é quase nula.

Há efeito de interacção Sexo X Ano. No grupo Feminino verifica-se uma subida do 7º para o 8º e ulterior descida para o 9º; enquanto no grupo Masculino há alguma estabilidade.

São significativas as diferenças entre o grupo Masculino de 7º e o Feminino de 9º Masculino de 9º e Feminino de 9º; entre Feminino de 9º e Feminino de 7º.

---

PARTE IV  
CONCLUSÕES

---

## CONCLUSÕES SOBRE A AUTO-REPRESENTAÇÃO NOS ADOLESCENTES

Para estudarmos o efeito da variável origem, na forma como os adolescentes se auto-representam, procurámos a existência de diferenças significativas de auto-conceito, hetero-conceito e da diferença entre auto-conceito e hetero-conceito, entre o grupo de origem portuguesa e o grupo de origem cabo-verdiana.

Verificámos diferenças significativas em alguns domínios do auto-conceito mas nunca sem que houvesse simultaneamente interacção com outro factor. A variável origem, sozinha, não surge como determinante do auto-conceito.

No hetero-conceito, a origem surge - na área de Competência Atlética - como factor determinante na representação que o jovem de origem étnica cabo-verdiana tem da exigência, por parte dos outros, no sentido de ser considerado mais competente.

A diferença entre auto-conceito e hetero-conceito só surge como significativa no domínio das Amizades Íntimas, em que a origem tem um efeito principal: o grupo de origem portuguesa considera-se subavaliado nesta área, enquanto o grupo de origem cabo-verdiana mantém valores de auto-conceito e hetero-conceito próximos.

Estes dados estão de acordo com os resultados ulteriores aos anos 70, nos EUA, quer para alunos da escola primária (Wylie, 63); Gibby and Gabler, 67; Yeatts, 67; Zirkel and Greene, 71; Zirkel and Moses, 71 in Burns 82), quer para alunos da escola secundária (Rosenberg, 65; Coleman, 66; Wendland, 68; Hodgkins and Stakenas, 69; De Blaissie and Healy, 70; in Burns, 82; Surlock, 86 in Veiga, 95), que contrariam as investigações das décadas de 50 e 60: não corroboram a hipótese de baixo auto-conceito para os membros de grupo minoritários nomeadamente de sujeitos de origens étnicas africanas.

Várias explicações podem ser dadas para o facto de jovens pertencentes a um grupo étnico minoritário, de baixo estatuto sócio económico, eventualmente objecto de segregação e discriminação demonstrarem um auto-conceito semelhante ao do grupo dominante:

- nas grandes escolas, um maior isolamento resultante de grandes concentrações de um grupo étnico reflecte um auto-conceito elevado para os seus membros (Rosenberg and Simmons, 72 in Burns, 82);
- o modelo ou standard utilizado para a comparação, ser do mesmo grupo de pertença ou, como sugere Burns (82) - referindo-se a crianças britânicas de minorias - à medida que a criança cresce desenvolve-se uma sub-cultura protectora e novos grupos de referência encapsulam as suas identidades das forças do racismo;
- os sujeitos de origem africana usariam referências diferentes como bases para as reflexões das suas auto-avaliações, de acordo com a área específica envolvida;
- Heiss and Owen (72 in Burns, 82) hipotesiam que o auto-conceito dos indivíduos de

origem africana é igual ao do grupo maioritário; em alguns traços dependentes dos outros significativos, usam standards subculturais e recorrem à hipótese ou oportunidade para culpar ou responsabilizar o sistema.

Esta última hipótese foi desenvolvida por Hendrik (80) sugerindo que a orientação externa pode ser um atributo positivo para os grupos de minorias negras, permitindo-lhes mais positivos auto-conceitos. Representa o reconhecimento da existência de factores de controlo externo (discriminação, racismo, pobreza) que influenciam o sucesso ou falhanço dos negros.

Em duas áreas específicas do auto-conceito - Competência Atlético e Aparência Física - há diferenças significativas entre os dois sexos.

Em Competência Atlético, os rapazes percebem-se sempre como sendo mais competentes que as raparigas. O grupo feminino obtém mesmo pontuação abaixo da média da amostra.

Em Aparência Física, os rapazes obtém pontuação mais elevada que as raparigas, situando-se o valor destas últimas, novamente, abaixo da média.

Assim, verificamos pelo perfil do auto-conceito que os rapazes se consideram mais competentes que as raparigas em termos atléticos e com melhor aparência física que estas, facto realçado unanimemente em todas as investigações.

O papel do estereótipo social ligando a feminilidade a um alto standard neste domínio será um dos determinantes desta constante baixa auto-avaliação.

Harter, (93) constata que, na infância rapazes e raparigas gostam igualmente da sua aparência física, mas no fim do secundário as raparigas têm avaliação dramaticamente mais baixa que os rapazes. Considera ser um domínio que é qualitativamente diferente dos outros, por ser um traço, marca do self, uma imagem omnipresente do self, em exposição permanente para os outros e o para o próprio.

Harter acrescenta que a maneira como o indivíduo se apresenta, o seu aspecto, precede qualquer domínio como preditor número um da auto-estima e que há factores críticos envolvidos na ênfase que a sociedade contemporânea coloca no aspecto, em qualquer idade. A orientação da sociedade e dos media - cinema, TV, revistas, vídeos,... revela que os standards são paradoxais e punitivos para a mulher.

É forte esta correlação ao longo da vida e existe tanto na população intelectualmente dotada como nas populações especiais e com dificuldades de aprendizagem, onde se poderia antecipar que a competência escolar demonstraria uma relação mais forte com a auto-estima; também é alta a correlação em adolescentes identificados pelo seu comportamento disruptivo.

Na área de Comportamento Social, o Sexo, sem interacção com outro factor, não surge na amostra como significativo, não obstante a forte influência dos estereótipos sexuais ou de género dominantes. Enquanto no rapaz estimulam a inteligência, a competitividade, a autonomia, o empreendimento, a capacidade atlética, na rapariga enfatizam e reforçam a ligação afectiva, os aspectos comunitários e de conformismo.

A análise permite constatar a inexistência de diferenças significativas no que respeita à Auto-Estima Global, entre os grupos Masculino e Feminino, mas os seus valores situam-se acima do ponto médio da escala, o que está de acordo com outros trabalhos (Harter, 85; Marsh, et al, 91; Wylie, 79; Marsh 89).

A variável Sexo não produz efeito significativo em nenhum domínio do hetero-conceito, excepto novamente no de Competência Atlética; o que poderá significar a não percepção por parte do adolescente de exigências específicas, relativamente ao seu género, com exclusão daquela área.

A diferença entre auto-conceito e hetero-conceito, isto é, a Auto-Representação, é influenciada pelo factor Sexo nas áreas de Competência Atlética, Competência para o Trabalho e Atracção Romântica.

As raparigas sentem-se inferiores em Competência Atlética relativamente ao modo como pensam ser percepcionadas pelos outros, enquanto que nos rapazes há ligeira diferença favorável ao auto-conceito.

Em Competência para o Trabalho, os rapazes consideram-se alvo de um pior hetero-conceito o que de alguma forma se pode ligar, para além de outros factores, com as múltiplas tarefas familiares que, desde cedo, são pedidas às raparigas e não aos rapazes, dando às primeiras a noção do valor aos seus desempenhos.

A diferença em Atracção Romântica decorre do melhor auto-conceito por parte dos rapazes.

Embora seja um dos factores menos estudados nas investigações, na nossa amostra verificámos que o Ano é significativo em três domínios da Auto-Representação: Aceitação Social, Amizades Íntimas e Auto-Estima. Influencia o auto-conceito nas áreas da Aceitação Social, Competência para o Trabalho, e Auto-Estima global, bem como o Hetero-Conceito no domínio das Amizades Íntimas.

Na generalidade verificam-se na nossa amostra valores inferiores - no auto-conceito na área de Aceitação Social - relativamente aos obtidos no 7º e 8º anos para todos os subgrupos.

A diversificação e o aumento dos modelos de comparação, com que o adolescente se confronta progressivamente, conduzem-no a maior subtileza e complexidade na elaboração do seu auto-conceito, inviabilizando-lhe a manutenção de um auto-conceito elevado em todos os domínios. Assim, há uma tendência para um decréscimo em alguns domínios, com a idade e em consequência, com o ano de escolaridade.

Brookover (65) avança com a hipótese explicativa para a competitividade académica; quanto mais elevado o grau académico, maior a exigência feita e mais difícil se torna ser um dos melhores.

Também, avanços cognitivos estruturais permitem ao adolescente fazer grande diferenciação nos papéis desempenhados nos domínios considerados (Fischer, 80; Fischer & Lamborn, 89; Harter, 83, 86, 90; Keating, 90). Paralelamente, as pressões da socialização, as expectativas diferentes dos diversos outros significativos, nos vários contextos sociais, durante a adolescência, forçam o indivíduo a uma maior diferenciação (Harter, 92).

Um dos estudos que se delineia a partir daqui - alterando o segundo instrumento em termos da sua formulação - seria investigar de que forma, os adolescentes percebem a representação que os pais ou os professores fazem acerca deles.

---

**PARTE V**  
**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

---

ABRIC, JEAN-CLAUDE (1987) - Coopération, compétition et représentations sociales  
- Editions DelVal Suisse

ABRIC, JEAN-CLAUDE (1991) - «L'étude expérimentale des représentations sociales»,  
in Les Représentations Sociales, Presses Universitaires de France, p. 187-203

AMÂNCIO, L. (1993) - Identidade Social e Relações Intergrupais, in Psicologia Social,  
M. Benedita Monteiro e Jorge Vala, cap. XI Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p.  
287-307

BEAUVOIS, J. L.; DESCHAMPS, J.C. (1990) - Vers la cognition social in Traité de  
Psychologie Cognitive 3, Paris, Dunod, 1-104.

BREAKWELL, GLYNIS (1988) «Strategies adopted when identity is threatened», in  
Revue Internationale de Psychologie Sociale, T. 1,nº 2 p. 190-203

BURNS, R. B. (1979) - The Self Concept Theory, measurement, development and  
behavior, Longman, New York.

CAMILLERI, CARMEL (1990) «Identité et gestion de la disparité culturelle: essai  
d'une typologie» , in Stratégies Identitaires, Paris, PUF, p. 85-110

CARVER, CHARLES; SCHEIER, MICHAEL (1992) - «La focalisation sur soi: facteur  
dispositionnel et facteurs situationnels», in Le Soi - Recherches dans le champ de la  
cognition sociale, Delachaux et Niestlé, p. 113-132

CODOL, J.- P.(1975) - On the so-called "superior conformity of the self" behavior: twenty experimental investigations. *European Journal of Experimental Psychology*, 1975, 5, 457-500.

CODOL, J.- P.(1982) - "Differentiating and Non- Differentiating Behavior: A Cognitive approach to the sense of identity", in *Cognitive Analyses of Social Behavior*, Edited by Jean Paul Codol et Jacques Philippe Leyens, 267-293.

CODOL, J.- P; TAP P. .(1988) -"Avant-propos, Dynamique personnelle et identités sociales" in *Revue International de Psychologie Sociale*, T. 1, nº2, 162-172.

CODOL, JEAN-PAUL (1992) - «L'estimation des distances physiques entre personnes: suis-je aussi loin de vous que vous l'êtes de moi ?», in *Le Soi - Recherches dans le champ de la cognition sociale*, Delachaux et Niestlé, p. 189-204

DESCHAMPS, J.- C. (1978) - Definition de soi et identité social. In *Psychologie Sociale Expérimentale*. Paris, 1978.

DESCHAMPS, J.- C. (1980) - L' identité sociale et les rapports de domination. In *Revue Suisse de Sociologie*, 1980.

DESCHAMPS, J.- C. (1982) - Social identity and relations of power between groups. In H. Tajfel (Ed.), *Social identity and intergroup relations*, Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

DESCHAMPS, J. C.(1983) - Identidade e Categorização Social, in *Psicologia IV*, 1 e 2, 123-138.

DESCHAMPS, J.- C. (1987) - L'individuel et le collectif dans la représentation de soi. In J. Kellerhais et C. Lalive d'Epinay (Eds.), La représentation de soi. Études de sociologie et d' ethnologie, Genève: Cercle d' Analyse Médiation, 1987.

DESCHAMPS,, J.- C., LORENZI, F. et MEYER, G. (1982) - L'échec scolaire. Élève modèle ou modèle d' élèves. Lausanne: Ed. P.-M. Favre, 1982.

DOISE, W. (1976) - L' articulation psychosociologique et les relations entre groupes. Bruxelles: De Boeck, 1976.

DOISE, WILLEM (1988) - «Individual and social identities in intergroup relations» in European Journal of Social Psychology, vol. 18, p. 99-111

DOISE, W. (1988) - “Individual and social identities in intergroup relations”, European Journal of Social Psychology, vol. 10, 99-111,

DOISE, W. (1988) - “Identité ou difference des sexes”, Revue Internationale de Psychologie Sociale, T.1, n°2, 287-290.

DOISE, W (1990) - Les représentations sociales in Traité de Psychologie Cognitive 3, Paris, Dunod, 111-173.

DOISE, WILLEM (1991) - «Attitudes et représentations sociales», in Les Représentations Sociales, Presses Universitaires de France, p. 220-238

DOISE, WILLEM (1991) - «Cognitions et représentations sociales: l'approche génétique», in Les Représentations Sociales, Presses Universitaires de France, p. 341-362

ERIKSON, E. (1968) - Identity, Youth and Crisis, New York, Ed. W.W.Norton Company; tradução Identidade, Juventude e Crise, 1972, Zahar Editores, Rio de Janeiro.

FLAMENT, CLAUDE (1991) - «Structure et dynamique des représentations sociales» in Les Représentations Sociales, Presses Universitaires de France, p. 204-220

FLEMING, M. (1993) Adolescência e Autonomia, O desenvolvimento psicológico e a relação com os pais, Porto, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento.

FONTAINE, A. M.; CAMPOS, B.; MUSITU, G. - Percepção das Interações Familiares e Conceito de Si Próprio na Adolescência in Cadernos de Consulta Psicológica. 8, 1992, 69-78.

GREEN, J.; OLIVEIRA, M: (1991) - Testes Estatísticos em Psicologia, Lisboa, Imprensa Universitária, Editorial Estampa.

GREENWALD, A. (1992) - "L'Ego totalitaire ou comment chacun fabrique et revise sa propre histoire", in Le Soi - Recherches dans le champ de la cognition sociale, Delachaux et Niestlé, 37-76.

HART, D., MALONEY, J.; DAMON, W. (1990) - "Une perspective développementale sur l'identité personnelle et le sens de soi" in Psychologie Française, 35-1. Paris, Dunod, 35-43.

HARTER, S. (1985) - Competence as a dimension of self - evaluation. Toward a comprehensive model of self - worth. In R. Leahy (Ed.) , The development of the self. New York: Academic Press, 1985.

HARTER, S.(1987) - The determinants and functional role of self - worth. In N. Eisenberg (Ed.) Contemporary topics in Developmental Psychology, Wiley, 1987.

HARTER, S. (1988) - The construction and conservation of the self: James and Cooley revisited. In D. K. Lapsley & F.C. Bower (Eds.). Self, ego and identity: Integrative approaches. New York: Springer - Verlag, 1988.

HARTER, S. (1988) - Manual for the Self - Perception profile for adolescents. University of Denver, 1988.

HARTER, S.; RENICK, M. J. (1989) .- Impact of Social Comparisons on the Developing Self-Perceptions of Learning Disabled Students , in Journal of Education Psychology Vol. 81, nº 4; 631 -638

HARTER, S.; MONSOUR, ANN (1992) - Developmental Analysis of Conflict Caused by Opposing Attributes in the Adolescent Self-Portrait , in Developmental Psychology, Vol. 28, nº 2 : 251-260

HARTER, S.(1993a) - Causes and Consequences of Low Self Esteem in Children and Adolescents, in Baumeister R.F. (Ed) Self Esteem: The puzzle of Low Self regard (87 - 116) New York, Plenum Press

HARTER, S. (1993b) - Visions of Self: Beyond the Me in the Mirror, in Jacobs, J. E (Ed) Developmental Perspectives of Motivation (p 99 - 144) Lincoln, University of Nebraska Press

HATTIE, JOHN (1992) - Self-Concept, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, New Jersey

HEWSTONE, MILES (1991) - «Représentations sociales et causalité», in Les Représentations Sociales, Presses Universitaires de France, p.252-274

HOLYOAK, KEITH J.;GORDON, PETER (1992)- «Les points de référence sociaux», in Le Soi - Recherches dans le champ de la cognition sociale, Delachaux et Niestlé, p. 169- 188

JODELET, D. (1989) - Les representations sociales. Paris. PUF, 1989.

JODELET, D.; MOSCOVICI, S (1990) - “Les représentations dans le champ sociale” in Revue Internationale de Psychologie Sociale, T - 3, n°3, 285-288.

JODELET, DENISE (1991) - «Représentations sociales: un domaine en expansion», in Les Représentations Sociales, Presses Universitaires de France, p. 31-61

KASTERSZTEIN, JOSEPH (1990) - «Les stratégies identitaires des acteurs sociaux: approche dynamiques des finalités» in Stratégies Identitaires, Paris. PUF, p. 27-41

KIHLSTROM, CANTOR, ALBRIGHT, CHEW, KLEIN; NIEDENTHAL (1992) - Traitement de l'information et étude du soi », in Le Soi - Recherches dans le champ de la cognition sociale, Delachaux et Niestlé, p. 205-248

L'ECUYER, RENÉ (1978) - Le Concept de Soi , Presses Universitaires de France

LIPIANSKY, M.; TABOADA-LEONETTI, A. VASQUEZ ( 1990) - «Introduction à la problématique de l'identité» in Stratégies Identitaires, Paris, PUF, p. 7-26

LIPIANSKY, M ( 1990) - «Identité subjective et interaction » in Stratégies Identitaires, Paris, PUF, p. 173-211

LORENZI-CIOLDI, FABIO (1988 a) - «Discrimination entre soi et autrui et categorization sociale», in Revue Internationale de Psychologie Sociale, Tome 1, n° 2. P. 239-256.

LORENZI-CIOLDI, FABIO (1988 b) - Individus Dominants et Groupes Dominés, images masculines et féminines, Presses Universitaires de Grenoble

MALEWSKA-PEYRE, HANNA (1990) «Le processus de dévalorisation de l'identité et les stratégies identitaires » , in Stratégies Identitaires, Paris, PUF, p. 111-141

MARKUS, HAZEL (1992) - « Self-schemas et traitement de l'information sur soi»», in Le Soi - Recherches dans le champ de la cognition sociale, Delachaux et Niestlé, p.77 - 112

MARKUS, HAZEL; CRANE, M; BERNSTEIN, S.; SILADI, M. (1982)- «Self-schemas and Gender» in Journal of Personality and Social Psychology, vol 42, n° 1, p. 38-50

MARKUS, HAZEL; KUNDA, ZIVA (1986) -«Stability and Malleability of the Self-Concept» in Journal of Personality and Social Psychology, vol 51, n° 4, p. 855-866

MASSONAT, JEAN; LECACHEUR, MIREILLE - (1990) - «Le schéma de personne dans l'analyse des changements identitaires; approche expérimentale de son opérativité in Psychologie Française, Tome 35- 1, Paris, Dunod , p. 67-76

MASSONNAT, JEAN; PERRON, JACQUES (1990)- «Pour une approche multidimensionnelle de l'identité de la personne » in Psychologie Française , Tome 35 - 1 Dunod p.7-15

MEAD, G. H. (1934) - Mind, Self and Society, Chicago, The University Chicago Press. Tradução L'esprit, le soi et la société. Paris: PUF, 1963.

MONTEIRO, M. BENEDITA (1993) -Conflito e cooperação nas relações intergrupais, in Psicologia Social, M. Benedita Monteiro e Jorge Vala, cap. XII Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 309-352

MOSCOVICI, S. et FAUCHEUX, C. (1976) - Social influence, conformity bias and the study of active minorities. In Berkowitz (Ed) Advances in experimental social psychology, vol. 6, 1976.

MOSCOVICI, SERGE (1991) - «Des représentations collectives aux représentations sociales», in Les Représentations Sociales, Presses Universitaires de France, p. 62-86

NAKBI, JEAN-LOUIS (1990) - «Évolution de l'identité psychosociale féminine et masculine de l'enfance à l'âge adulte», in Psychologie Française, Tome 35- 1, Paris, Dunod , p. 43-49

PIOLAT, M. (1986) - "Identidade e experiência escolar no início do ensino secundário", Análise Psicológica, nº1, série V, Out-Dez.

PALMONARI, AUGUSTO; ZANI, BRUNA (1991) - «Représentations sociales dans les professions psychologiques», in Les Représentations Sociales, Presses Universitaires de France, p.299-319

PIOLAT, M; HURTIG, M. C.; PICHEVIN, M. F. (1992) - « Une perspective cognitive sur le Soi » », in Le Soi - Recherches dans le champ de la cognition sociale, Delachaux et Niestlé, p. 9-36

PIOLAT, M; HURTING, M. C.; PICHEVIN, M. F. (1992) - “Une perspective cognitive sur le soi” in Le Soi - Recherches dans le champ de la cognition sociale, Delachaux et Niestlé, 9-36.

PEIXOTO, F; MATA, L. (1993) - Efeitos da Idade, Sexo e Nível Sócio-Cultural no Auto-Conceito, *Análise Psicológica*, Série XI, nº 3, 401-413

PEIXOTO, F. & MATA, L. (1993) - *Análise Psicológica*, 11 (p 401 a 413)

PEIXOTO, F.; MARTINS, M. A.; MATA, L.; MONTEIRO, V. (1996) - Adaptação da Escala de Auto-Conceito para Adolescentes de Susan Harter para a população Portuguesa in L. S. Almeida, s. Araújo, M. M. Gonçalves, C. Machado & M. R. Simões (Ed) *Avaliação Psicológica: Forma e Contextos*. Braga APPORT

RICHARD, JEAN-FRANÇOIS (1990) - *Les Activités Mentales - Comprendre, raisonner, trouver des solutions*, Armand Colin

ROBINSON, W.; TAYLOR, C. (1986) - “Auto-Estima, desinteresse e insucesso escolar em alunos do ensino secundário”, *Análise Psicológica*, nº1 série V Out-Dez.

ROBINSON, W. PETER; TAYLER, CAROL (1990) - «School attainment, self-esteem, and identity: France and England» in *European Journal of Social Psychology*, Vol. 20, p. 387-403

ROGERS, TIM B. (1992) - «Le soi dans le système humain de traitement de l'information: vers un modèle intégratif», in *Le Soi - Recherches dans le champ de la cognition sociale*, Delachaux et Niestlé, p. 133-168

ROSENBERG, SEYMOUR (1990) - «Une stratégie de recherche pour l'analyse structurale et fonctionnelle de l'identité de la personne», in *Psychologie Française*, Tome 35- 1, Paris, Dunod , p. 51-57

SARDO, M. G. (1997) - *Estudo Exploratório sobre a Identidade dos Adolescentes*. Tese de Mestrado.

SAVIN-WILLIAMS, RITCH; DEMO, DAVID H. (1983) »Situational and Transituational Determinants of Adolescent Self-Feelings» in *Journal of Personality and Social Psychology*, vol 44, n° 4, p. 824-833

SEMIN, GUN (1991) - «Prototypes et représentations sociales», in *Les Représentations Sociales*, Presses Universitaires de France, p.239-251

SENOS, J. (1992) - *Auto-Estima e Resultados Escolares*. Tese de Mestrado.

SPERBER, DAN (1991) - «L'étude anthropologique des représentations: problèmes et perspectives», in *Les Représentations Sociales*, Presses Universitaires de France, p.115-130

TABOADA-LEONETTI, I (1990) - «Stratégies identitaires e minorités: le point de vue du sociologue » , in *Stratégies Identitaires*, Paris, PUF, p. 43-84

TAJFEL, H. (1972) - La catégorisation social. In S. Moscovici (Ed) Introduction à la psychologie sociale. Vol. 1. Paris. Larousse. 1972.

TAJFEL, H.(1978) (Ed) Differentiation between social groups. New York. Academic Press. 1978

TAJFEL, H. (1981) - Human Groups and Social Categories - Studies in social psychology, Cambridge University Press Tradução Grupos Humanos e Categorias Sociais, 2 volumes,1982 e 1983, Livros Horizonte

TAJFEL, H. et TURNER, J. C.(1986) The social identity theory of intergroup behaviour. In S. Worchel et W. G. Austin (eds.) , Psychology of intergroup relations. Chicago. Nelson-Hall, 1986.

TAJFEL, H. (1980/2?) - "Comportamento Intergrupo e Psicologia Social de Mudança" in Mudança Social e Psicologia Social, coord J. Correia Jesuíno, Livros Horizonte, 1982, 13-24.

TAP, P.(1988) - La société pygmalion? Intégration sociale et réalisation de la personne. Paris: Dunod, 1988.

MARKUS, HAZEL; CRANE, M; BERNSTEIN, S.; SILADI, M. (1982)- «Self-schemas and Gender» in Journal of Personality and Social Psychology, vol 42, nº 1, p. 38-50

TURNER, JOHN (1988) - «Comments on Doise's Individual and social Identities in intergroup relations» in European Journal of Social Psychology, vol. 18, p. 113-116

VEIGA, F. H.(1995) - Transgressão e Autoconceito dos Jovens na Escola - Investigação Diferencial Edição Fim de Século Lisboa

ZAVALLONI, M.; LOUIS-GUÉRIN, C. (1984) - Identité sociale et conscience. Introduction à l' égo-écologie. Toulouse: Privat, 1984.

ZAVALLONI, M.; LOUIS-GUÉRIN, C. (1988) - «La transdimensionnalité des mots identitaires: explorations égo-écologiques », in Revue Internationale de Psychologie Sociale, T. 1,nº 2 p. 173-187